

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



Tribunal Regional Eleitoral  
do Estado de São Paulo



# SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	3
------------------------------	---

## **VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO .....	5
COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE .....	6
MEMBROS DA CORTE .....	7
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS .....	7
ORGANOGRAMA .....	8
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL .....	9
O TRIBUNAL EM NÚMEROS .....	10
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	11
MAPA ESTRATÉGICO .....	11
A ESTRATÉGIA DO TRE-SP E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA .....	12
NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS .....	13
CADEIA DE VALOR .....	14
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO .....	15
TIPOS DE RISCOS .....	16
EVOLUÇÃO DA MATURIDADE EM RISCOS DO TRE-SP .....	17
DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE .....	18

## **RESULTADOS DA GESTÃO**

RESULTADOS DA GESTÃO .....	19
MACRODESAFIOS .....	20

## **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO**

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	38
CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	38
ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PERFIL DE GASTO .....	38
ORÇAMENTO ORDINÁRIO .....	38
ALOCAÇÃO DOS RECURSOS – ORÇAMENTO ORDINÁRIO .....	39
COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – BIÊNIO 2018/2019 .....	41
ANÁLISE COMPARATIVA .....	41
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP .....	43
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS - TRE-SP - COMPARATIVO 2018 E 2019 .....	44
ANÁLISE COMPARATIVA .....	45
CONTINGENCIAMENTO .....	47
TETO DE GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO .....	47
GESTÃO DE PESSOAS .....	49
ÍNDICE DE CONFORMIDADE .....	49
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	49
SERVIDORES POR IDADE .....	49
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS .....	49
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS .....	53
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA .....	55
CONFORMIDADE LEGAL .....	55

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	55
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	56
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	57
CONFORMIDADE LEGAL .....	57
MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP .....	57
RECURSOS APLICADOS EM TIC .....	59
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO .....	61
GESTÃO DE CUSTOS .....	63
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	67
AÇÕES PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS .....	68
REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES .....	68
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO .....	69
CORREIÇÕES E INSPEÇÕES .....	70

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

INTRODUÇÃO .....	71
INFORMAÇÕES ACERCA DOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE .....	71
NORMAS LEGAIS E PROCEDIMENTOS PARA A GARANTIA DA CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	71
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS .....	72
DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....	72
BALANÇO PATRIMONIAL .....	73
PRINCIPAIS CONTAS CONTÁBEIS .....	73
ATIVO CIRCULANTE .....	76
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	78
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	79
BALANÇO FINANCEIRO .....	80
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA .....	81

## MENSAGEM DO PRESIDENTE



Em 2019, para enfrentar o enorme desafio de realizar a coleta biométrica, no contexto de revisões do eleitorado realizadas em 479 municípios, considerada a dimensão de nosso corpo eleitoral (mais de 33 milhões de eleitores), um dos principais objetivos, que foi concretizado na medida das metas estabelecidas, foi levar os serviços eleitorais o mais próximo possível do eleitor.

Foram mais de 7,6 milhões de biometrias captadas, num esforço conjunto entre Secretaria, cartórios eleitorais, entidades públicas e privadas e população, que resultou num comparecimento expressivo de eleitores.

Sob a presidência do Des. Carlos Eduardo Cauduro Padin, exerci os cargos de Vice-presidente e Corregedor Regional Eleitoral.

Foi uma gestão competente e comprometida, de complexidade diferenciada, dada a magnitude da gestão desta Corte Regional, que teve como parâmetros os valores essenciais ao Estado Democrático de Direito.

Os mais de 33 milhões de eleitores do Estado assistiram a campanhas de esclarecimento sobre o processo eleitoral, com o objetivo de reforçar informações sobre a relevância das eleições, cuja estruturação e adequada realização é a missão essencial da Justiça Eleitoral.

A Justiça Eleitoral deu à questão da acessibilidade o destaque que requer e se fez presente em um importante evento esportivo, as Paralimpíadas Universitárias, realizadas no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro.

No viés orçamentário, os recursos dispensados a este órgão regional pelo Tribunal Superior Eleitoral foram rigorosamente direcionados à melhor prestação de serviços ao eleitor e às melhores condições de trabalho a seus colaboradores, sempre buscando o aperfeiçoamento e o respeito que os gastos públicos demandam.

Este relatório foi elaborado em consonância com a estrutura estabelecida na Decisão Normativa nº 178/2019 do Tribunal de Contas da União (TCU), assegurando a todos a integridade, fidedignidade e exatidão dessas informações. Na preparação e apresentação do relatório de gestão de 2019, manifestou-se o pensamento coletivo e integrado de toda sua estrutura interna, com base na mesma transparência com que a administração busca executar suas atividades.

Relatar conquistas e aprimoramentos obtidos pela instituição é motivo de orgulho para todos os que, de certa forma, contribuíram para a execução dos objetivos estratégicos do Tribunal.

**Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior**

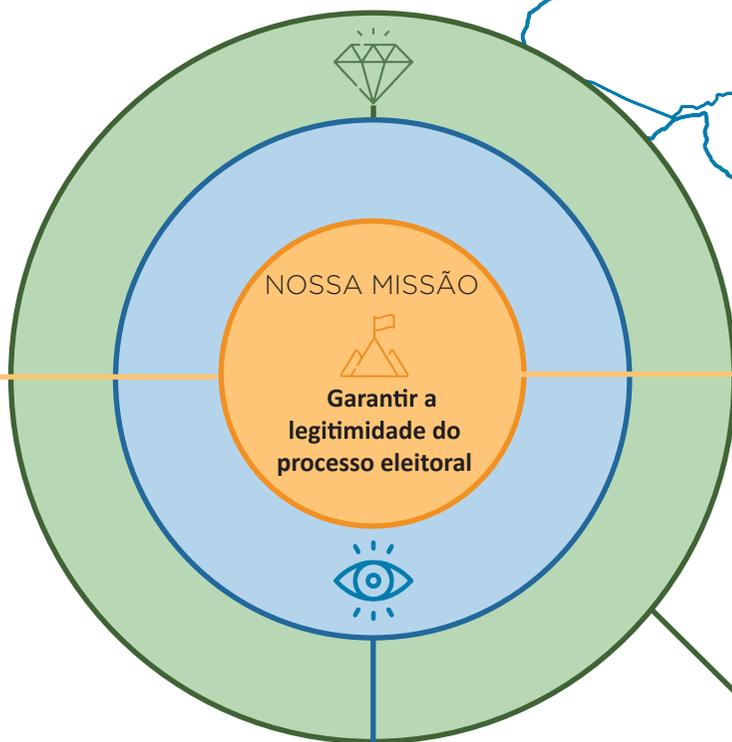
Presidente



# VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

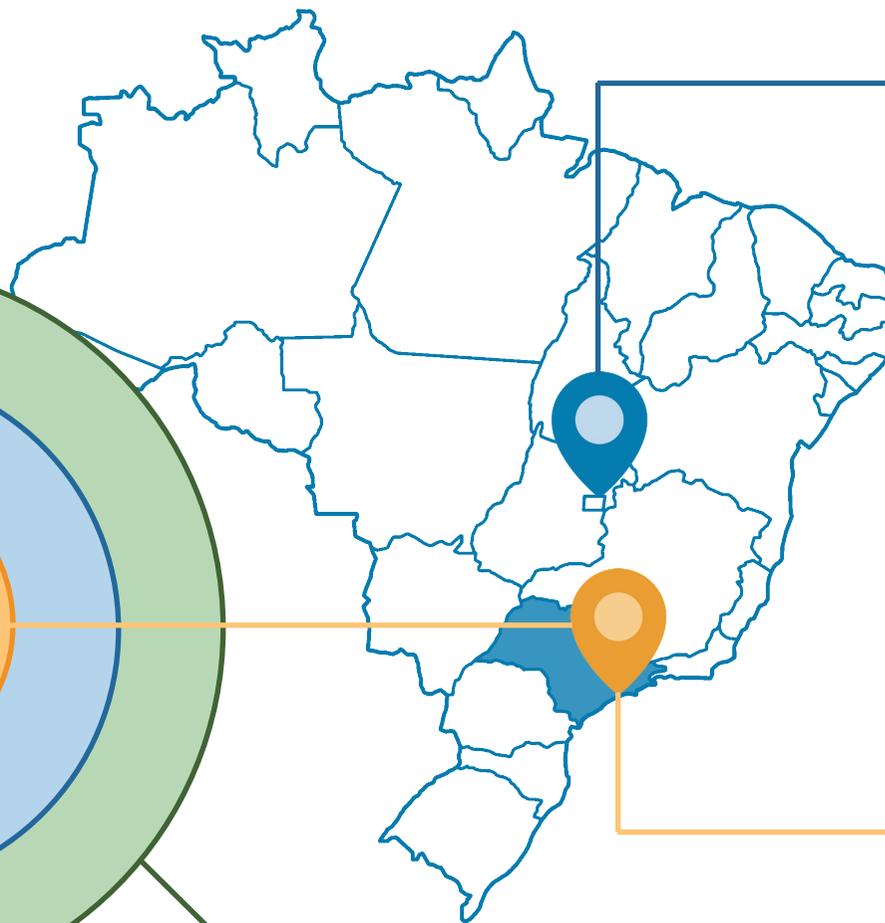
## QUEM SOMOS

O TRE-SP é um órgão do Poder Judiciário Federal responsável pela organização das eleições no Estado de São Paulo.



## NOSSA VISÃO

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.



## TSE

O TRE-SP é vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), localizado em Brasília e órgão máximo da Justiça Eleitoral, fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira.

## TRE-SP

O TRE-SP é o maior Tribunal Regional Eleitoral do país, seja em número de eleitores, de zonas eleitorais, de servidores ou de mesários.

Com sede administrativa na região central da capital do Estado de São Paulo, o TRE-SP é responsável, entre outras atribuições, por planejar e coordenar o processo eleitoral em âmbito estadual e municipal.

## NOSSOS VALORES

- Acessibilidade
- Comprometimento
- Ética
- Modernidade
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Transparência

# COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO

Para **garantir a legitimidade do processo eleitoral**, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo acumula funções administrativas, decorrentes da administração do pleito e de suas atividades internas, e jurisdicionais, vinculadas ao processo eleitoral, com o julgamento de matérias afetas a ele.

O gráfico apresentado nesta página fornece um panorama de como o Tribunal se organiza utilizando ferramentas de gestão e governança para fornecer valor à sociedade.

## MEMBROS E INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Esta seção apresenta os membros da Corte e os principais gestores administrativos.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura hierárquica administrativa do TRE-SP é definida pelo Regulamento Interno da Secretaria.

Conheça o organograma do Tribunal nesta seção.



## O TRIBUNAL EM NÚMEROS

Nesta seção, apresentamos alguns números que caracterizam o TRE-SP e suas consequências na realização das eleições.



## MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios representa os principais recursos utilizados pelo TRE-SP, bem como os produtos e serviços oferecidos e seus resultados.

## ESTRATÉGIA

Para o cumprimento de sua missão, o TRE-SP sistematizou, por meio de seu Plano Estratégico, uma série de atividades e iniciativas que possam contribuir com seus objetivos. Veja nesta seção quais são elas.



## CADEIA DE VALOR

Nesta seção são apresentados os principais processos realizados pela organização que geram valor para a sociedade.

## GOVERNANÇA

O modelo de governança do TRE-SP sistematiza as diversas relações e interações entre a Justiça Eleitoral e clientes externos e internos para direcionar e gerir a organização estrategicamente, cumprindo, assim, a missão, visão e valores institucionais.



## GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

Apresentação das principais medidas para fortalecimento do controle interno e contribuições para que o TRE-SP atinja seus objetivos estratégicos.



## AMBIENTE EXTERNO

Principais fatores e variáveis externos à Justiça Eleitoral que podem afetar, de maneira positiva ou negativa, o cumprimento de sua missão.

# COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE

## Portal da Justiça Eleitoral

<http://www.tre-sp.jus.br/>



### Acesso a

- Sistema de agendamento
- Certidões
- Dados sobre eleições
- Serviços judiciais

### Consulta a

- Título e Locais de votação
- Andamento processual
- Portal da Transparência
- Perguntas frequentes

## Atendimento Presencial

realizado pelos 393 cartórios do Estado de SP  
(<http://www.tre-sp.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais>)

# 8.470.159

Total de atendimentos em 2019

Eleitorado do Estado de São Paulo: 33 milhões.



## Carta de Serviços ao Usuário



CARTA DE  
SERVIÇOS AO  
USUÁRIO

# 55.979

Total de atendimentos em 2019

Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Paulista e a forma de obtê-los.

<http://www.tre-sp.jus.br/eleitor/carta-de-servicos-1/carta-de-servicos-ao-usuario>



Acesso à  
Informação

## Núcleo de Informação ao Cidadão

# 756

Total de atendimentos em 2019

Atende pedidos de informação, em conformidade com a Lei 12.527/2011.

<http://www.tre-sp.jus.br/imagens/imagens/nucleo-de-acesso-a-informacao-nic>

## Central de Atendimento ao Eleitor



Colocada à disposição do público para prestar esclarecimentos sobre o serviço eleitoral

# Disque 148

(Serviço Tarifado)

# 115.605

atendimentos de 1/1/2019 a 31/12/2019

## REDES SOCIAIS

 **TWITTER**  
[@trespjusbr](https://twitter.com/trespjusbr)

12.430  
seguidores

 **YouTube**  
[/trespjusbr](https://www.youtube.com/trespjusbr)

4.790  
inscritos

 **Facebook**  
[/tresp.oficial](https://www.facebook.com/tresp.oficial)

94.500  
seguidores

 **Instagram**  
[/trespjusbr](https://www.instagram.com/trespjusbr)

4.350  
Seguidores



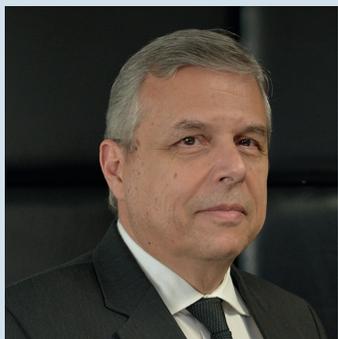
# 1.362

Total de atendimentos em 2019

Atende demandas relativas a reclamações, denúncias, sugestões e elogios

<http://www.tre-sp.jus.br/institucional/ouvidoria/ouvidoria>

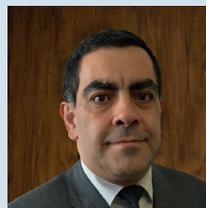
## MEMBROS DA CORTE



**Presidente**  
Waldir Sebastião de Nuevo  
Campos Junior



**Vice-Presidente**  
Paulo Sérgio Brant de  
Carvalho Galizia



**Nelton Agnaldo**  
Moraes dos Santos



**Maurício Fiorito**



**Afonso Celso**  
da Silva



**Manuel Pacheco**  
Dias Marcelino



**José Wellington Bezerra da Costa Neto**  
Juiz Assessor da Presidência e Ouvidor



**Denise Indig Pinheiro**  
Juíza Assessora da Corregedoria

## PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS



**Claucio Corrêa**  
Diretor Geral



**Regina Rufino**  
Assessora-Chefe de  
Planejamento Estratégico  
e de Eleições



**Frederyk Arantes**  
Secretário de  
Controle Interno



**Alessandro Dintof**  
Secretário de  
Administração de Material



**André Pavim**  
Assessor-Chefe da  
Corregedoria



**José Luiz Simião**  
Secretário de  
Gestão de Serviços



**Patrícia Scheifer**  
Secretária Judiciária



**Marina Campos**  
Coordenadora de  
Comunicação Social



**Paula Helena Batista**  
Secretária de  
Gestão de Pessoas



**Daniel Forlivesi**  
Secretário de  
Tecnologia da Informação



**Carlos Fujimoto**  
Secretário de  
Orçamento e Finanças

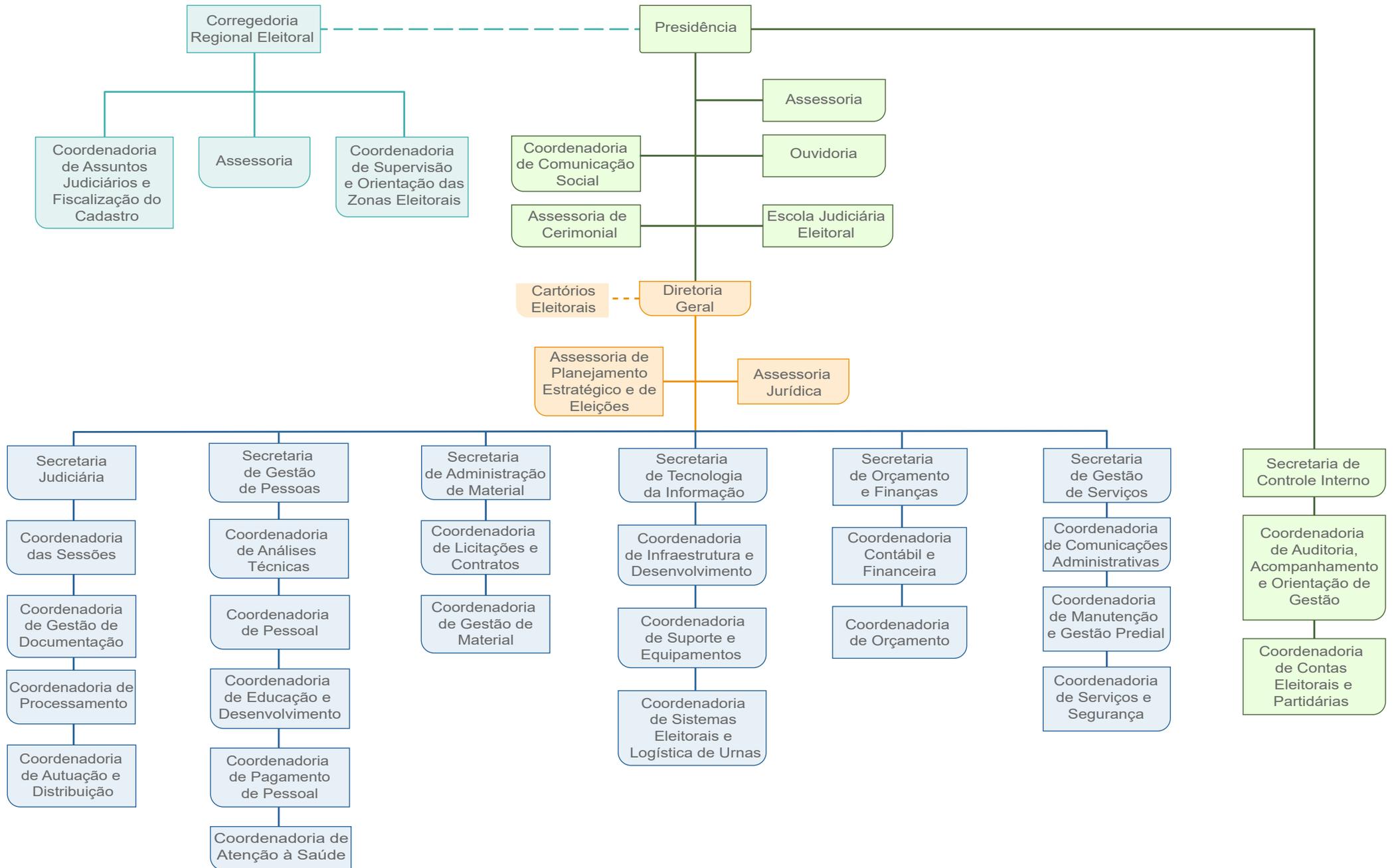


**Denise Lira**  
Assessora-Chefe da  
Presidência



**Silvia de Marchi**  
Assessora Jurídica Chefe

# ORGANOGRAMA



## MENSAGEM DO DIRETOR GERAL



Em 2019, o Tribunal Eleitoral paulista pautou-se pelo aprimoramento de sua atuação com ênfase na eficiência e na economicidade, princípios da Administração Pública, e na aproximação com a sociedade. Para tanto, promoveu intensas negociações que resultaram na redução quantitativa de contratos de cifras consideráveis, como o de locações imobiliárias, e qualitativa, como o que trata da velocidade de conexão de rede em todo o Estado. Realizou, ainda, diversas ações de cidadania com vistas a estimular e facilitar o acesso aos serviços eleitorais.

A renegociação dos contratos dos imóveis que o TRE-SP aluga para manter suas unidades cartorárias gerou uma economia de cerca de um milhão e meio de reais, que será verificada neste ano de 2020. Já o ganho qualitativo de velocidade de conexão na rede do órgão permite um melhor tráfego nos dados e, assim, uma atuação mais eficiente.

Para atingir a meta de cadastrar 7,6 milhões de pessoas por meio da tecnologia de identificação biométrica do eleitorado, o Tribunal planejou detalhadamente e conseguiu descentralizar o atendimento à população, com a realização de mais de 1.700 ações de atendimento itinerantes. Assim, a instalação, ainda que provisória, de postos de atendimento em diversos locais, como praças públicas, empresas, clubes e shopping centers, entre outros, foram essenciais para a facilidade de acesso do cidadão e para o alcance da meta.

A despeito de restrições nas nomeações de novos servidores, a Administração realizou análises criteriosas visando a otimização de seus recursos humanos, de modo a desempenhar com excelência a sua missão institucional. Assim, buscou, dentre as opções de remoção e relocação e, em especial, por meio da realização de concurso interno para as lideranças nos cartórios eleitorais, a alocação ainda mais cuidadosa de seu capital humano.

A extensão a todos os cartórios eleitorais do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) também foi um imenso desafio para a Justiça Eleitoral paulista. A utilização do sistema nas próximas eleições municipais de 2020 tornou imperioso o treinamento de servidores das 393 zonas eleitorais do Estado e, nesse sentido, o Tribunal realizou uma série de cursos presenciais e à distância, além da constituição de um núcleo de apoio que se manterá ativo para a garantia de sucesso no pleito que se avizinha.

Cabe destacar que os atos de gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo atendem aos requisitos de conformidade, legalidade e materialidade das informações focadas no pensamento coletivo na preparação e na apresentação deste relatório integrado.

Foi um ano intenso, com inúmeras inovações e forte engajamento. Por fim, o Tribunal realizou, em dezembro de 2019, o I Fórum de Gestão de Pessoas tendo como tema central o comprometimento da força de trabalho da Justiça Eleitoral paulista, demonstrando, dessa forma, que a participação de todos é fator indispensável a uma melhor prestação de serviços ao cidadão, com mais produtividade e eficiência, gerando, assim, um impacto positivo na sociedade.

**Claucio Cristiano Abreu Corrêa**

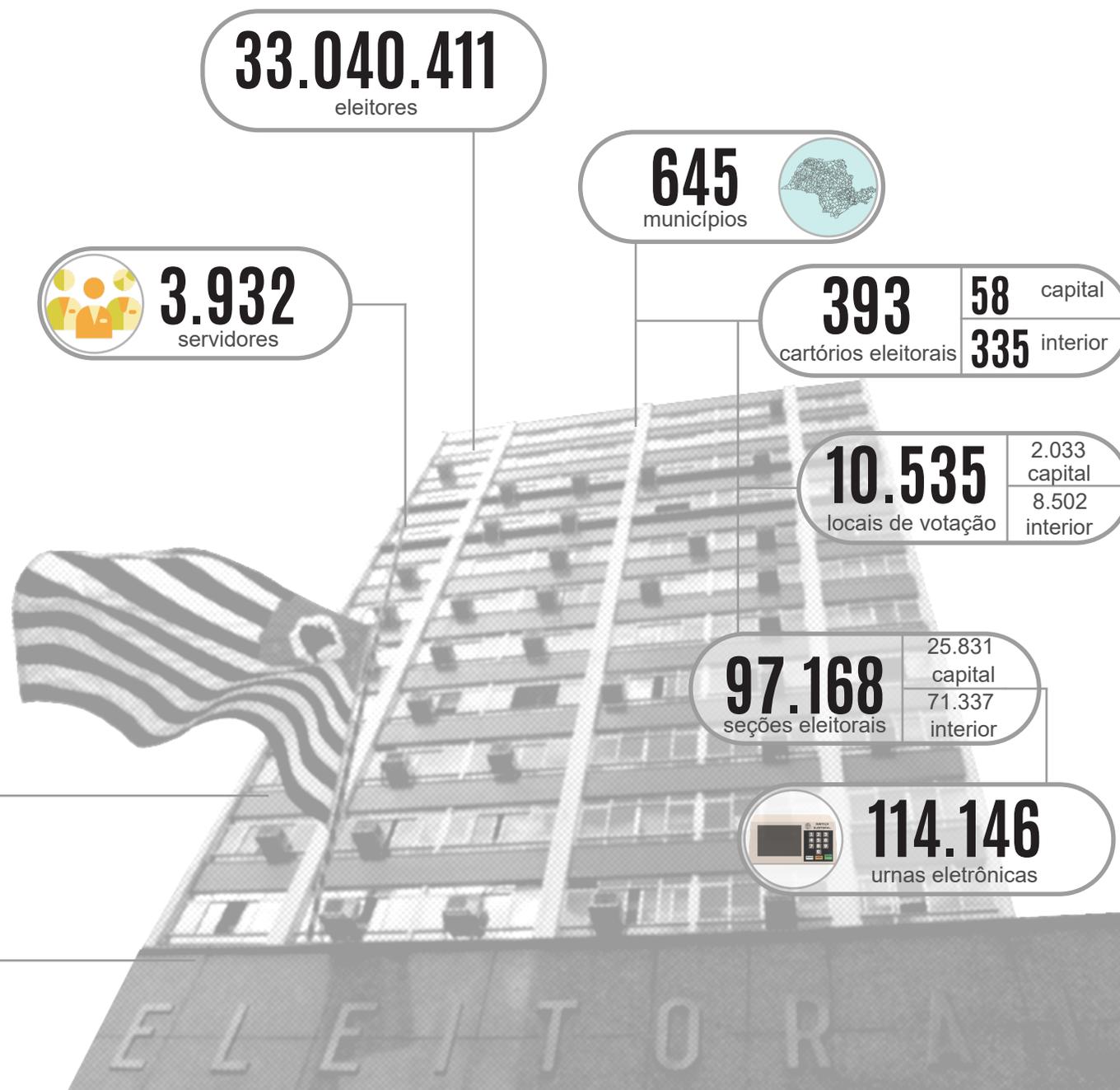
Diretor Geral

## O TRIBUNAL EM NÚMEROS

A Justiça Eleitoral paulista desempenha funções essenciais para garantir os direitos da cidadania e o exercício da democracia, sendo responsável pela gestão do processo eleitoral nos 645 municípios do Estado de São Paulo e pela administração do maior colégio eleitoral do país, com cerca de 33 milhões de eleitores cadastrados, o que representa 22% do eleitorado brasileiro.

Para concretizar essa missão, conta com uma infraestrutura administrativa que abrange, além dos prédios-sede, mais 393 unidades de atendimento ao público, denominadas zonas eleitorais, sendo 58 localizadas na capital e 335 distribuídas pelo interior do Estado, além de outros pontos de atendimento itinerantes, e um corpo funcional de quase 5 mil pessoas, entre servidores, terceirizados e estagiários.

Nesta seção, apresentamos alguns números que caracterizam o TRE-SP.



<sup>1</sup> Processos baixados: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, remetidos à instância superior ou arquivados.

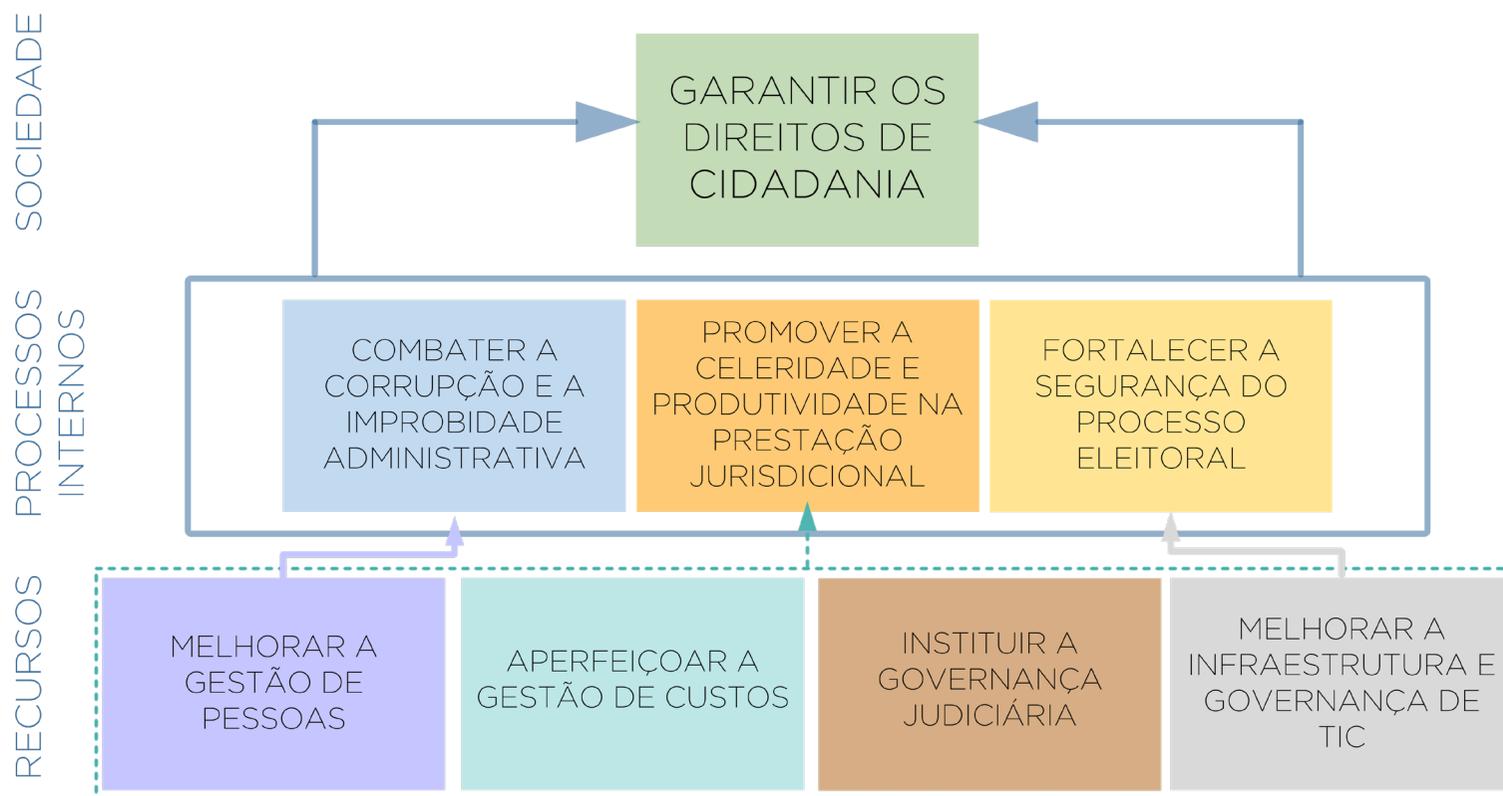
# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta gerencial que traça os objetivos a serem alcançados pela organização, levando-se em conta seus pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças a que está sujeita, de maneira a direcioná-la para o cumprimento de sua missão institucional e para o atingimento de sua visão de futuro, pautando suas ações em princípios ou valores a serem seguidos por todos que integram a organização.

Aprimorar o desempenho institucional, buscar a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade, ampliar o acesso à justiça, implementar práticas que conduzam ao uso racional dos recursos disponíveis e contribuam para um meio ambiente sustentável, gerir a estrutura administrativa, respeitando o limite de gastos públicos imposto pela Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal, estar atento às sucessivas alterações legislativas que definem novas obrigações e formas de conduta para o gestor público, definir o papel da organização para o alcance das metas globais, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Inúmeros são os desafios que se apresentam diuturnamente para os gestores deste Tribunal. Por isso, o TRE-SP busca implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança que conduzam a uma gestão cada vez mais eficiente, tendo elegido o planejamento estratégico como ferramenta para orientar as ações e atividades administrativas e/ou jurisdicionais, bem como para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

# MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico é o instrumento utilizado pelo TRE-SP para traduzir visualmente o seu referencial estratégico e declarar seus principais objetivos. Estrutura-se em perspectivas que abarcam um conjunto de macrodesafios (objetivos estratégicos), os quais sintetizam o que a instituição pretende alcançar ao longo de um determinado período de tempo, assim como os desafios primordiais a serem enfrentados para o alcance da sua visão de futuro e para o cumprimento da sua missão.



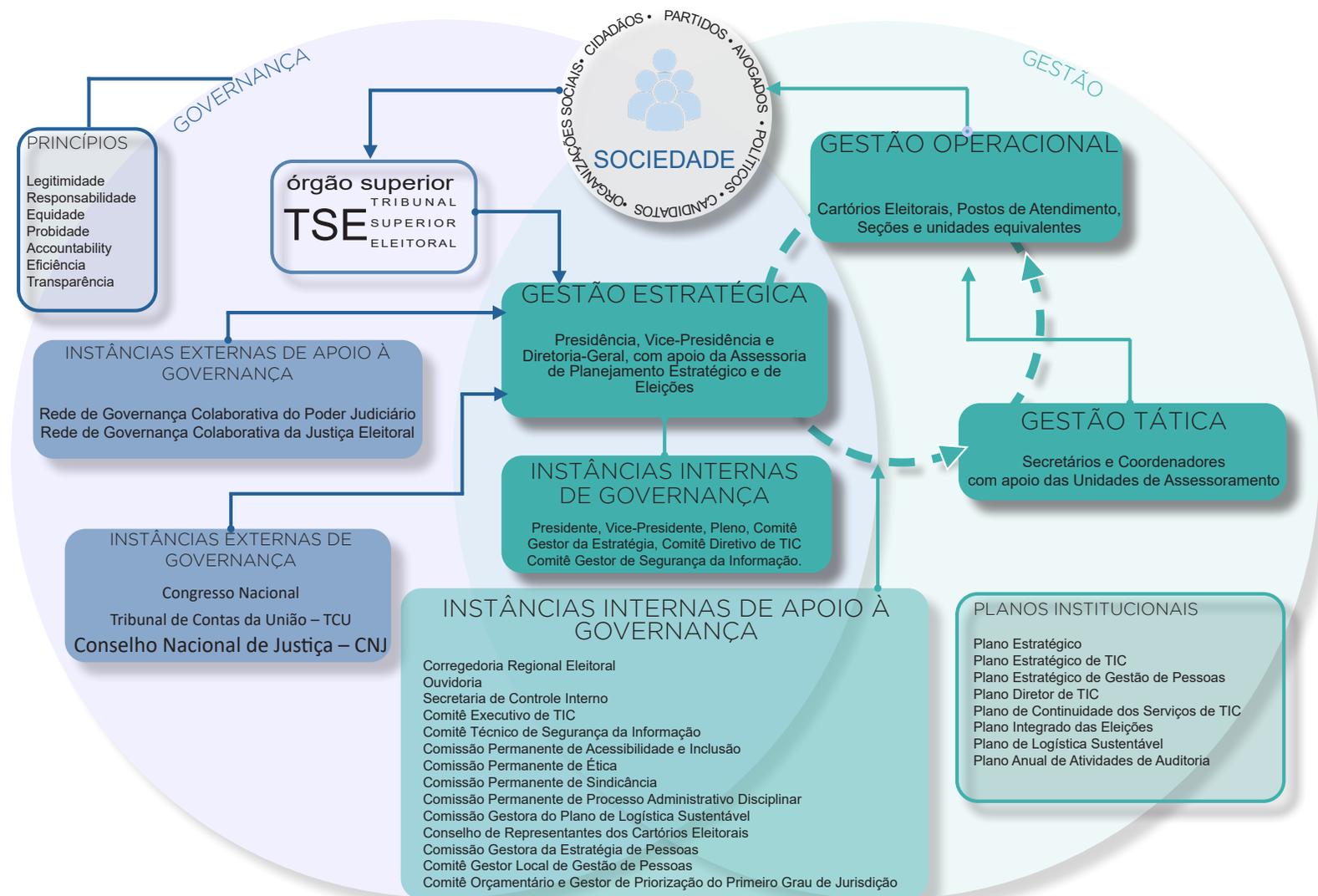
# A ESTRATÉGIA DO TRE-SP E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

A Resolução TRE-SP nº 421/2017, ao instituir o Sistema de Governança Corporativa e Gestão da Justiça Eleitoral de São Paulo, definiu as principais instâncias internas e externas de governança e de apoio à governança.

Um sistema de governança tem por objetivo orientar e dar transparência às estruturas e métodos de tomada de decisão. Dessa maneira, é possível saber de antemão quais trâmites são adotados na condução estratégica do TRE-SP, fornecendo maior agilidade e transparência à gestão.

As unidades que compõem a Gestão Estratégica e a Gestão Tática são as responsáveis pelas tomadas de decisão do Tribunal.

O Sistema de Governança implementado permite a legitimação das decisões das instâncias internas de governança por todas as partes interessadas na gestão da instituição, o gerenciamento dos riscos estratégicos e dos conflitos internos, além de propiciar a promoção do accountability, da eficiência e da transparência no Regional.



# NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS

A forma como o TRE-SP cria, captura e entrega valor para a sociedade está representada no seu modelo de negócios, desenhado por meio da ferramenta CANVAS[1]. Esse documento permite a visualização de todos os pontos fundamentais do plano de negócios institucional em apenas uma imagem.



[1] Business Model Canvas (BMC), ferramenta de gestão criada por Alexander Osterwalder.

# CADEIA DE VALOR

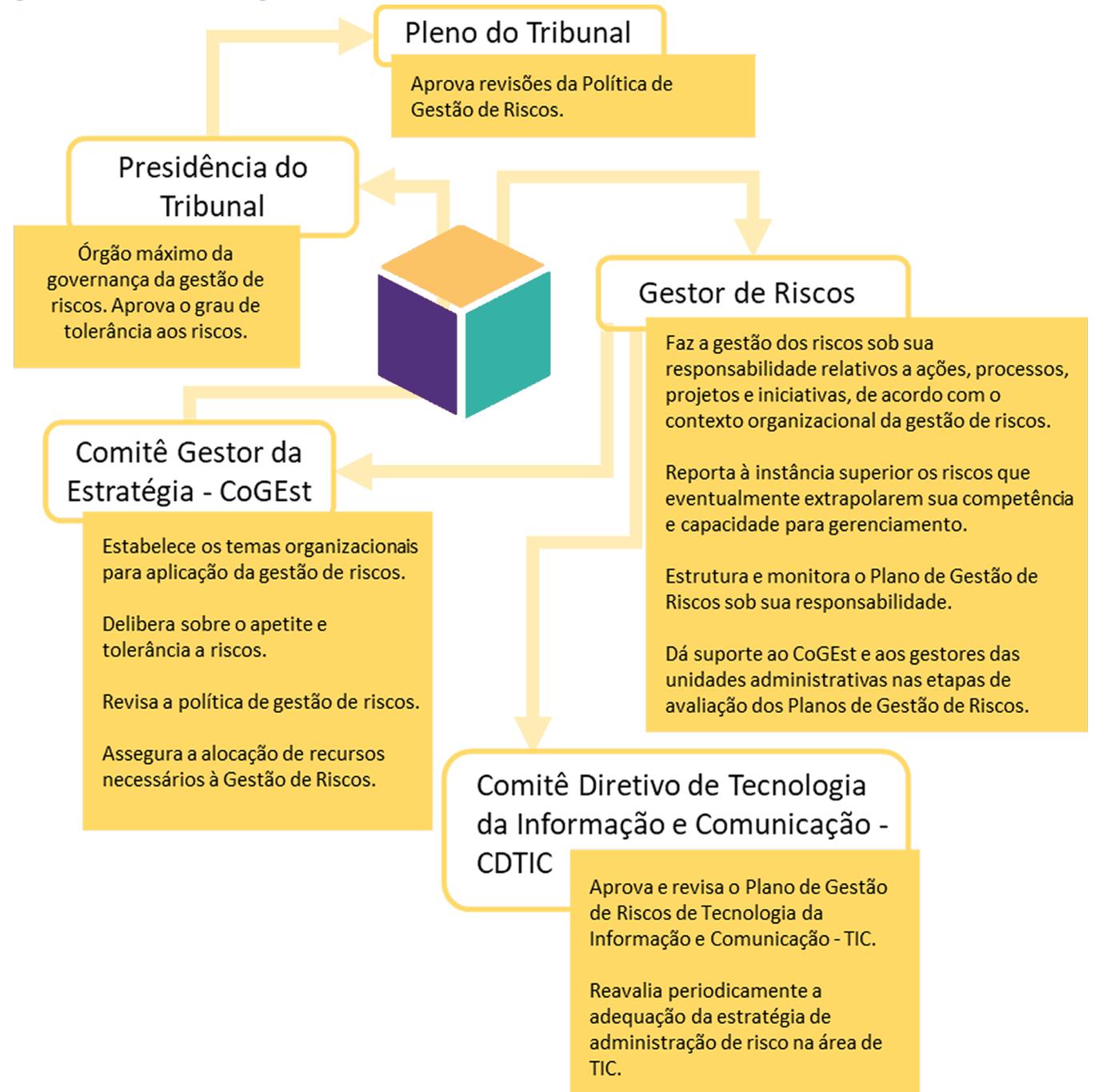
A Cadeia de Valor de Michael Porter é o modelo utilizado pelo TRE-SP para identificar os principais fluxos de processos organizacionais. Trata-se de um fluxograma que apresenta processos específicos de alto nível, interligados para mostrar fluxos de processo, os quais estão subdivididos em finalísticos, de gestão e de apoio.

A cadeia de valor do Tribunal, além de refletir os principais eixos de atuação da instituição, tem relevância na identificação dos processos que precisam ser reestruturados e que podem ser potencializados, sendo, portanto, uma ferramenta relevante para a definição da estratégia organizacional.



# GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo é guiada pela Política de Gestão de Riscos instituída por meio de Resolução TRE-SP nº 452/2018 e segue as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto à elaboração anual do relatório de gestão. Seu gerenciamento deve ser parte integrante de todos os processos organizacionais, sendo exercida de forma compartilhada por magistrados, servidores, unidades, comitês setoriais e comissões, e compreende a seguinte estrutura e responsabilidades.



# TIPOS DE RISCOS

**RISCOS DE COMUNICAÇÃO:** estão associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de accountability (prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade).

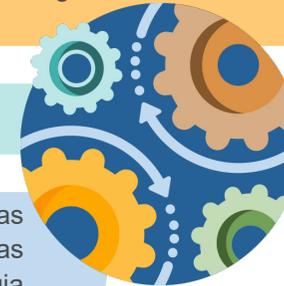


**RISCOS ESTRATÉGICOS:** estão associados à tomada de decisão e podem afetar negativamente o alcance dos objetivos consignados no Plano Estratégico institucional.



**RISCOS DE IMAGEM:** danos à reputação.

**RISCOS OPERACIONAIS:** possibilidade de ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, tecnologia ou de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes).



**RISCOS SOCIOAMBIENTAIS:** risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.



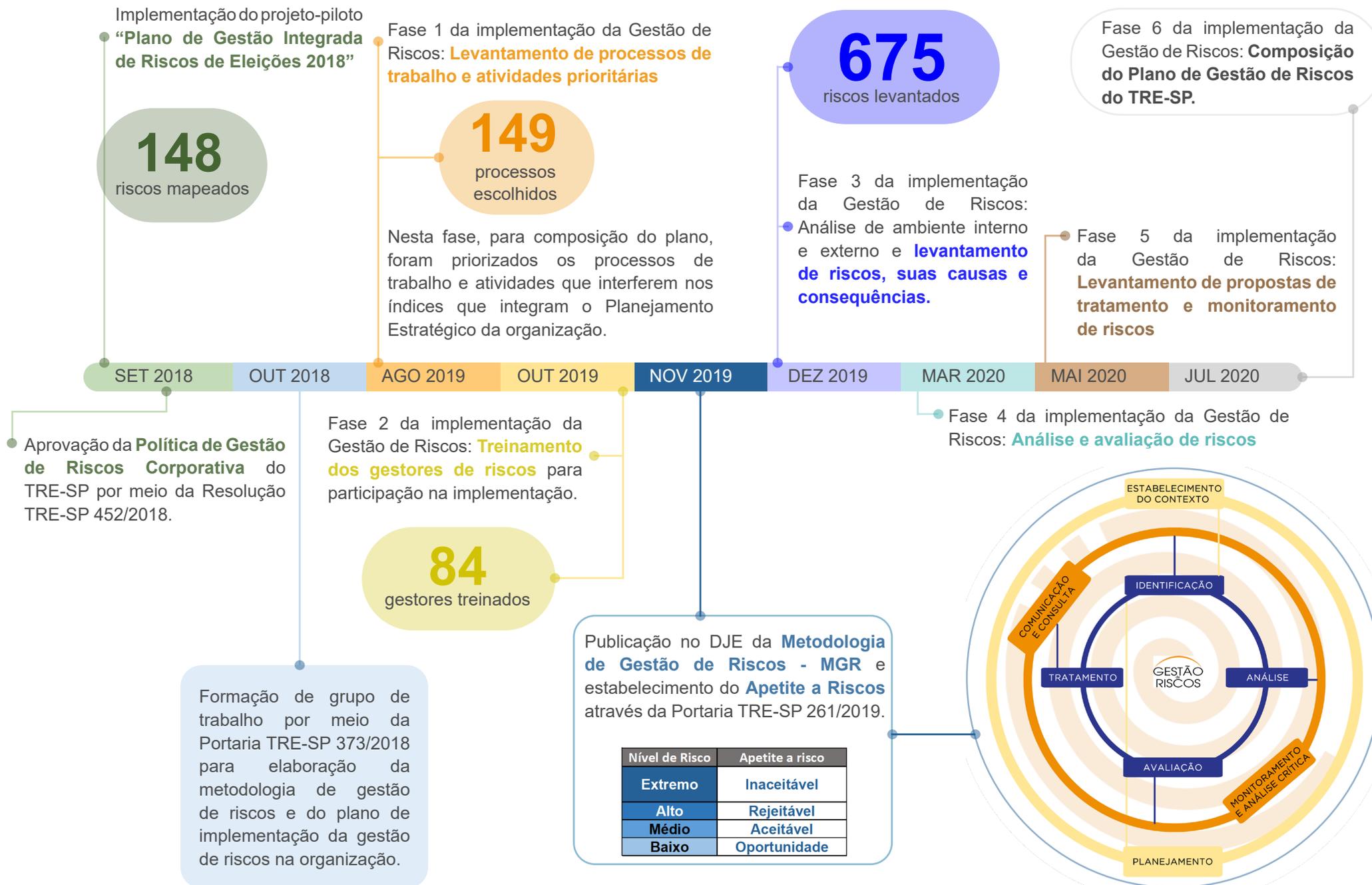
**RISCOS TECNOLÓGICOS:** possibilidade de ocorrência de falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação com impactos nos negócios ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação.



**RISCOS DE CONFORMIDADE:** estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis à instituição.

**RISCOS ORÇAMENTÁRIOS:** eventos que podem comprometer a capacidade de a organização contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

# EVOLUÇÃO DA MATURIDADE EM RISCOS DO TRE-SP



# DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE

A materialidade dos temas se refere aos processos de trabalho e atividades que gerem valor para sociedade a curto, médio e longo prazos e contribuam para o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais. Neste sentido, para delimitar os componentes apresentados no relatório integrado, foram consideradas as iniciativas estratégicas realizadas em 2019 que impactam diretamente as partes interessadas.



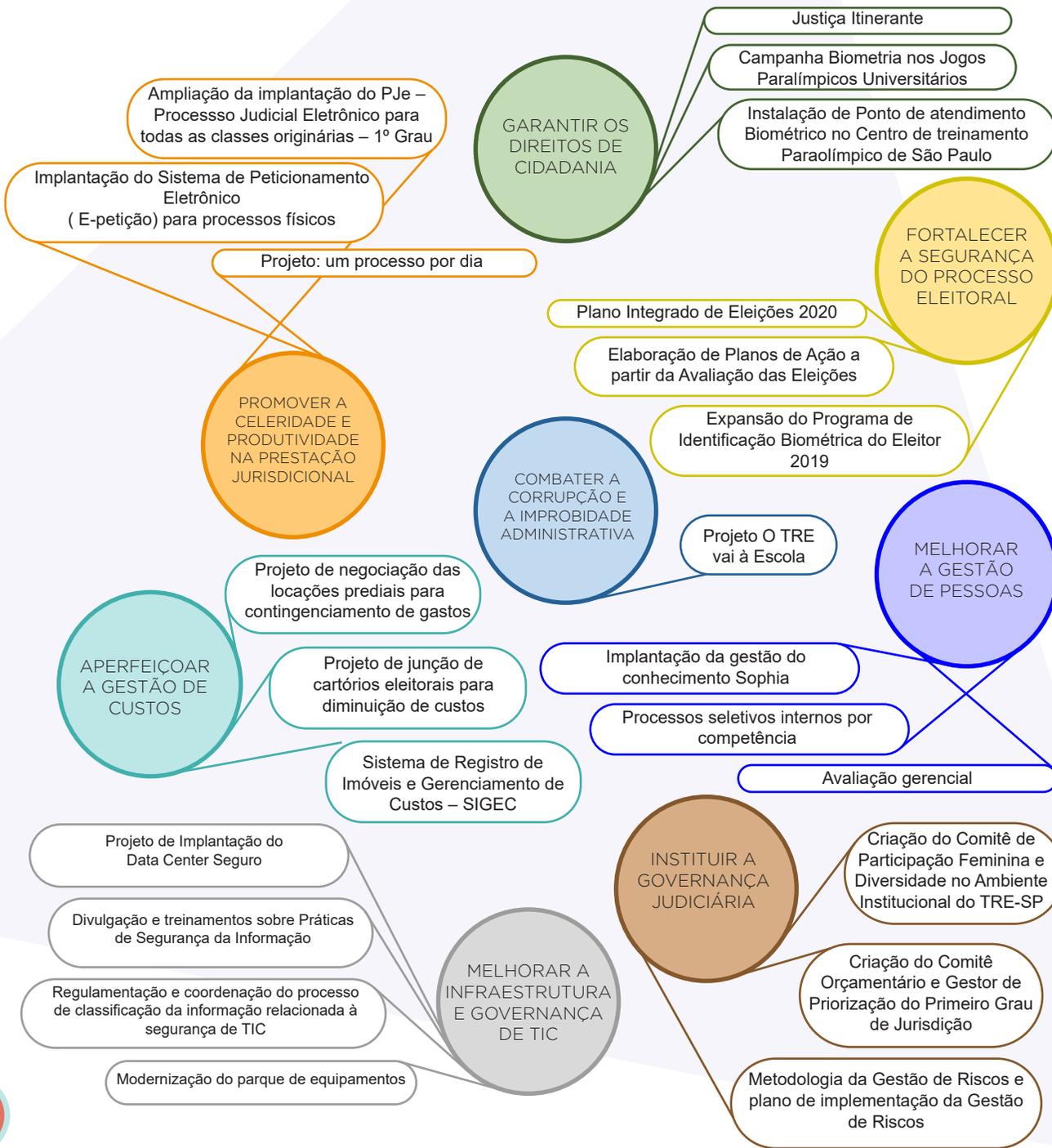
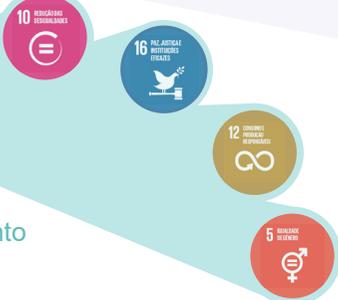
As 54 iniciativas estratégicas foram avaliadas internamente pelo Comitê Gestor da Estratégia - CoGEst de acordo com a geração de valor para a sociedade, sendo escolhidas aquelas de maior materialidade em 2019 para composição do relatório.

**22** Iniciativas escolhidas como mais relevantes do ponto de vista material.

Foram também avaliadas as atividades de acordo com a contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

**4**

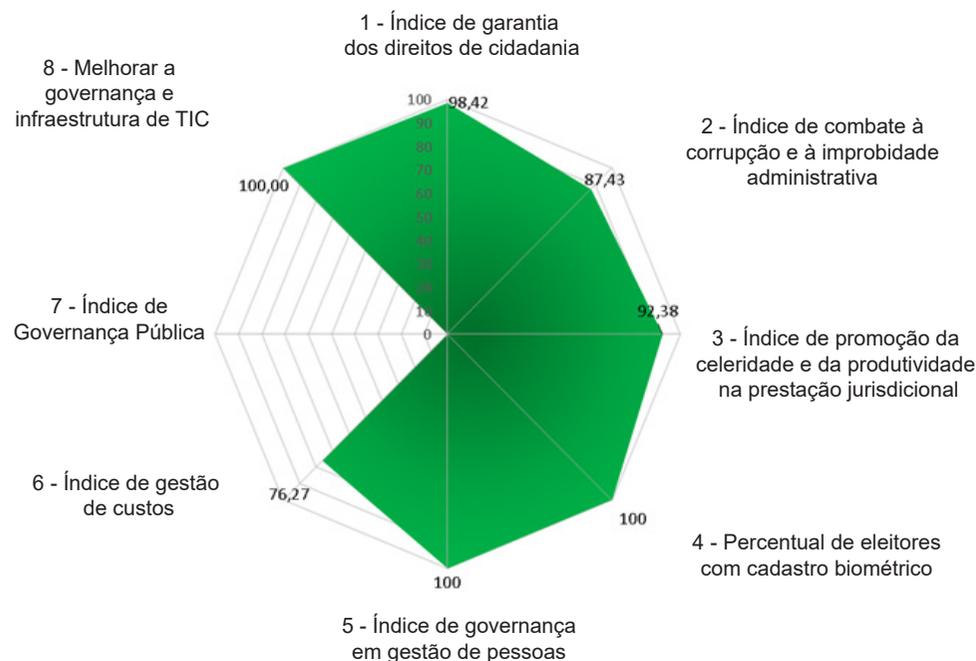
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU atendidos.





# RESULTADOS DA GESTÃO

GRÁFICO DE ATINGIMENTO DOS INDICADORES DE RESULTADO DE CADA MACRODESAFIO (%)



DEMONSTRAÇÃO DO GRAU DE ATINGIMENTO DOS INDICADORES DE RESULTADO DE CADA MACRODESAFIO DO PLANO ESTRATÉGICO DO EXERCÍCIO 2019



Desde o advento da Emenda Constitucional n. 95/2016, que limitou por 20 (vinte) anos o aumento de gastos públicos, o TRE-SP enfrenta o desafio de promover ajustes nas despesas relativas à manutenção da máquina administrativa, incluindo a revisão de contratos, a redução de postos de trabalho e um rigoroso controle de gastos, tudo em sintonia com o aperfeiçoamento da gestão e da governança institucional, o que pode ser verificado, por exemplo, no avanço na gestão de riscos, no crescimento da participação do 1º grau nas instâncias de governança, na disponibilização de novos serviços online para os cidadãos (processo judicial eletrônico 1º grau, e-Petição, pesquisa de satisfação online, agendamento online, etc).

Ademais, a despeito do cenário de restrição orçamentária, considerando a necessidade de adotar uma postura cada vez mais agressiva em relação ao número de eleitores a serem cadastrados biometricamente (coleta de digitais, foto e assinatura), no ano de 2019, a Administração empenhou-se em promover uma expansão significativa do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor

e a concomitante aproximação com o eleitor, por isso ampliou o número de municípios incluídos no procedimento de revisão obrigatória, investiu na instalação de mais de 1.700 pontos de atendimento itinerante distribuídos por todo o Estado, na realização de plantões de atendimento ao público aos finais de semana, na mobilização de servidores de todos os cartórios eleitorais e de diversas unidades da secretaria do tribunal, viabilizando que 479 cidades paulistas concluíssem o cadastramento biométrico de seus eleitores, bem como a coleta de dados de mais de 7,6 milhões de eleitores.

Toda essa mobilização foi realizada sem perder o foco na qualidade dos serviços prestados, assim o TRE-SP continuou a investir em ações de qualificação de seus servidores no atendimento ao público, o que contribuiu para a manutenção da avaliação positiva dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Inúmeras foram as estratégias e as iniciativas traçadas pela administração para direcionar a atividade dos gestores e de todos os colaboradores de forma a avançar continuamente na concretização dos macrodesafios estabelecidos no Plano Estratégico Institucional 2016-2021, como veremos a seguir.

# MACRODESAFIO 1: GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

## ESTRATÉGIAS

**Garantir o acesso aos serviços** da Justiça Eleitoral em todo o Estado.

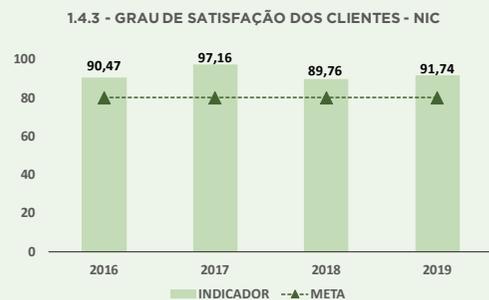
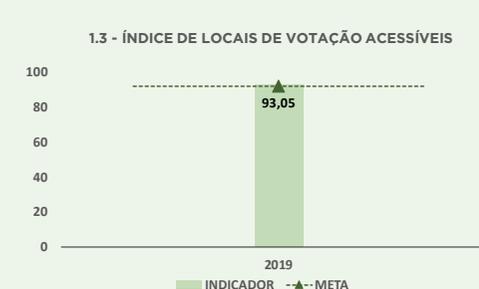
**Assegurar a satisfação do eleitor** no atendimento pela Justiça Eleitoral, em todos os seus canais.

**Atuar na promoção da inclusão social.**

**Garantir a satisfação do eleitor com o atendimento da Justiça Eleitoral.**

**Zelar pela credibilidade da Justiça Eleitoral** nos meios de comunicação.

## INDICADORES



## MACRODESAFIO 1: GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

### INICIATIVAS

- Acesso à Justiça.
  - Expansão do programa “Justiça Itinerante”, aumentando o número de pontos de atendimento itinerante, assim classificados aqueles instalados fora do ambiente do cartório, em todo o Estado de São Paulo.
- Acessibilidade.
  - Elaboração do Plano de Mídia sobre Acessibilidade.
  - Realização da vistoria dos locais de votação do Estado de São Paulo para avaliar as condições de acessibilidade dos espaços a serem utilizados nas eleições 2020 e propositura de adequação aos órgãos competentes.
  - Expansão do número de participantes no curso “Inclua-se em LIBRAS” – capacitação de servidores da Secretaria e das Zonas Eleitorais na Língua Brasileira de Sinais.
  - Disseminação das boas práticas adotadas pelo TRE-SP junto a órgãos externos.
  - Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.
- Sustentabilidade.
  - Reformulação do Plano de Logística Sustentável - PLS.
  - Realização da Semana do Meio Ambiente.
- Renovação da participação do TRE-SP no Programa de Penas Alternativas do Governo do Estado (convênio) mediante celebração de termo aditivo.
- Ampliação das formas de aplicação de Pesquisa de satisfação com o objetivo de ampliar a avaliação dos serviços prestados pelo TRE-SP pela sociedade.



### JUSTIÇA ITINERANTE

Alinhado ao macrodesafio Garantir os Direitos da Cidadania, o Programa de identificação Biométrica do Eleitor buscou a aproximação com o cidadão por meio do deslocamento da estrutura de atendimento dos cartórios eleitorais para pontos de atendimento instalados em shoppings, unidades de saúde, empresas, associações comerciais, clubes esportivos, supermercados, órgãos públicos estaduais e municipais, dentre outros. São os denominados projetos de atendimento itinerante, o que propiciou o atendimento a mais de 1,5 milhão de eleitores fora do ambiente dos cartórios.

# 1.501.071

atendimentos realizados

## 1.237

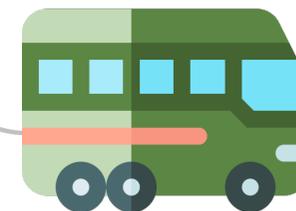
projetos de  
atendimento  
itinerante

## 23

postos instalados  
em shoppings

## 473

projetos de  
agendamento  
e divulgação  
cadastrados



# MACRODESAFIO 1: GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

## INICIATIVAS

### PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE



Promover a eliminação de barreiras, tanto atitudinais quanto físicas, e aprimorar o atendimento prestado à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia do pleito, assegurando de forma incondicional o exercício do voto e respeitando as necessidades de cada cidadão.

Conscientizar o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida sobre a importância do voto, a necessidade de manter atualizado o seu cadastro eleitoral; identificar corretamente as necessidades de cada eleitor.

### LINHAS DE ATUAÇÃO



Redução das barreiras de comunicação entre o cidadão e a Justiça Eleitoral.

2016  
Projeto Coordenador de Acessibilidade

2014  
Projeto Libras

2014  
Projeto Transporte Específico

Treinamento de Mesários

2009  
Início das vistorias dos locais de votação com foco nas condições de acessibilidade do imóvel;

2009  
Adequação de seções eleitorais para torná-las acessíveis.

Supressão de barreiras físicas e arquitetônicas que dificultem o acesso da população aos serviços eleitorais em especial nos locais de votação.



### PROJETO “VOTO ACESSÍVEL”

Durante o mês de julho, o TRE-SP promoveu a Campanha Voto Acessível, com o objetivo de conscientizar o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida sobre a importância do voto e a necessidade de manter atualizada a sua situação perante a Justiça Eleitoral para possibilitar a facilitação de seu voto. Como parte desse projeto, foi firmada parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo e com o Comitê Paralímpico Brasileiro e, dessa forma, a Justiça Eleitoral pôde estar presente nas Paralimpíadas Universitárias, ocorrida entre 24 e 27 de julho de 2019 na cidade de São Paulo.

Durante o período dos jogos, o TRE instalou pontos de atendimento no local e distribuiu material informativo aos presentes. Além disso, a campanha contou com participação voluntária de paratletas, que divulgaram em vídeos mensagens sobre a importância do voto e os caminhos para exercer esse direito.



### OUTRAS AÇÕES

- Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Resolução TRE-SP 478/2019).
- Aquisição de 357 cadeiras de rodas para auxiliar no atendimento do eleitor com mobilidade reduzida.
- Realização do curso “Inclua-se em LIBRAS” – capacitação de servidores na Língua Brasileira de Sinais, com apresentação de seus conceitos elementares da Língua Brasileira de Sinais, a fim de auxiliar os servidores a prestarem atendimento aos públicos externo e interno levando em conta a acessibilidade. Em 2019 foram capacitados 191 servidores, totalizando 1.298 servidores capacitados desde 2018.
- Apresentação do projeto “Designação de colaboradores com conhecimento da Língua Brasileira de Sinais para atuar voluntariamente no dia da eleição e prestar orientação sobre os serviços eleitorais, nos locais de votação” durante o 1º Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão, realizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em setembro de 2019.

### DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Construção de novas parcerias - com o avanço do programa, o TRE-SP tem conquistado credibilidade e espaço para firmar parcerias com outras entidades que atuam na defesa dos direitos da pessoa com deficiência e na promoção da igualdade social.



# MACRODESAFIO 2: COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

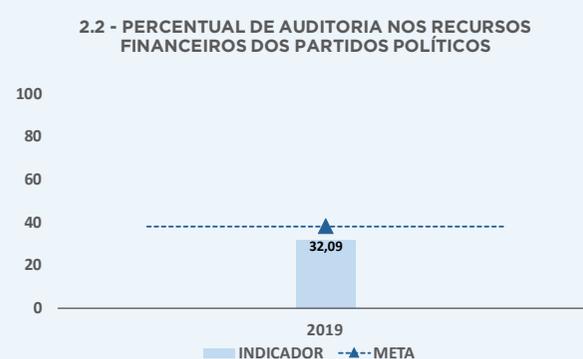
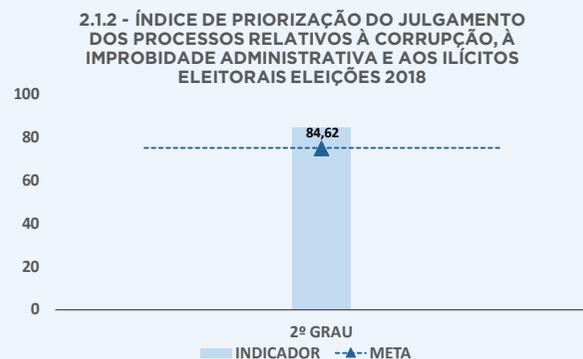
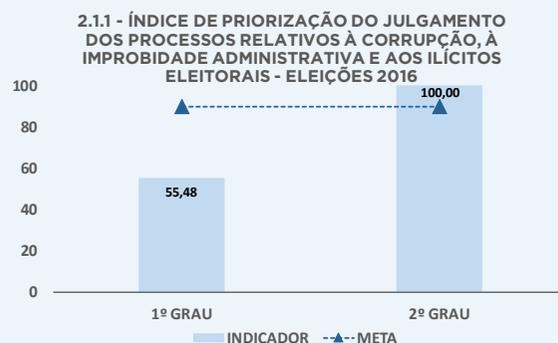
## ESTRATÉGIAS

**Promover a Educação Eleitoral**, transmitindo para a sociedade informações sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

**Disseminar informações sobre o Código de Ética do TRE-SP**, com o objetivo de contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional visando intensificar o respeito e a legitimação da sociedade quanto a atuação do TRE-SP.

**Melhorar o controle e a fiscalização do gasto público.**

## INDICADORES



## INICIATIVAS

- Promoção do trabalho de conscientização dos Relatores, dos servidores de seus Gabinetes e da Procuradoria sobre a relevância do atingimento da meta nacional relativa ao combate à corrupção e à improbidade administrativa.
- Manutenção da disponibilização dos canais institucionais para recepção de denúncias, para o público externo (Ouvidoria) e para o público interno (Fale com o Presidente e Fale com a Secretária).



### PROJETO O TRE VAI À ESCOLA

A Justiça Eleitoral Paulista, em 2019, realizou 116 ações de educação eleitoral, destacamos o Projeto O TRE vai à Escola, trabalho que contribui para a formação cultural e cívica, promovendo a conscientização política de alunos de ensino fundamental e médio, e de seus familiares, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista.



# MACRODESAFIO 3: PROMOVER A CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

## ESTRATÉGIAS

**Priorizar a tramitação de processos eletrônicos** e permitir o acesso online de servidores, advogados e demais interessados aos processos judiciais e administrativos.

**Reduzir o número de processos pendentes de julgamento**, tanto no primeiro quanto no segundo grau (juízes eleitorais e Corte do TRE-SP).

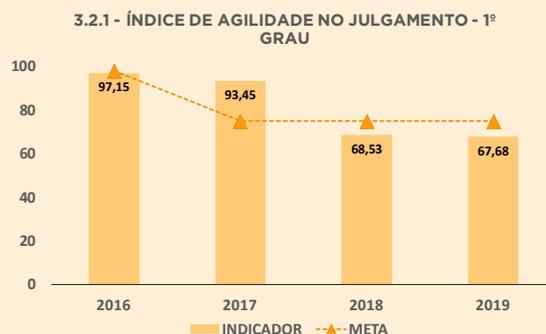
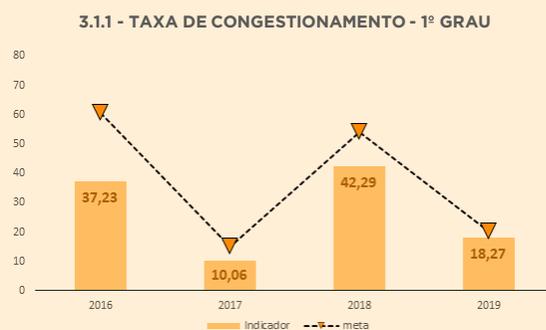
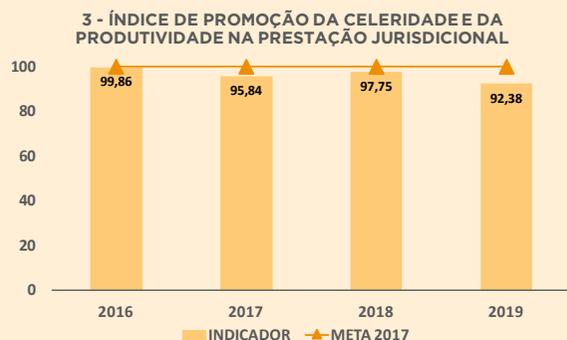
**Identificar e julgar com prioridade** as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo, fixando prazo máximo de julgamento por instância.

**Zelar pela eficiência dos serviços prestados** pelos cartórios eleitorais.

## INICIATIVAS

- Ampliação da implantação do PJe – Processo Judicial Eletrônico para todas as classes originárias no 1º Grau de jurisdição.
- Implantação da ferramenta Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para gestão de processos administrativos, em substituição à ferramenta denominada Processo Administrativo Digital (PAD) no 1º e 2º Grau de jurisdição, possibilitando o acesso de empresas e órgãos externos ao TRE-SP, bem como a execução de atividades de forma remota pelos servidores.
- Implantação do Sistema de Petição Eletrônica (E-petição) - instrumento oficial de envio de petições por meio eletrônico, com base na Lei nº 11.419/2006, para os processos judiciais que tramitam em meio físico na sede do Tribunal, sem prejuízo das formas convencionais de trâmite de documentos já existentes, como forma de garantir a acessibilidade, a celeridade e a modernidade dos processos.
- Realização de inspeção periódica nas zonas eleitorais, para verificar a estrutura física dos prédios, as condições de armazenamento das urnas eletrônicas, os processos eleitorais e a regular execução dos serviços.

## INDICADORES





### PROJETO “CODIPEL”

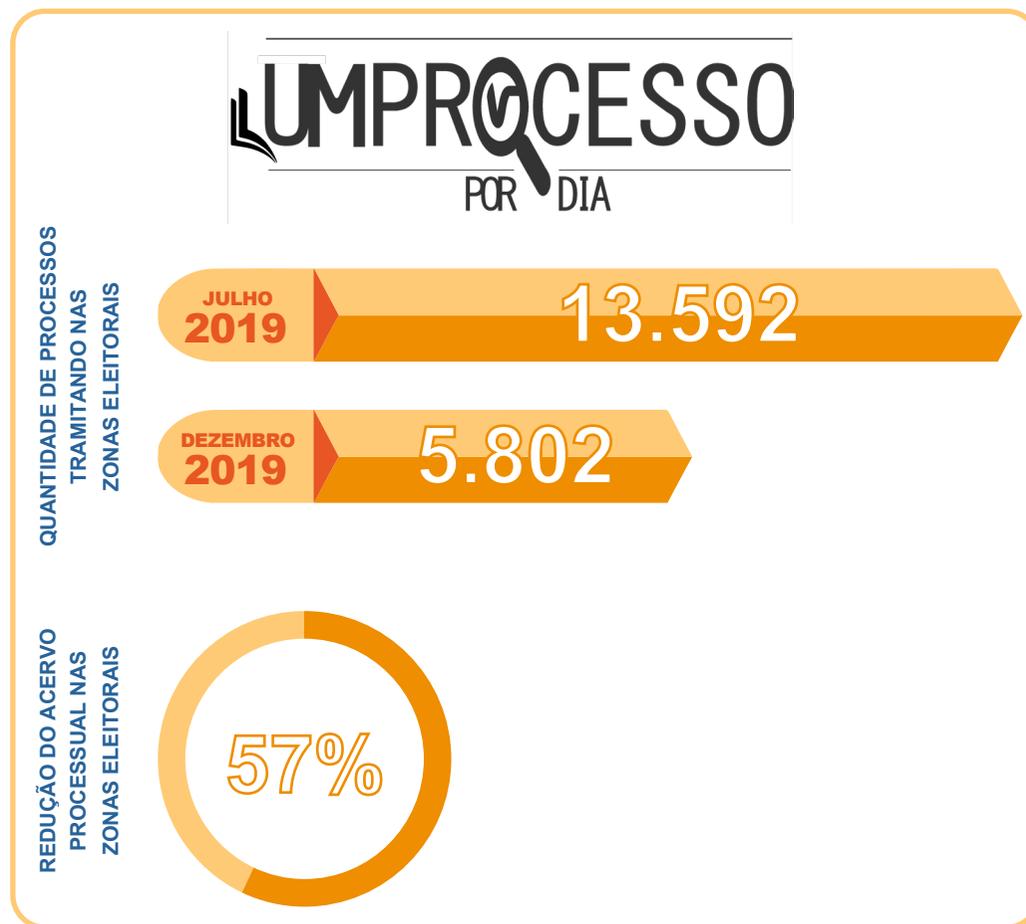
O sistema CODIPEL – Sistema de Comunicação de Óbitos e Suspensão de Direitos Políticos, há 4 anos em operação, é utilizado para o registro de comunicações de óbito. Uma nova ferramenta implementada em maio de 2019 permitiu a exportação automática da informação de falecimento direto ao cadastro de eleitores, o que reduziu significativamente a ocorrência de erros gerados pela digitação dos dados.



### PROJETO “UM PROCESSO POR DIA”

A fim de promover a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, foi implantado o projeto “Um Processo Por Dia”, com o objetivo de prestar auxílio às zonas eleitorais quanto aos fluxos de trabalho, sanar dúvidas procedimentais e incentivar as unidades a promover o andamento de, pelo menos, um processo por dia. A medição é feita utilizando-se o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP).

O projeto possibilitou a diminuição do acervo processual do 1º grau de jurisdição e a melhoria dos indicadores estratégicos de esforço (3.1.1 - Taxa de congestionamento – 1º Grau e 3.2.1 - Índice de agilidade no julgamento – 1º Grau).



## MACRODESAFIO 4: FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

### ESTRATÉGIAS

**Expandir o cadastramento biométrico:** O Programa de Identificação Biométrica do Eleitor da Justiça Eleitoral tem como principal objetivo fortalecer a segurança do processo eleitoral, por meio do registro da impressão digital dos eleitores, a fim de garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral e que aquele que se apresentar para o exercício do voto, seja o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral/revisão.

**Gerir os riscos de eleição:** identificar, analisar e promover o tratamento de eventos que possam ter impactos negativos nas atividades do processo eleitoral. A Gestão de Riscos da Eleição é um instrumento importante para fortalecer a capacidade da Justiça Eleitoral paulista na entrega de eleições justas e limpas à sociedade.

**Implementar o Plano Integrado de Eleições:** instrumento usado para planejar, acompanhar a execução e avaliar as diversas atividades de preparação do processo eleitoral nas unidades do TRE-SP, fortalecendo a gestão das eleições.

**Aprimorar a segurança da informação.**

**Aperfeiçoar as práticas de governança e gestão de TIC.**

### INDICADORES



### INICIATIVAS

- Elaboração do Plano Integrado de Eleições das Eleições 2020 com o objetivo de planejar, acompanhar, executar e avaliar as ações necessárias à realização das eleições, de forma a garantir a execução do processo eleitoral de forma eficiente, legítima e em conformidade com a missão, a visão e os valores do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.
- O Plano Integrado de Eleições é um instrumento que colabora para a promoção da boa prática da governança na Justiça Eleitoral Paulista, visando melhorias em sua eficiência operacional, na transparência institucional e na adoção das melhores práticas de comunicação, de estratégia, de gestão documental, de informação, de processos de trabalho e de projetos.
- Formalização do Processo de Avaliação das Eleições, o qual tem como objetivo mensurar o grau de satisfação de todos envolvidos no Processo Eleitoral com relação aos produtos e serviços disponibilizados nas eleições.
- Expansão do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor, por meio do cadastramento obrigatório dos eleitores em 479 municípios do Estado de São Paulo.
- Ações de incentivo para os cartórios eleitorais realizarem ações de atendimento itinerante fora do ambiente de cartório, incluindo a disponibilização de ferramentas de TI.
- Desenvolvimento e implantação de sistema para viabilizar o cadastramento e gerenciamento dos projetos de ações de atendimento itinerante realizados pelos cartórios e pela secretaria do tribunal.
- Elaboração do Plano de Mídia do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor, para dar efetividade às campanhas de chamamento do eleitor pelos cartórios eleitorais.



### PROJETO “ENCONTRO COM MAGISTRADOS ELEITORAIS: COMBATE ÀS FAKE NEWS E PREPARATIVOS PARA O PLEITO 2020”.

Em 2019, o corregedor regional eleitoral de São Paulo realizou nove encontros com 297 juízes eleitorais nos polos de Campinas, Baixada Santista, Bauru, São José do Rio Preto, capital, Ribeirão Preto, Sorocaba, Grande São Paulo e São José dos Campos. O projeto teve como objetivo conscientizar os magistrados eleitorais quanto aos desafios enfrentados pela utilização indevida na internet de ferramentas de disseminação de informações e propagandas partidárias.

Na oportunidade, o corregedor estabeleceu diretrizes de atuação quanto ao exercício do poder de polícia e fiscalização da propaganda eleitoral, em especial aquela veiculada por meio eletrônico.



# MACRODESAFIO 4: FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

## INICIATIVAS

### ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO A PARTIR DA AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES

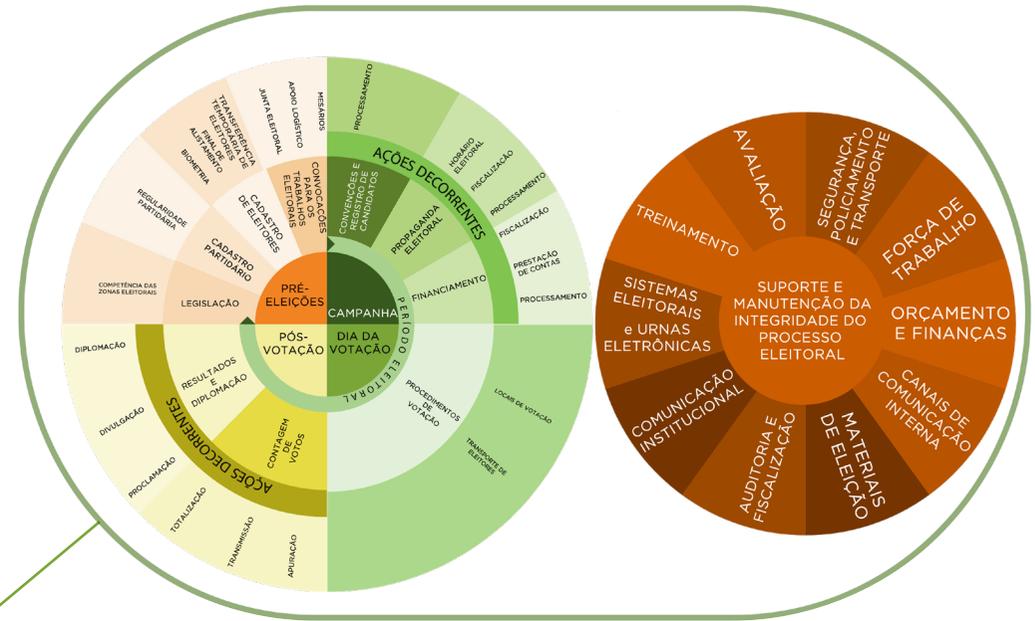
Finalizadas as eleições de 2018, a unidade de Planejamento Estratégico compilou os dados de Avaliação das Eleições coletados entre servidores, eleitores e colaboradores da Justiça Eleitoral e desenvolveu o Relatório Final da Avaliação das Eleições.

A partir desse relatório, as unidades da Secretaria do Tribunal e o CRCE (grupo formado por alguns representantes dos cartórios eleitorais do Estado) analisaram os diagnósticos das atividades, produtos e serviços entregues e elaboraram Planos de Ação para a melhoria contínua do trabalho realizado pelo TRE-SP.

A realização de diagnósticos e definição dos planos de ação integraram o ciclo de planejamento das eleições seguintes compondo o Plano Integrado de Eleições 2020.

Essa ferramenta de gestão cíclica fortalece o processo eleitoral na medida em que corrige rotas dos projetos, atividades e serviços que são essenciais e necessários à manutenção da integridade do processo eleitoral.

## PLANO INTEGRADO DE ELEIÇÕES 2020



No cumprimento da missão da Justiça Eleitoral Paulista: “garantir a legitimidade do processo eleitoral” e com o objetivo de fortalecer a segurança do processo eleitoral, o TRE-SP elaborou o Plano Integrado de Eleições – PIE, aplicando uma visão sistêmica ao processo eleitoral e um ciclo de gestão que consiste em planejar, mapear, acompanhar, executar e avaliar as atividades necessárias à realização de eleições.

O Plano Integrado de Eleições 2020, elaborado e construído ao longo de 2019, considera o processo eleitoral como um conjunto de atividades conectadas e entrelaçadas que formam pequenas entregas de valor para a sociedade, sendo a mais relevante delas o dia da votação.

Para a construção deste plano foram utilizadas práticas “emprestadas” das metodologias ágeis de gestão de projetos, crescentes na administração pública, com vistas à modernização dos seus processos de trabalho através da reformulação das práticas de gestão de forma que os valores gerados à sociedade fossem entregues de forma mais rápida e eficiente.

Os métodos ágeis na gestão de projetos consistem na divisão e simplificação do projeto em partes, de forma a tornar o ciclo PDCA (do inglês: plan (planejar), do (fazer), check (checar), act (agir) mais curto e possibilitar a correção de erros rapidamente, bem como realizar mudanças de curso com maior agilidade.

# MACRODESAFIO 4: FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

## INICIATIVAS

### EXPANSÃO DO PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR 2019

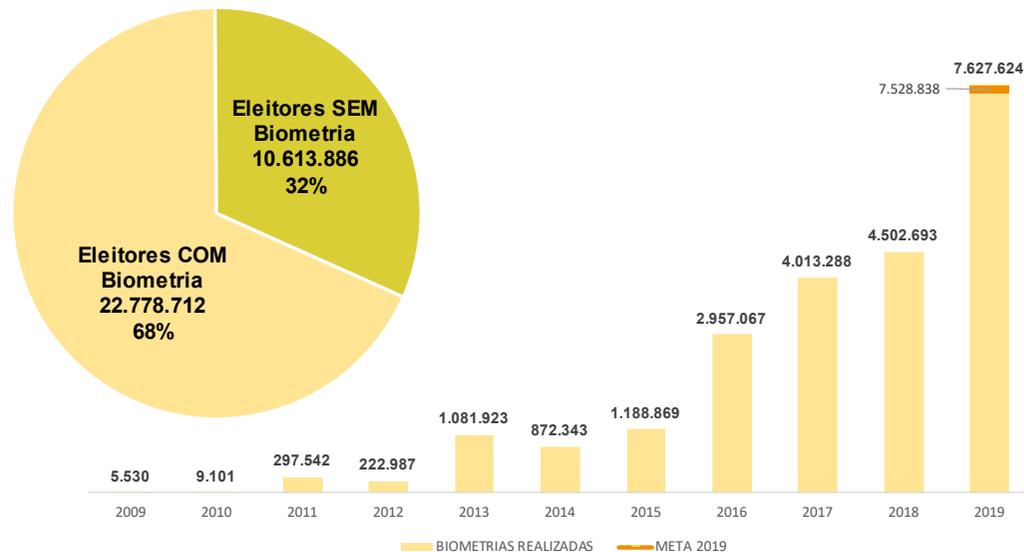
Em relação ao Programa de Identificação Biométrica do Eleitor da Justiça Eleitoral, até o ano de 2018, havia sido concluído o cadastramento obrigatório em 107 municípios. A meta do TRE-SP em 2019 foi alcançar o cadastramento em 586 municípios.



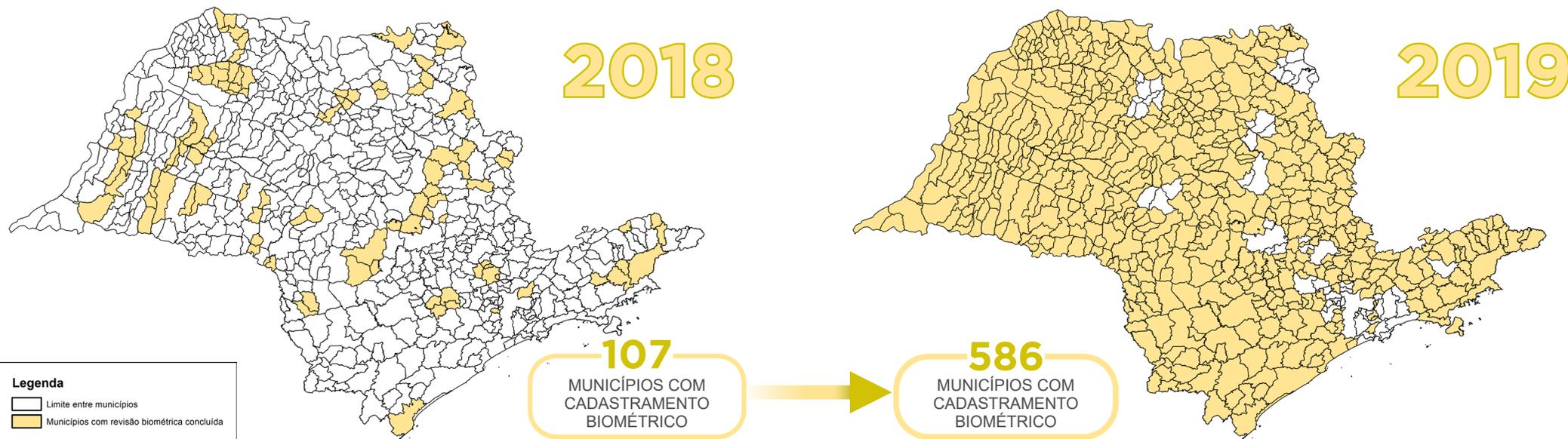
Para tanto, a Justiça Eleitoral deu início ao chamamento de eleitores de 479 municípios para procederem à atualização dos seus dados cadastrais, mediante a incorporação de dados biométricos (digital, foto e assinatura digitalizada), possibilitando que mais 7,6 milhões de eleitores possam fazer uso dessa tecnologia nas eleições municipais de 2020.

Assim, do total de 645 municípios paulistas, 586 já passaram pelo cadastramento eleitoral obrigatório, possibilitando que mais de 22,7 milhões de eleitores façam uso da identificação biométrica nas eleições.

O desafio é concluir o cadastramento na capital e em outros 58 municípios até o ano de 2022.



## EVOLUÇÃO DA BIOMETRIA EM TERMOS TERRITORIAIS



# MACRODESAFIO 5: MELHORAR A GESTÃO DE PESSOAS

## ESTRATÉGIAS

**Desenvolver competências gerenciais e técnicas** dos servidores e magistrados.

**Implantar programas e ações** que promovam uma forma de gerir pessoas como parceiras de seu desenvolvimento e promotoras de mudanças organizacionais e que reflitam melhorias nas entregas e na imagem institucional.

**Humanização** nas relações de trabalho.

**Adequada distribuição** da força de trabalho.

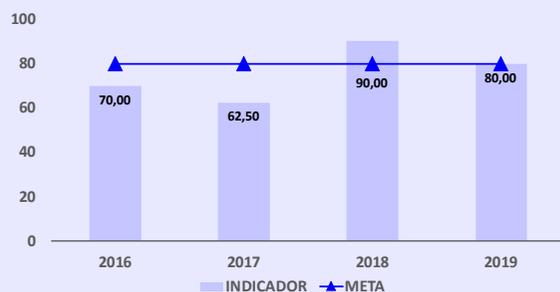
**Promover a valorização** dos servidores.

## INICIATIVAS

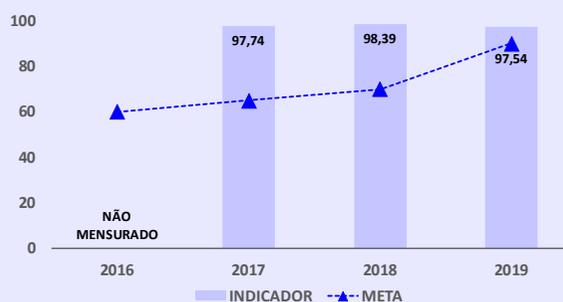
- Celebração de Termo de cooperação para o compartilhamento de boas práticas relativas à Política de Gestão de Pessoas dos órgãos do Poder Judiciário - TJMSP, TRT2, TRF3, TRE-SP e TJSP.
- Mapeamento dos Processos de Trabalho da SGP.
- Implantação do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT - Zonas Eleitorais.
- Implantação do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho DFT – Secretaria.
- Elaboração da Política de Gestão de Pessoas de TIC.
- Elaboração da Política de Gestão de Pessoas do TRE-SP.
- Mapeamento de ocupações críticas.
- Implantação da gestão do conhecimento.
- Implantação do Dashboard de Gestão de Pessoas.
- Implantação do Banco de Talentos.
- 3º Programa de Desenvolvimento de Sucessores.
- Implantação do Programa Permanente de Coaching.
- 2º Ciclo de reconhecimento de servidores.
- Gestão do clima organizacional.
- Disponibilização de perfis profissionais das unidades na intranet.
- Concurso de relação interna da Secretaria por competências.

## INDICADORES

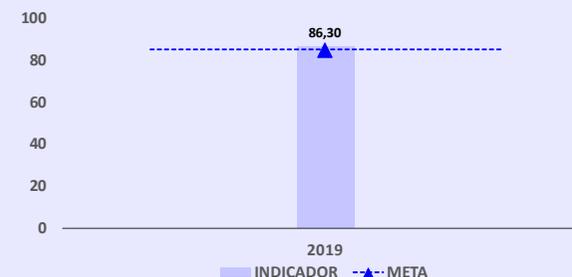
5 - ÍNDICE DE GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS



5.1 - GRAU DE SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (PQVT)



5.2 - ÍNDICE DE FAVORABILIDADE AO CLIMA ORGANIZACIONAL





### SOPHIA

Sophia é um projeto de inteligência artificial desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-SP que é capaz de decidir a melhor trilha individual de cursos, a serem realizados por servidores a partir das notas obtidas em uma avaliação, e por acompanhar o servidor em toda a realização das ações de capacitação.

No último exercício, foi utilizada na implementação do Programa de Desenvolvimento Gerencial, capacitando todos os gestores operacionais do Regional (mais de 500 participantes)

Inicialmente, houve uma análise das médias obtidas pelos gestores em cada uma das 18 competências analisadas na avaliação gerencial e escolhidos 11 cursos, de tal forma que cada competência tenha sido trabalhada de maneira relacionada (tangencial) ou abrangida (profunda) em pelo menos um curso.

Após essa fase, foram utilizadas técnicas de análise de dados e *machine learning* para cruzar os dados das médias obtidas na avaliação gerencial com as competências desenvolvidas pelos cursos, de modo a obter os dois ou três cursos que mais trabalham as competências que o gestor precisa desenvolver, segundo sua avaliação.

Definidos os cursos, foram criados 69 modelos de e-mail para realizar a comunicação individualizada durante a implementação dos cursos.

Essa comunicação é realizada por meio de técnicas de inteligência artificial que permitem selecionar o melhor texto para cada caso de comunicação. Foram enviadas mais de 4.000 comunicações de maneira individual e automatizada.

A implantação da Sophia gerou uma economia de pelo menos R\$ 450.000,00 à instituição apenas no primeiro ano de uso, considerando-se o valor da contratação de cursos EAD para gestores em anos anteriores. Até então, um único curso era apresentado a todos os gestores mas, a partir desse projeto, elabora-se um plano individual de capacitação, realizado integralmente por meio da administração e isento de custos.

## MACRODESAFIO 5: MELHORAR A GESTÃO DE PESSOAS

### INICIATIVAS

#### AVALIAÇÃO GERENCIAL (2º CICLO)

Avaliação de todos os gestores de equipe do Tribunal, com o objetivo de promover o desenvolvimento nas competências comportamentais e gerenciais, em todos os níveis de atuação (estratégico, tático e operacional), incluindo Secretaria, cartórios da capital e interior e postos de atendimento.



#### PROCESSOS SELETIVOS POR COMPETÊNCIAS

Para a ocupação de funções de confiança, incluindo a chefia de cartórios eleitorais, o TRE-SP realiza processos seletivos. Para tanto, fundamenta-se na verificação e análise de competências técnicas, gerenciais e comportamentais, instrumentos da Gestão por Competências, conforme Resolução CNJ. n. 240/2016, Resolução TSE n. 23.543/2017 e Resolução TRE n. 425/2018.

Os concursos internos possibilitam a participação isonômica de todos os servidores interessados, com foco na conjugação das atribuições da unidade com as competências do servidor (seleção por competências), incluindo análise curricular, dinâmicas e entrevistas, todas com foco na identificação do perfil dos colaboradores e sua congruência com as vagas oferecidas.

Dessa forma, os processos seletivos contribuem para a formação de uma cultura organizacional que prioriza o aperfeiçoamento e a potencialização do desempenho do servidor para consecução dos objetivos estratégicos do Tribunal.

#### SELEÇÕES PARA CHEFE DE CARTÓRIO DO INTERIOR

5 processos seletivos realizados:

16ª ZE – Atibaia	386ª ZE – Barueri	59ª ZE – Itu
92ª ZE – Piracaia	304ª ZE - Jandira	

#### SELEÇÕES PARA CHEFE DE CARTÓRIO DA CAPITAL

- Formação de Banco de Chefes com 30 servidores;
- 10 servidores já designados para chefia.

#### SELEÇÕES INTERNAS POR COMPETÊNCIAS

Processo seletivo por competências para:

- Assistente de Plenário (SJ);
- Assistente I (388ª ZE);
- Servidor para atuar no processamento de feitos criminais (1ª ZE).

# MACRODESAFIO 6: APERFEIÇOAR A GESTÃO DE CUSTOS

## ESTRATÉGIAS

**Estabelecer uma cultura de redução do desperdício** de recursos públicos.

**Atendimento das necessidades prioritárias e essenciais** do órgão.

**Execução de recursos em acordo com a programação orçamentária.**

## INICIATIVAS

- Negociação com os proprietários dos imóveis locados para dispensa dos reajustes contratuais e/ou redução do valor da locação.
- Projeto de junção de Cartórios Eleitorais com o compartilhamento de imóveis e de infraestrutura entre duas Zonas Eleitorais.
- Adequação dos contratos de terceirizados aos limites impostos pela Emenda Constitucional 95/2016.

## INDICADORES

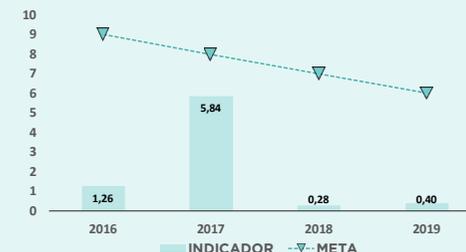
6 - ÍNDICE DE GESTÃO DE CUSTOS



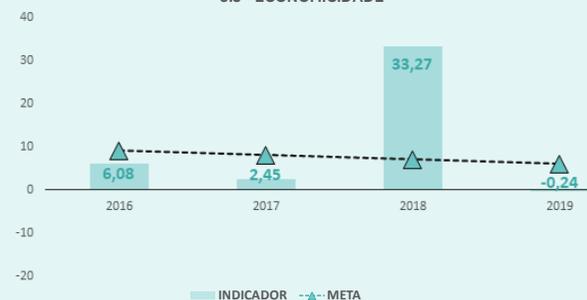
6.1 - ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



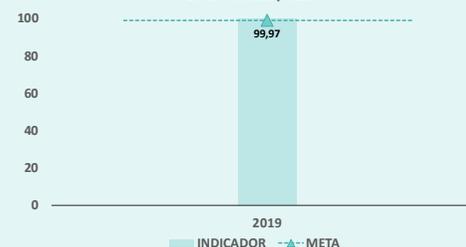
6.2 - PERDAS ORÇAMENTÁRIAS



6.3 - ECONOMICIDADE



6.4 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES



6.5 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS



## MACRODESAFIO 6: APERFEIÇOAR A GESTÃO DE CUSTOS

### INICIATIVAS

#### LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

A Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, em virtude do elevado custo e da dificuldade de contratação de pessoal para realizar a manutenção preventiva dos prédios próprios, adotou a locação como solução para a necessidade de ocupação de imóveis para desenvolvimento de suas atividades cartorárias.

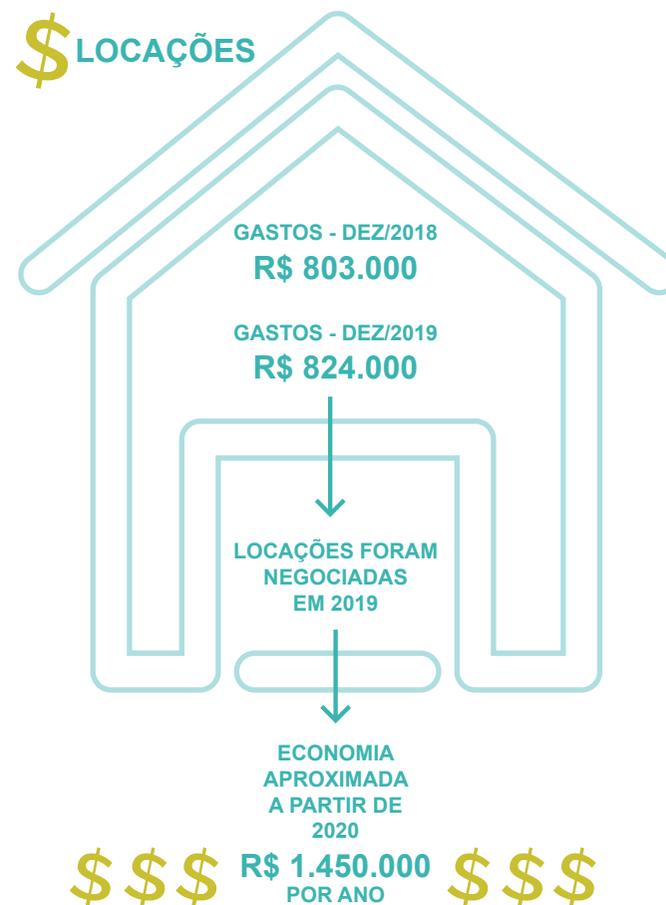
As locações permitem optar por imóveis adequados, com a possibilidade de negociar com os locadores a assunção de eventuais obras, reformas e manutenções de maior porte, restando a este Regional apenas as manutenções ordinárias e com possibilidade de adicionar ou reduzir o quantitativo de imóveis locados, com base em critérios administrativos ou em disponibilidade orçamentária.

O TRE-SP encerrou o ano de 2019 com 46 imóveis locados, sendo: dois para Sede, dois para Depósito de Urnas e 42 para instalação de cartórios eleitorais.

O custo dessas locações durante o mês de dezembro foi da ordem de R\$ 824 mil. Em dezembro de 2018 o valor dispendido foi da ordem de R\$ 803 mil.

Tendo em vista as limitações de gastos impostas pela Emenda Constitucional 95/2016, mormente para o exercício de 2020, no segundo semestre de 2019 os locadores dos imóveis da capital foram chamados individualmente para negociar a redução dos valores das locações, na base de 20%. Somente dois locadores, do total de 46, não concordaram com a redução proposta. Essas locações serão objeto de estudos para a junção ou localização de outro imóvel com valor locatício compatível com a realidade orçamentária do Tribunal. As negociações das locações resultaram em uma economia aproximada de R\$ 121 mil por mês e R\$ 1,45 milhão por ano, com reflexos a partir de 2020.

O Tribunal ocupa atualmente 19 (dezenove) imóveis próprios da União, com valor total estimado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET da ordem de R\$ 117 milhões, e, também, um imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo mediante Permissão de Uso do Imóvel a Título Precário e Gratuito (Decreto nº 22.868/86).



#### MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES



Durante o ano de 2019, iniciou-se neste Regional um projeto de junção de cartórios eleitorais, que consiste em reunir num mesmo imóvel duas ou mais serventias de acordo com a disponibilidade de espaço físico dos prédios. Estudos prévios foram realizados para avaliar a proximidade dos bairros e a facilidade de circulação entre eles, para que não houvesse prejuízos ao eleitorado tampouco às atividades eleitorais.

O projeto, em seu aspecto econômico, permitirá reduzir o número de imóveis locados, bem como o valor dispendido anualmente com locações. Inicialmente realizaram-se as junções da 258ª Zona Eleitoral Indianópolis, que passou a funcionar em conjunto com a 5ª Zona Eleitoral Jardim Paulista, e a 247ª Zona Eleitoral São Miguel Paulista, que passou a atender no mesmo prédio onde está instalada a 398ª Zona Eleitoral Vila Jacuí. Essas iniciativas já têm trazido bons resultados e, certamente, repercutirão mais significativamente no orçamento de 2020 deste Regional, alinhando-o às restrições financeiras impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 - Teto de Gastos.

# MACRODESAFIO 7: INSTITUIR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

## ESTRATÉGIAS

**Estabelecer o sistema de governança e gestão corporativa**, com a finalidade de aperfeiçoar a estratégia, garantir a constante melhoria do desempenho institucional, promover uma gestão eficiente e participativa, com foco no alcance dos resultados esperados e geração de valor para a sociedade.

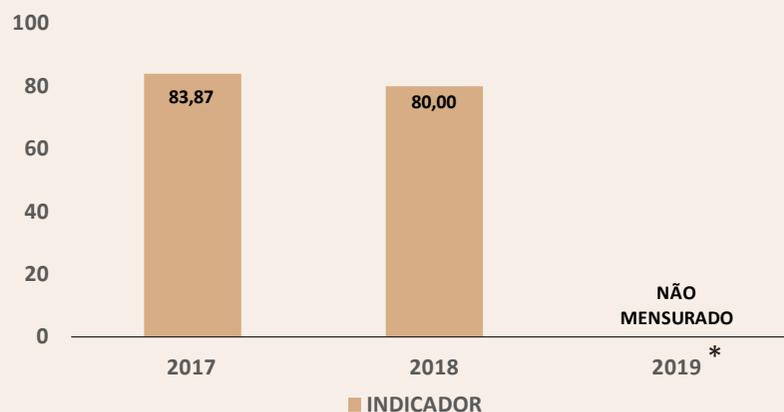
**Promover a gestão de riscos**, definindo o Processo de Gestão de Riscos do TRE-SP, com a finalidade de ampliar a possibilidade do alcance dos objetivos institucionais.

## INICIATIVAS

- Definição da metodologia de revisão do Plano Estratégico Institucional (indicadores e metas).
- Gestão Participativa na construção das Metas 2020.
- Criação do Comitê Orçamentário e Gestor de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição.
- Criação do Comitê de Participação Feminina e Diversidade no Ambiente Institucional do TRE-SP.
- Reformulação da página do tribunal na internet, alterando o tema “Planejamento Estratégico” pelo tema “Governança Institucional”.
- Revisão parcial dos indicadores que compõem o plano estratégico institucional.

## INDICADORES

### 7 - ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA



\*Este indicador restou prejudicado, uma vez que utiliza como base os resultados publicados pelo TCU relativos ao “Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública”, que não ocorreu em 2019.

Maiores informações no site do TCU: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2021/>

### CRIAÇÃO DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO FEMININA E DIVERSIDADE NO AMBIENTE INSTITUCIONAL DO TRE-SP



A Resolução do Conselho Nacional de Justiça 255, de 4 de setembro de 2018, ao instituir a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, estabeleceu que:

*“Art. 2º Todos os ramos e unidades do Poder Judiciário deverão adotar medidas tendentes a assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional, propondo diretrizes e mecanismos que orientem os órgãos judiciais a atuar para incentivar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos institucionais.”*

Neste sentido e considerando a necessidade de promover ações para incentivar a participação feminina, o TRE-SP, constituiu o Comitê de Participação Feminina e Diversidade no Ambiente Institucional do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo por meio das Portarias 197 e 248/2019. O grupo é formado por mulheres e tem o objetivo de estudar o tema e propor ações que promovam a participação feminina, a igualdade de gênero e a diversidade no ambiente institucional.

As ações propostas pelo Comitê visam cumprir ainda com a agenda mundial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao ODS nº 5, qual seja, alcançar a igualdade de gênero.

Complementarmente, para que sejam consideradas democráticas, as eleições devem garantir amplas condições de participação e representatividade dos cidadãos no processo eleitoral. Cabe ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, com a missão de “*garantir a legitimidade do processo eleitoral*”, restringir assimetrias de poder na disputa político-partidária.

Neste sentido, o Comitê possui como desafio para 2020 estender o alcance dos projetos propostos, em cumprimento à Meta Específica nº 2 do segmento Eleitoral do Poder Judiciário da União – fomentar a participação feminina no processo eleitoral – especificada da seguinte forma no respectivo glossário: “Promover ações de incentivo à participação das mulheres no processo eleitoral.”

A primeira ação do Comitê foi a realização da palestra “Participação feminina e diversidade no ambiente institucional: desafios e perspectivas”, em 23 de agosto de 2019.



### CRIAÇÃO DO COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

No plano interno, para fortalecer a atuação das instâncias internas de apoio à gestão e assegurar uma gestão participativa, a Administração criou novos mecanismos de inclusão das unidades de Primeiro Grau, a exemplo da criação do Comitê Gestor Local de Pessoas, do incentivo à atuação do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais e da criação do Comitê Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição.

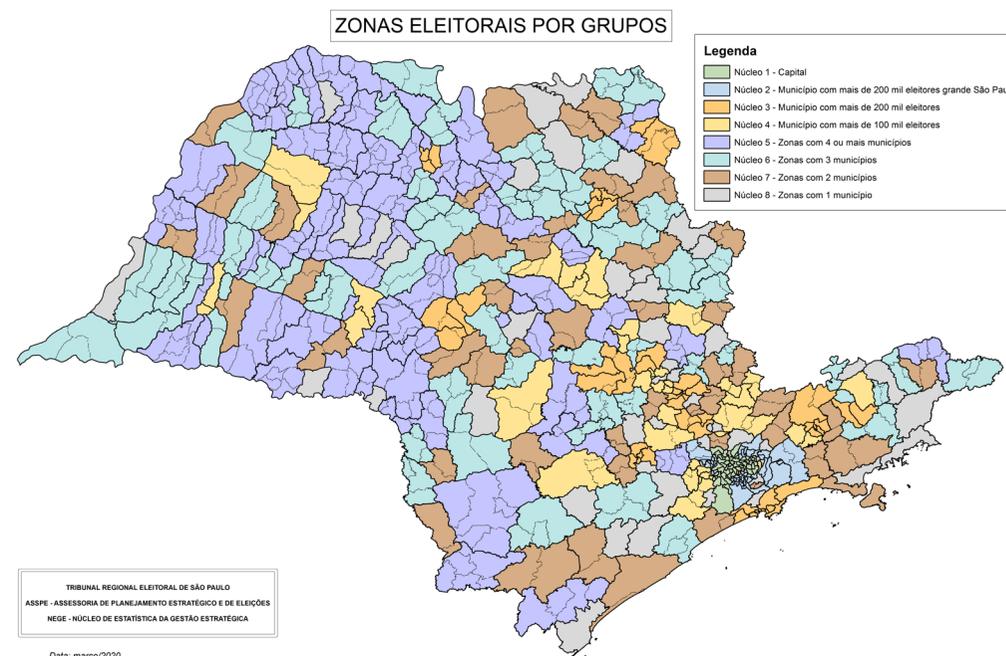
Destaca-se o Comitê Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, cujas principais atribuições são:

- Fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;
- Promover a integração e comunicação entre os magistrados e os servidores lotados nos cartórios eleitorais;
- Atuar na interlocução com o Conselho Nacional de Justiça CNJ, com a Rede de Priorização do Primeiro Grau e com as instituições parceiras mediante o compartilhamento de iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- Priorizar e discutir as demandas comuns a todos os cartórios eleitorais;
- Propor projetos, eventos e outras ações que demandem o envolvimento do Comitê e/ou dos cartórios eleitorais;
- Sugerir ações para o cumprimento das metas do Poder Judiciário Nacional e do Plano Estratégico do TRE-SP;
- Propor reuniões, encontros e eventos para o acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos;
- Monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados;
- Divulgar e disseminar as informações e deliberações acerca das atividades do Comitê;
- Auxiliar na captação das necessidades ou demandas orçamentárias;
- Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária;
- Auxiliar na execução do orçamento, notadamente por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.

### CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

#### PORTARIA TRE/SP 58/2018

- Formado por representantes de 8 núcleos definidos por afinidade administrativa, agrupados de acordo com as similaridades de administração territorial, sendo 8 representantes eleitos e 1 representante designado pelo Tribunal;
- Atribuições:
  - Promover a integração e comunicação entre os servidores lotados nos cartórios eleitorais e a Secretaria;
  - Priorizar e discutir demandas comuns aos cartórios;
  - Participar de projetos, comissões, reuniões;
  - Responder consultas sobre temas diversos, debatendo-os com os cartórios do núcleo respectivo.
- Mandato: dois anos.



# MACRODESAFIO 8: MELHORAR A GOVERNANÇA E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

## ESTRATÉGIAS

**Incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos,** controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

**Otimização de recursos** humanos, orçamentários e tecnológicos.

## INDICADORES



## INICIATIVAS

- A implantação da nova sala para o Data Center Seguro, com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2020, está sendo realizada conforme os requisitos previstos na ABNT NBR 15247, permitindo a ampliação dos sistemas de controle e monitoramento do ambiente, aumentando a segurança física de acesso e garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais e dos sistemas estratégicos.
- A Gestão de Segurança da Informação no TRE-SP é composta por políticas, estratégias, planos e controles que visam à proteção das informações corporativas e pessoais, com o objetivo de garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações mantidas por este Regional. Nesse sentido, foi também instituída a Semana de Segurança da Informação, com a finalidade de expandir a disseminação das práticas seguras no uso dos recursos de TIC e fortalecer a segurança dos processos internos da Justiça Eleitoral de São Paulo. O TRE-SP manteve sua pontuação máxima nos itens que tratam de ações de conscientização constantes dos questionários dos órgãos de controle, tendo como resultado, também, a não ocorrência de incidentes de segurança da informação que tenham impactado a continuidade dos serviços essenciais de TIC.
- A instituição do Processo de Classificação da Informação complementou as ações necessárias à garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações produzidas ou custodiadas pela Justiça Eleitoral de São Paulo em todas as suas instâncias.
- A modernização do parque de equipamentos e infraestrutura de TIC teve como objetivos garantir a infraestrutura de TIC para o atingimento das metas previstas de biometria e permitir a conclusão da implantação do PJE nas 1ª e 2ª instâncias.
- A autoavaliação das Práticas de Governança Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação utilizou como referência o Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD 2019 e permitiu o estabelecimento de plano de ações e metas para o aprimoramento contínuo da governança, visando avançar o nível de maturidade em gestão de TI.

# ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão orçamentária e financeira do TRE-SP visa zelar pela eficiência e efetividade na aplicação dos recursos públicos consignados ao órgão, de forma a revertê-los em serviços prestados à sociedade, em conformidade com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis vigentes, e alinhada aos macrodesafios constantes do Planejamento Estratégico do TRE-SP que demandam recursos orçamentários para implementação.

### ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PERFIL DE GASTO

#### ORÇAMENTO ORDINÁRIO

##### DOTAÇÃO AUTORIZADA

Em milhões



Fonte: SIAFI

A Lei nº 13.808/2019 - LOA/2019 - consignou ao TRE-SP a dotação inicial de R\$ 760,8 milhões para o orçamento ordinário. Ao longo do exercício, alterações orçamentárias permitiram um acréscimo líquido de R\$ 91,9 milhões, elevando a dotação autorizada para R\$ 852,7 milhões.

Destaque-se que a dotação inicial consignada ao TRE-SP na LOA/2019 ficou aquém das necessidades do órgão. Diante desse cenário deficitário foi necessário ampliar o orçamento em 12%, por meio de créditos adicionais, com recursos oriundos da reserva técnica e sobras orçamentárias apuradas pelo TSE e outros Tribunais Eleitorais, o que possibilitou o atendimento de toda a demanda do exercício.

O acréscimo de R\$ 94,7 milhões destinou-se à complementação de recursos para pagamento de despesas contratuais, aquisições de materiais, investimentos, modernização do parque tecnológico e folha de pagamento de pessoal.

O decréscimo de R\$ 2,8 milhões é correspondente ao cancelamento parcial das dotações destinadas ao pagamento de inativos, benefícios assistenciais e da contribuição patronal da União. O cancelamento de recursos de inativos foi devido à projeção inicial de um número elevado de aposentadorias, em razão do projeto da reforma da previdência que tramitava no Congresso Nacional. Ao final da aprovação da reforma, observou-se que o número previsto de aposentação de servidores do TRE-SP não se efetivou. Em relação ao cancelamento das dotações de benefícios e contribuição patronal, o principal motivo das sobras nessas rubricas foi o número considerável de desligamentos e aposentadorias de servidores que não foram repostos, devido às restrições financeiras decorrentes da EC nº 95/2016 – Teto de Gastos.

## ALOCAÇÃO DOS RECURSOS – ORÇAMENTO ORDINÁRIO

### ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Da dotação  
autorizada de

**R\$ 852,7**  
**milhões**

Fonte: SIAFI



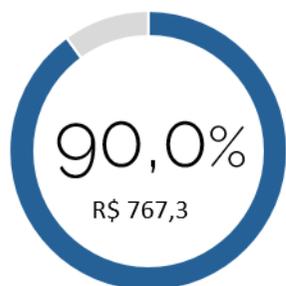
O gerenciamento da dotação destinada ao TRE-SP busca o alinhamento das necessidades orçamentárias de custeio, investimento e de pessoal, com a otimização da oferta de serviços públicos à sociedade. Essa conduta está em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal, que tem entre seus indicadores de esforços “melhorar a aderência da execução ao planejamento elaborado na proposta orçamentária anual” e “diminuir as perdas de orçamento”.

As metas estabelecidas para esses indicadores de esforços foram plenamente cumpridas em 2019.

A aplicação dos recursos destinados ao TRE-SP na Lei Orçamentária é feita de forma direta.

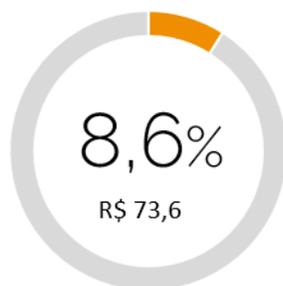
### ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Qual foi a finalidade dos recursos?



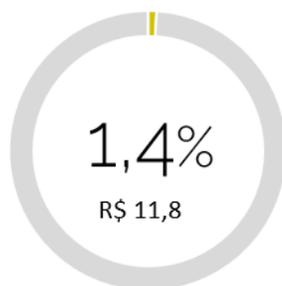
#### Despesas obrigatórias

Ativos, inativos, pensionistas, contribuição patronal e benefícios



#### Despesas discricionárias de custeio

Terceirizados, serviços de T.I., Poupatempo, locação de imóveis, estagiários, etc.



#### Despesas discricionárias de investimento

Equipamentos, sala-cofre, mobiliário, materiais permanentes, softwares

Em milhões

Fonte: Tesouro Gerencial

### EXECUÇÃO POR TIPO DE DESPESA

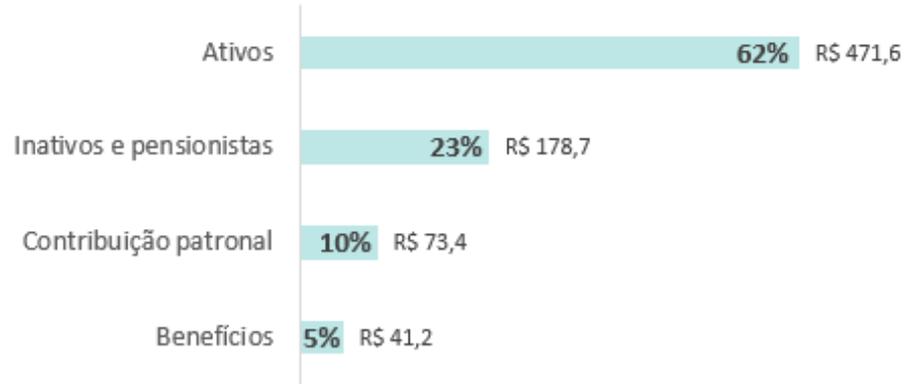
Da dotação autorizada de **R\$ 852,7 milhões**



Fonte: SIAFI

## DESPESAS OBRIGATÓRIAS

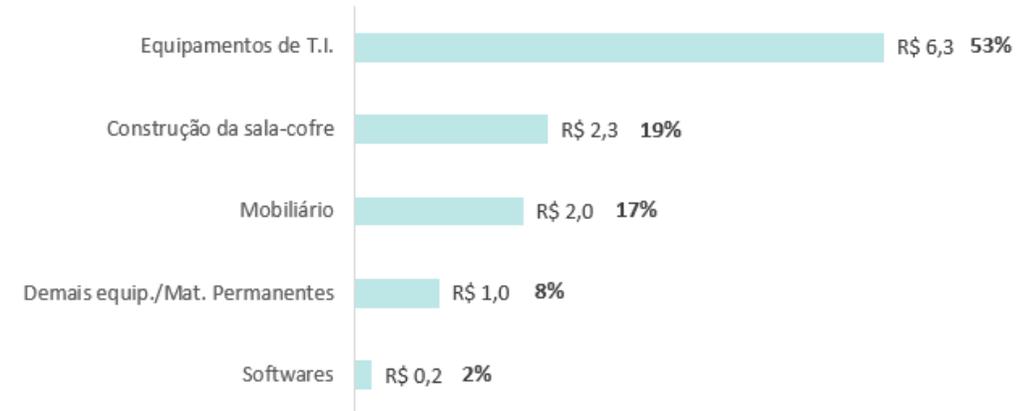
Total empenhado: R\$ 764,9 milhões



Fonte: Tesouro Gerencial

## DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DE INVESTIMENTO

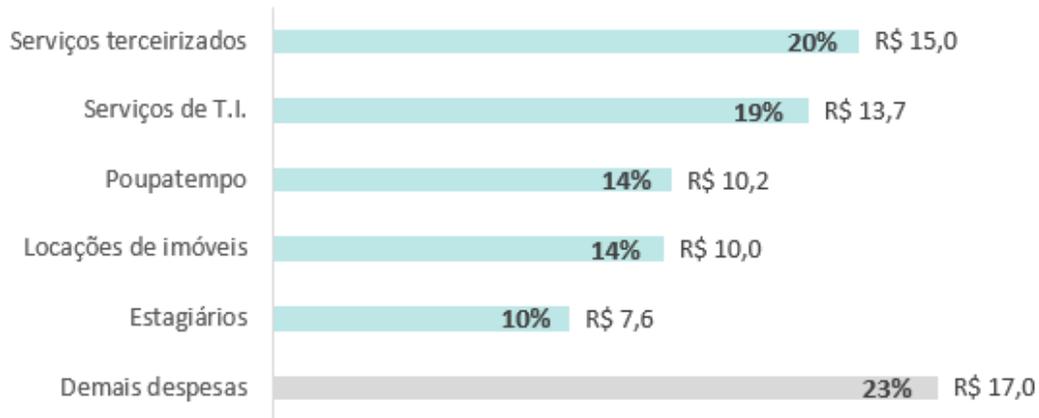
Total empenhado: R\$ 11,8 milhões



Fonte: Tesouro Gerencial

## DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DE CUSTEIO

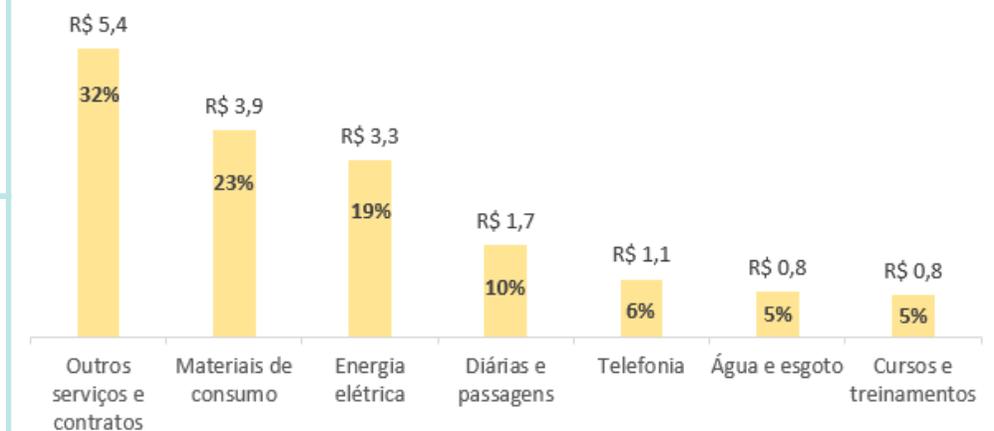
Total empenhado: R\$ 73,5 milhões



Fonte: Tesouro Gerencial

### DETALHAMENTO DAS DEMAIS DESPESAS

Dos R\$ 17,0 milhões empenhados:



Fonte: Tesouro Gerencial

# COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - BIÊNIO 2018/2019

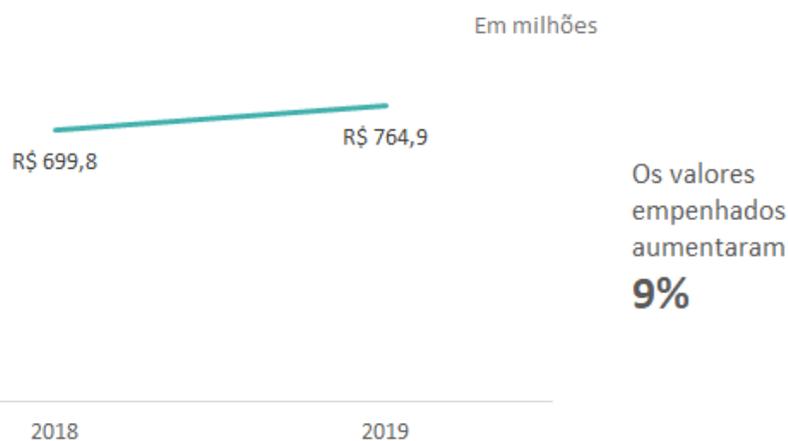
	2019				2018				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	RESTOS A PAGAR* (D)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)	DESPESAS EMPENHADAS (F)	DESPESAS PAGAS (G)	RESTOS A PAGAR* (H)	(%) (B/F)	(%) (D/H)
<b>DESPESAS OBRIGATÓRIAS</b>	767.289.329	764.898.891	764.712.084	186.807	711.938.671	699.771.764	699.384.600	387.164	9%	-52%
<b>INVESTIMENTOS</b>	11.844.294	11.844.243	8.218.151	3.626.092	14.633.766	14.629.420	9.348.842	5.280.578	-19%	-31%
<b>CUSTEIO</b>	73.551.405	73.526.558	71.636.587	1.889.971	66.396.707	66.355.501	64.888.363	1.467.137	11%	28%
<b>TOTAL</b>	<b>852.685.028</b>	<b>850.269.692</b>	<b>844.566.822</b>	<b>5.702.870</b>	<b>792.969.144</b>	<b>780.756.685</b>	<b>773.621.805</b>	<b>7.134.879</b>	<b>9%</b>	<b>-20%</b>

\* Os valores referem-se a restos a pagar inscritos, não processados e processados.

Fonte: SIAFI

## ANÁLISE COMPARATIVA

### COMPARATIVO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS 2018 - 2019



**Despesas Obrigatórias:** Apenas os gastos com benefícios assistenciais apresentaram uma pequena queda em relação a 2018, gerada, principalmente, pelo número de desligamentos, que ficou acima do número de novos provimentos.

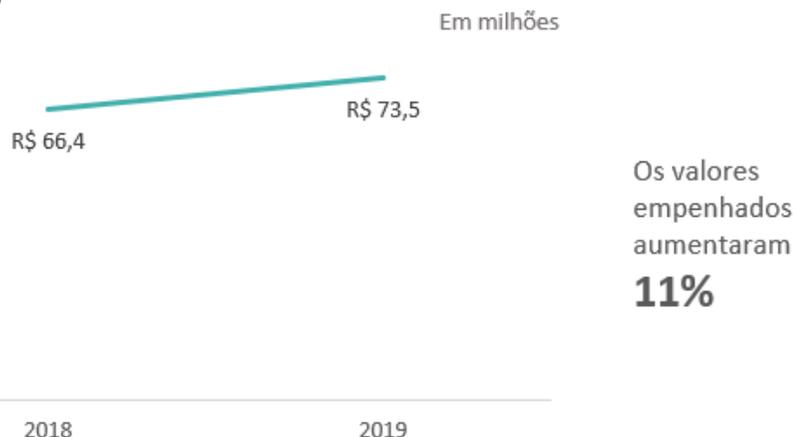
Os gastos com ativos, inativos, pensionistas e contribuição patronal tiveram acréscimo em relação a 2018, justificado, principalmente, pelo pagamento da última parcela do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário Federal, Lei nº 13.317/2016 e, ainda, do reajuste da gratificação eleitoral dos membros, juízes e promotores eleitorais, conforme disposto na Portaria TSE nº 17/2019.

Nesse grupo de despesa, o incremento líquido, dos valores empenhados, entre os exercícios de 2018 e 2019 foi da ordem de 9%.

Fonte: Tesouro Gerencial

## COMPARATIVO DAS DESPESAS DE CUSTEIO

2018 - 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

**Despesas Discricionárias de Custeio:** As despesas empenhadas em 2019 na rubrica de custeio tiveram um incremento de 11% em relação a 2018, decorrentes, principalmente, dos reajustes contratuais.

Apesar do crescimento aparente, releva esclarecer que o cenário é de contenção dos gastos em razão das limitações impostas pela EC nº 95/2016 – Teto de Gastos Públicos da União.

Em 2019, o TRE-SP honrou todos os compromissos contratuais. Entretanto, foram necessárias complementações no orçamento inicialmente concedido, viabilizadas por remanejamentos, concedidos por meio de créditos adicionais suplementares, no âmbito da Justiça Eleitoral.

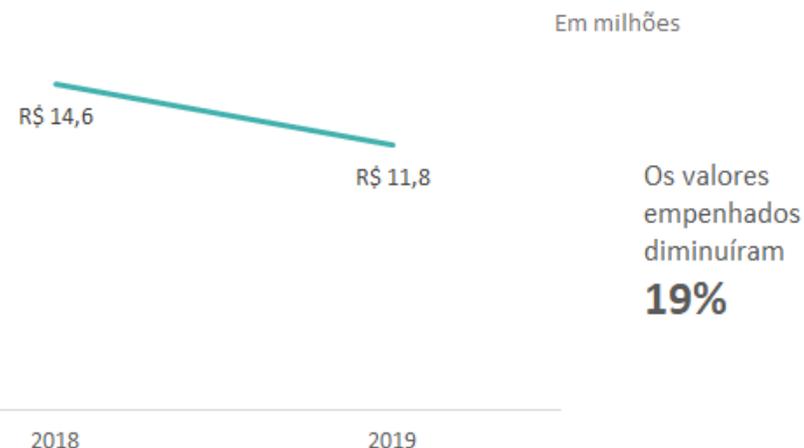
A dotação inicial consignada na LOA/2019 já se mostrava insuficiente para a manutenção dos contratos vigentes. Diante dessa perspectiva, foram iniciados estudos para redução de despesas. Os focos das reduções foram: negociação com os proprietários dos imóveis ocupados pelos cartórios eleitorais da capital para redução dos valores locatícios, junção de serventias em um único imóvel e diminuição do número de postos de trabalho dos diversos serviços terceirizados contratados (receptionistas dos postos de Poupatempo, ascensoristas, vigilantes, motoristas, mensageiros, carregadores e jardineiros). As negociações dessas reduções de gastos, tiveram início em 2019 mas terão impacto no orçamento de 2020, tendo em vista que, em 2019, como frisado anteriormente, foram concedidos créditos adicionais com fonte do TSE e de outros Tribunais Eleitorais, que permitiram a postergação dos efeitos financeiros, das reduções, para o exercício de 2020.

Ressalte-se que os estudos para reduzir as despesas de manutenção não têm foco exclusivamente voltado para diminuição dos gastos, mas também na viabilização de margens orçamentárias que permitam a implantação de novos projetos necessários

à melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, além de o procedimento estar alinhado ao macrodesafio “Aperfeiçoar a Gestão de Custos”.

## COMPARATIVO DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO

2018 - 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

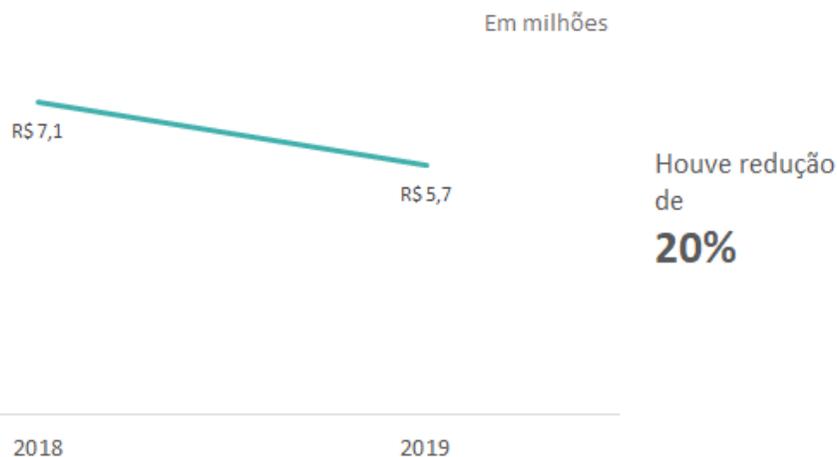
**Despesas de Investimento:** Em 2019, a exemplo de 2018, houve um significativo volume de recursos empenhados na rubrica de investimento. Isso foi possível devido ao aproveitamento das sobras orçamentárias da Justiça Eleitoral que foram remanejadas ao Tribunal por meio de créditos adicionais. Com esses remanejamentos, foi possível ao TRE-SP, em 2019, adquirir mobiliários, equipamentos de tecnologia da informação e construir a sala-cofre, que abrigará o novo data center do Tribunal. Essas aquisições são estratégicas para o órgão, pois permitem a esta Justiça Especializada manter a excelência no atendimento à sociedade, por meio dos cartórios eleitorais e das unidades da Secretaria, em consonância ao macrodesafio “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC”.

Houve um decréscimo de 19% no volume empenhado em 2019 em comparação a 2018. Essa variação, dentro do planejamento orçamentário de investimento, é normal, tendo em vista que as estratégias e prioridades de cada ano são diferentes, e dependem da disponibilidade de recursos, viabilizada, principalmente, com o aproveitamento de sobras orçamentárias que ocorrem dentro da Justiça Eleitoral no decorrer do exercício. Assim, em 2018 priorizou-se a renovação do parque tecnológico do Tribunal, e em 2019 a prioridade foi para a aquisição de mobiliários e a construção da sala-cofre, que abrigará o novo Data Center do TRE-SP.

**Inscrição em Restos a Pagar:** O TRE-SP tem como foco aprimorar continuamente o seu planejamento visando diminuir o volume das inscrições em restos a pagar em cada exercício, mormente em razão das limitações financeiras impostas pela EC nº 95/2016. Trata-se de

um trabalho conjunto realizado entre as unidades do órgão, que envolve as Secretarias de Orçamento e Finanças, Administração, Gestão de Serviços, Gestão de Pessoas e Tecnologia da Informação, orientado pelas diretrizes que são determinadas pela Diretoria-Geral e Presidência do Tribunal. Esse esforço resultou na redução líquida de 20% no volume de inscrição de restos a pagar em 2019 em comparação ao efetivado em 2018.

## COMPARATIVO DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR 2018 - 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

## DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP

### FINALIDADE DOS RECURSOS

As descentralizações de crédito são realizadas, por meio de Provisão, pelo Tribunal Superior Eleitoral aos Tribunais Regionais em razão de os orçamentos consignados nas ações da Biometria e de Pleitos Eleitorais serem originários da Lei Orçamentária daquele Tribunal Superior.

Em 2019, foram descentralizados pelo TSE ao TRE-SP créditos no total de R\$ 35,8 milhões destinados para as finalidades demonstradas no gráfico a seguir:

## Descentralizações

Qual foi a finalidade dos R\$ 35,8 milhões recebidos do TSE?

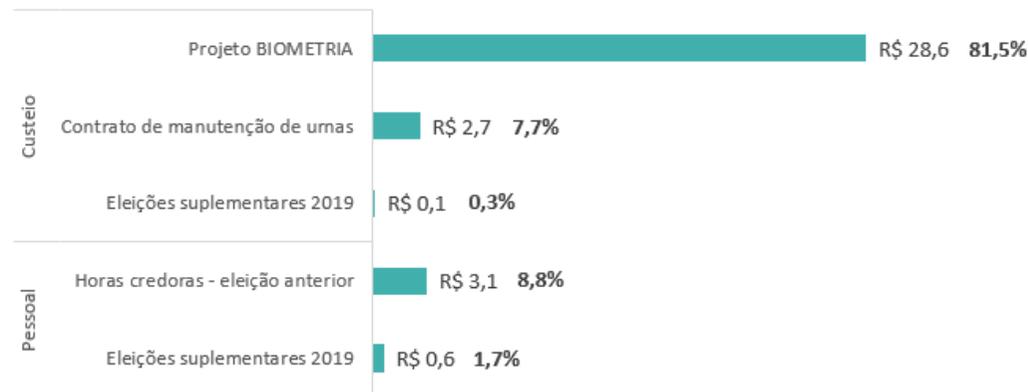


Fonte: Tesouro Gerencial

Do montante descentralizado de R\$ 35,8 milhões, foram empenhados o total de R\$ 35,1 milhões. Houve somente uma sobra da ordem de R\$ 0,7 milhão, significando que 98% dos recursos descentralizados foram aproveitados.

## EXECUÇÃO POR TIPO DE DESPESA

Total empenhado: R\$ 35,1 milhões



Fonte: Tesouro Gerencial

## DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS - TRE-SP - COMPARATIVO 2018 E 2019

A execução de despesas dos orçamentos que são descentralizados pelo TSE tem peculiaridades em relação às despesas ordinárias do TRE-SP. As descentralizações ocorrem para gastos que não têm, necessariamente, periodicidade anual. São despesas como: eleições gerais, que ocorrem a cada dois anos; biometria e manutenção de urnas eletrônicas, que têm maior execução em anos não eleitorais; eleições suplementares e pagamento de horas credoras, que são despesas circunstanciais. A análise dos comparativos entre os exercícios de 2018 e 2019 demonstra como essa sazonalidade reflete nas variações da execução.

			2019				2018				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	RESTOS A PAGAR* (D)	PROVISÃO RECEBIDA (E)	DESPESAS EMPENHADA (F)	DESPESAS PAGAS (G)	RESTOS A PAGAR* (H)	% (B/F)	% (D/H)
PLEITOS ELEITORAIS	HORAS CREDORAS ELEIÇÃO ANTERIOR	PESSOAL	3.139.350	3.139.350	3.059.124	80.227	3.304.811	3.304.811	68.894	3.235.917	-5%	-98%
	ELEIÇÕES 2018	PESSOAL					33.750.073	33.750.073	20.864.697	12.885.376	-100%	-100%
		CUSTEIO					58.920.165	52.795.988	52.668.556	127.432	-100%	-100%
	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	PESSOAL	632.866	589.997	542.157	47.840	422.492	406.747	400.349	6.398	45%	648%
		CUSTEIO	111.775	111.775	109.128	2.647	46.163	46.163	46.163	0	142%	0%
	CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE URNAS	CUSTEIO	2.794.312	2.641.507	2.562.248	79.258	2.543.809	2.351.706	2.351.706	0	12%	0%
PROJETO BIOMETRIA	-	CUSTEIO	29.181.741	28.636.696	25.296.216	3.340.479	7.055.652	7.055.652	6.629.664	425.988	306%	684%
-	-	<b>TOTAL</b>	<b>35.860.044</b>	<b>35.119.325</b>	<b>31.568.873</b>	<b>3.550.451</b>	<b>106.043.166</b>	<b>99.711.141</b>	<b>83.030.029</b>	<b>16.681.112</b>	<b>-65%</b>	<b>-79%</b>

\* Os valores referem-se a restos a pagar inscritos, não processados e processados.

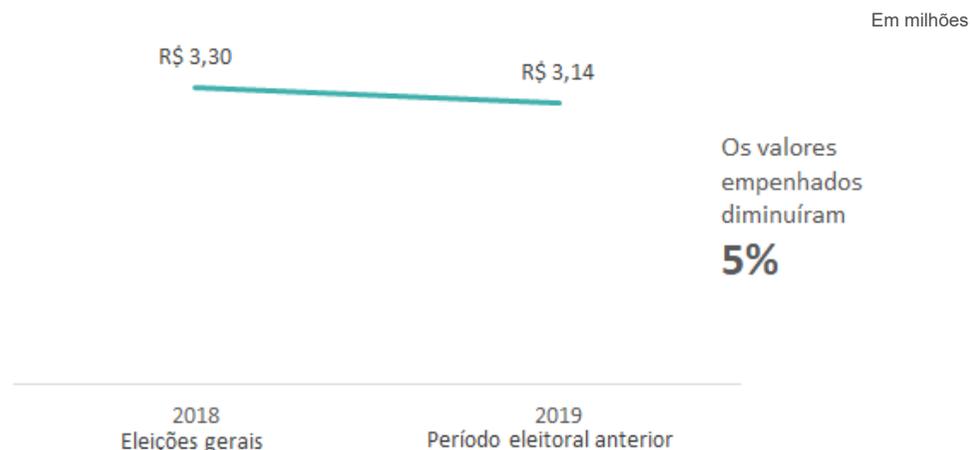
No exercício de 2018, não foram considerados os montantes descentralizados pelo TSE relativos à manutenção do contrato de infraestrutura de TI, no total de R\$ 543.273,79, em razão da excepcionalidade da operação, sem base de comparação em relação ao ano de 2019.

Fonte: SIAFI

## ANÁLISE COMPARATIVA

### COMPARATIVO DE DESPESAS COM HORAS CREDORAS DE PERÍODO ELEITORAL

2018 - 2019



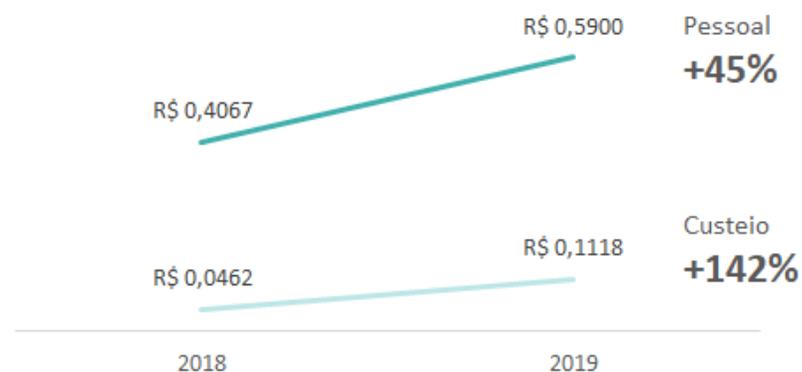
Fonte: Tesouro Gerencial

**Horas credoras:** As horas credoras decorrentes de serviço extraordinário prestado no período eleitoral são pendências que, devido a limitações orçamentárias, não puderam ser pagas no próprio exercício. Ressalte-se que a efetivação do pagamento dessas horas credoras é de grande relevância para o Tribunal, pois devido à restrição para o ingresso de novos servidores e ao aumento do número de aposentadorias sem reposição, que diminuem consideravelmente a força de trabalho disponível, os servidores em atividade têm sérias dificuldades para usufruir, dentro dos prazos de validade, o banco de horas adquirido durante a preparação e a realização das eleições passadas. Por outro lado, quando há condições para uso das horas, a ausência do servidor é prejudicial ao andamento dos trabalhos.

O volume empenhado em 2019 foi 5% menor em relação a 2018. Essa variação positiva ou negativa no volume de recursos pagos para horas credoras em cada exercício depende das sobras orçamentárias que ocorrem dentro do exercício no orçamento de Pleitos Eleitorais.

### COMPARATIVO DE DESPESAS COM ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2018 - 2019

Em milhões

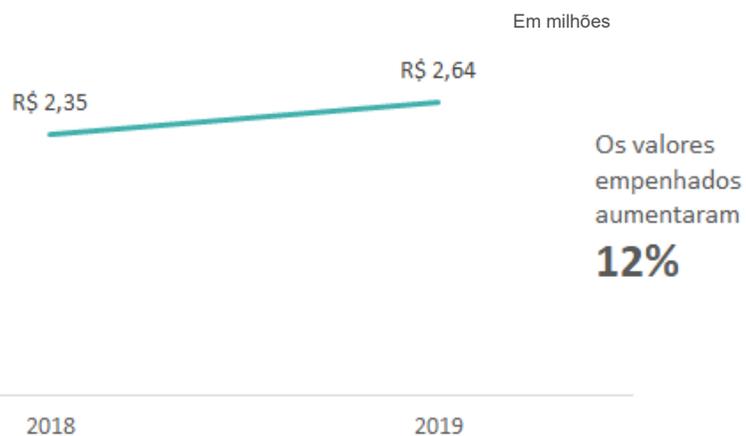


Fonte: Tesouro Gerencial

**Eleições suplementares:** Em 2019 foi determinada a realização de eleições suplementares nos municípios de Bofete, Cajamar, Floreal, General Salgado, Guaiçara, Lagoinha, Macaubal, Meridiano, Mirandópolis e Paulínia.

O volume de recursos gastos com eleições suplementares em cada exercício é variável, tendo em vista que depende do número de novas eleições que são determinadas pela Justiça Eleitoral, bem como do número do eleitorado de cada município.

## COMPARATIVO DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE URNAS 2018 - 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

**Manutenção de urnas:** A manutenção preventiva de urnas eletrônicas visa manter, com o funcionamento adequado, um parque de mais de 114.000 urnas eletrônicas, armazenadas em 414 locais em todo o Estado, uma vez que é imprescindível que os equipamentos estejam disponíveis a qualquer tempo e em perfeitas condições de uso para a realização de eleições ordinárias, eleições suplementares, consultas populares (plebiscito e referendo) e eleições não oficiais.

Em anos eleitorais são realizados, em média, dois ciclos de atividades relativas à manutenção e conservação das urnas e, em anos não eleitorais, são realizados, em média, três ciclos, razão pela qual os gastos em anos não eleitorais tendem a ser maiores, como ocorrido em 2019 em relação a 2018.

## COMPARATIVO DE DESPESAS COM PROJETO BIOMETRIA 2018 - 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

**Biometria:** Interessante destacar a variação da execução do orçamento da biometria entre os exercícios de 2018 e 2019. Em anos não eleitorais, o cadastro de eleitores permanece aberto, sendo possível ampliar o projeto de cadastramento biométrico e, por conseguinte, atingir um maior número de eleitores, o que impacta no aumento dos gastos.

Em 2019, ano não eleitoral, o TRE-SP atingiu a extraordinária marca de 7,6 milhões de eleitores biometrizados no Estado, sendo que em 479 municípios paulistas a biometria foi obrigatória por meio de revisão do eleitorado. O custo do projeto, por eleitor, foi da ordem de R\$ 3,75, abaixo do limite referencial de R\$ 4,00 determinado pelo TSE, o que demonstra a eficiência no planejamento dos gastos necessários.

## Projeto BIOMETRIA

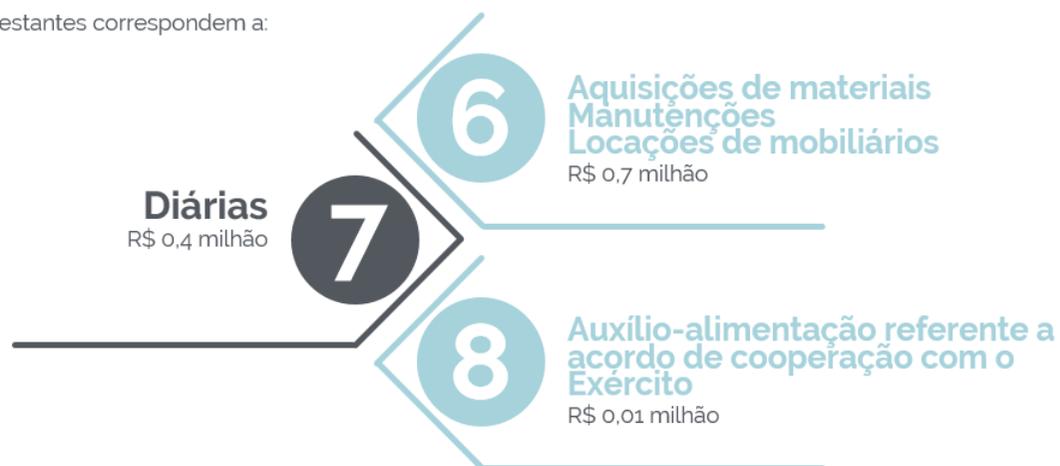
Os gastos a seguir foram os mais relevantes para a viabilização do projeto e correspondem a **96%** de todo o valor empenhado:



Fonte: SIAFI

## Projeto BIOMETRIA

Os **4%** restantes correspondem a:



Fonte: SIAFI

## CONTINGENCIAMENTO

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – determina o contingenciamento de crédito sempre que houver a frustração da arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. As avaliações são feitas bimestralmente pelo Ministério da Economia.

Em 2019, o TRE-SP não foi alvo de contingenciamento de crédito. O contingenciamento da Justiça Eleitoral foi absorvido pelo TSE e pelos demais Tribunais Eleitorais que possuíam em sua dotação recursos para obras.

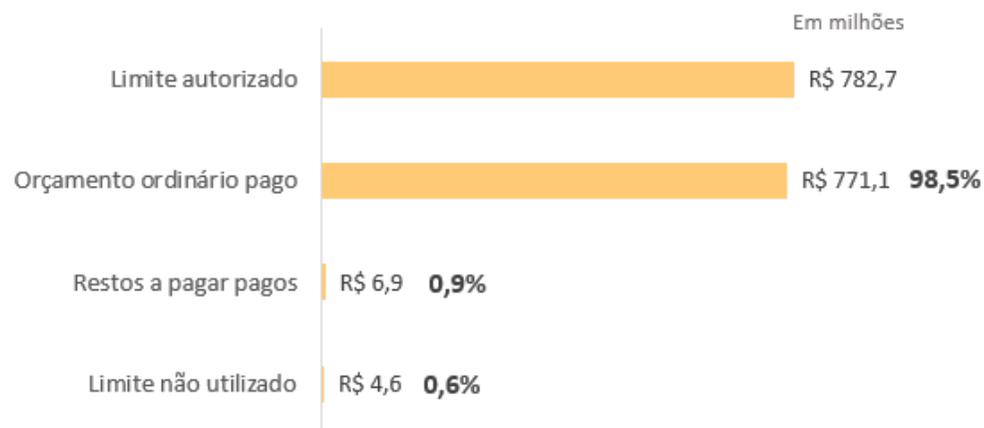
## TETO DE GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO

A Emenda Constitucional nº 95/2016 limitou os gastos da União por vinte anos, a partir do exercício de 2017. Desde a sua vigência, o limite financeiro individualizado dos órgãos é o valor efetivamente pago em 2016 corrigido anualmente pelo IPCA/IBGE. Nesse contexto, para o exercício de 2019 a correção foi de 4,39%, relativo à variação do IPCA/IBGE apurada no período de julho/2017 a junho/2018.

Em relação aos limites estabelecidos, cabe destacar a compensação financeira realizada pelo Poder Executivo nos exercícios de 2017 a 2019 aos demais poderes da União. Essa compensação possibilitou que a Justiça Eleitoral e outros órgãos do Poder Judiciário pudessem cumprir o Plano de Cargos e Salários dos Servidores - PCS - aprovado antes da promulgação da EC nº 95/2016, cujo pagamento das parcelas foi implementado no período de dez/2016 a jan/2019. Para o exercício de 2020 não haverá a compensação financeira pelo Poder Executivo, conforme previsto pela referida emenda constitucional.

## EXECUÇÃO DO LIMITE FINANCEIRO

99,4% do limite autorizado foram efetivamente utilizados



Fonte: Portaria TSE nº 865 de 5/11/19 e SIAFI

Em 2019, o TRE-SP teve o limite financeiro final autorizado de R\$ 782,7 milhões. Desse total, R\$ 6,9 milhões foram utilizados para pagamento das despesas inscritas em restos a pagar de exercícios anteriores e R\$ 771,1 milhões foram destinados para pagamento das despesas do exercício (despesas obrigatórias e discricionárias). Os recursos financeiros não utilizados em 2019 foram da ordem de R\$ 4,6 milhões, correspondentes a apenas 0,6% do limite autorizado, ou seja, 99,4% do limite financeiro foi efetivamente aproveitado.

## DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Adequar os gastos do órgão aos limites financeiros impostos pela EC nº 95/2016, durante a sua vigência.

Absorver a manutenção da infraestrutura imobiliária dos cartórios eleitorais do interior que são mantidas pelas prefeituras locais.

Implementar novos projetos necessários à melhoria da prestação de serviços públicos aos cidadãos, apesar da limitação dos gastos impostas pela EC nº 95/2016.

Aprimorar a gestão do orçamento, considerando o cenário restritivo imposto pela EC nº 95/2016.

Racionalizar e otimizar a utilização dos limites financeiros e orçamentários destinados ao Tribunal.

Melhorar de forma contínua a metodologia de planejamento e execução do orçamentário do órgão.

## GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas do TRE-SP pauta suas ações e projetos nos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Outrossim, cumpre as determinações previstas na Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, além das diretrizes estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e órgãos de controle.

## ÍNDICE DE CONFORMIDADE

Em 2019, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme a Lei nº 8730/1993.

Os atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão relativos ao pessoal do TRE-SP foram devidamente incluídos no sistema de Atos de Pessoal e-Pessoal, para fins de registro junto ao TCU, conforme IN nº 55/2007 e nº 78/2018.

## AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do TRE-SP é composta por servidores efetivos do quadro de pessoal, analistas e técnicos, e por servidores requisitados de outros órgãos federais, estaduais e municipais.

De maneira geral, a força de trabalho é diversificada com relação a idade, gênero e escolaridade, sendo que a maioria possui, no mínimo, o superior completo.

**3.932 SERVIDORES**

(2.533 mulheres e 1.399 homens)

SERVIDORES DO QUADRO	SERVIDORES REQUISITADOS
1957	1975

## SERVIDORES POR IDADE



**2.466 SERVIDORES COM ESPECIALIZAÇÃO**  
(superior/especialização/mestrado/doutorado)

Além disso, no ano de 2019, contamos com estagiários de nível médio e superior, alocados especialmente nos cartórios eleitorais de todo o Estado.

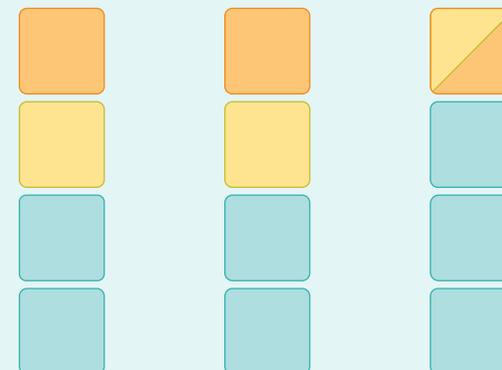
1.163 estagiários	
NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO
472	691

A cada ano o TRE/SP sofre uma defasagem com relação à força de trabalho, com a evasão dos servidores, sejam efetivos ou requisitados, sobretudo por conta de aposentadorias, sem possibilidade de provimento, e cessações das requisições.

## ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Para o recrutamento de servidores, este Tribunal cumpre o determinado na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90, que estabelecem que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. Atualmente, este Tribunal possui concurso público em vigência e os provimentos dos cargos são limitados pelas regras estabelecidas na Portaria TSE nº 671/2017, alterada pelas Portarias nº 574 e 1.091/2018 e 383/2019.

ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL      ZONAS ELEITORAIS DO INTERIOR      PONTOS E POSTOS ELEITORAIS



● Analista Judiciário  
● Técnico Judiciário  
■ Requisitado

## INGRESSOS

No que tange à alocação de pessoas, este Tribunal cumpre as regras estabelecidas pelas Resoluções TSE nº 23.448/2015, 23.539/2017 e 23.563/2018, e diretrizes determinadas em âmbito interno.

Os recursos em Gestão de Pessoas são aplicados buscando-se atingir os oito objetivos estratégicos do Plano Estratégico de Pessoas, que podem ser entendidos como desafios a serem enfrentados pela área de Gestão de Pessoas para o cumprimento de sua missão e atingimento da sua visão

## QUANTIDADE DE SERVIDORES

**3032**

CARTÓRIOS E POSTOS ELEITORAIS

**900**

SECRETARIA

### MAPA ESTRATÉGICO DE PESSOAS



## DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

### Evolução dos Gastos com Pessoal

	2018	2019	
Ativos	561.563.441,23	604.005.189,86	A variação dos valores entre 2018 e 2019 deu-se em razão da aplicação da última parcela do PCS e o reajuste nos valores da gratificação eleitoral e jeton em janeiro de 2019.
Inativos	127.563.441,23	144.816.418,11	A variação dos valores entre 2018 e 2019 deu-se em razão da aplicação da última parcela do PCS em janeiro de 2019 e aumento no número de aposentadorias.
Pensionistas	34.754.532,29	37.109.690,75	A variação dos valores entre 2018 e 2019 deu-se em razão da aplicação da última parcela do PCS em janeiro de 2019.
	723.881.414,75	785.931.298,72	

valores em R\$

GRUPOS	RUBRICAS RELACIONADAS
VANTAGENS FIXAS	Vencimentos, GAJ, ATS, VPNI, AQ Títulos, GAS, Proventos de Aposentadoria, Cargo em Comissão e Função Comissionada de Inativos e Pensão Civil.
AUTORIDADE ELEITORAL	Gratificação Eleitoral, Jeton, Diárias
GRATIFICAÇÃO NATALINA	Adiantamento de Gratificação Natalina, Gratificação Natalina
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO / HORAS CREDORAS	Serviço extraordinário, Adicional noturno, Horas credoras, Férias sobre HE de Celetistas
VANTAGENS VARIÁVEIS	Cargo em Comissão, Função Comissionada, AQ Treinamento, Terço de Férias, Adicional de insalubridade, Abono de Permanência, Substituição, Diárias.
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Exercícios Anteriores
OBRIGAÇÃO PATRONAL	Obrigação Patronal
BENEFÍCIOS	Aux. Alimentação, Aux. Transporte, Pré-Escola, Assistência à Saúde, Aux. Natalidade e Aux. Funeral.

### Custo com despesas de pessoal em 2019

	Vantagens Fixas	Gratificação Natalina	Benefícios	Vantagens Variáveis	Exercícios Anteriores	Serviço Extraordinário	Autoridade Eleitoral	Requisitados/ Removidos	Obrigação Patronal	Total
Ativos	328.656.285,96 54,41%	30.900.587,58 5,12%	38.045.196,02 6,30%	46.797.607,98 7,75%	777.497,83 0,13%	28.524.659,31 4,72%	50.716.398,09 8,40%	4.493.702,76 0,74%	75.093.254,33 12,43%	604.005.189,86 100,00%
Inativos	130.795.730,55 90,32%	10.522.639,60 7,27%	2.619.133,41 1,81%	776.836,84 0,54%	102.077,71 0,07%					144.816.418,11 100,00%
Pensionistas	33.695.422,74 90,80%	2.807.891,12 7,57%	478.375,00 1,29%	6.433,54 0,02%	121.568,35 0,33%					37.109.690,75 100,00%

valores em R\$

## CARGOS GERENCIAIS

No Tribunal, todos os cargos em comissão e funções comissionadas são ocupados por servidores públicos efetivos.

### CARGOS EM COMISSÃO

50 disponíveis e 100% de ocupação

### FUNÇÃO COMISSIONADA

1063 disponíveis e 99,40% (1057) de ocupação

Capacitação (estratégia e números)

#### CONTRATAÇÕES EXTERNAS

Mais de 900 capacitados  
Economia de R\$ 114.000,00 em descontos



#### DESENVOLVIMENTO DE EADS

26 cursos - 15.361 capacitações

## RECRUTAMENTO INTERNO

Convocação e abertura de inscrições para servidores da Secretaria que desejam colaborar na realização de atividades temporárias em outras unidades, em virtude do aumento sazonal da demanda de trabalho, como ocorre no período de final de alistamento, registro de candidaturas, prestação de contas e eleições entre outros.

## FORÇA-TAREFA DE APOIO À ELEIÇÃO DE CONSELHOS TUTELARES

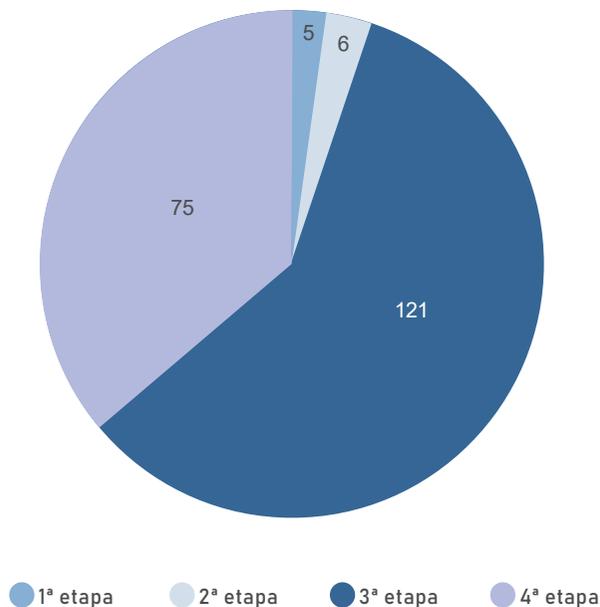
- Realização em outubro de 2019
- Apoio de 39 servidores da Secretaria em 18 cartórios da capital.

## AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

### AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

- Regulamentação: Portaria do TRE-SP n.513/2007
- Dos 207 servidores que estiveram no Estágio Probatório em 2019, 5 estiveram na 1ª etapa; 6 na 2ª etapa; 121 na 3ª etapa e 75 na 4ª etapa, sendo que 54 adquiriram a estabilidade.

207 SERVIDORES EM ESTÁGIO EM 2019



### MOVIMENTAÇÃO APÓS O ESTÁGIO

- Regulamentação: Portaria do TRE-SP n. 514/2007
- Saldo de movimentações relativo ao interstício 2018/2019: 629

## DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Portaria TSE nº 671/17 (alterada pelas Portarias TSE nº 574, 1091/18, 602/2019 e 33/2020), que limita o provimento de cargo vagos.

10% dos servidores recebem abono de permanência (e portanto já podem se aposentar).

Número insuficiente de servidores do quadro (1957) e requisitados (1975, mil a menos que a quantidade de requisições possíveis).

1624 requisitados (75% da mão de obra requisitada junto aos cartórios) devem retornar aos órgãos de origem até 2021.

Nomeação de todos os possíveis cargos e readequação da força de trabalho.

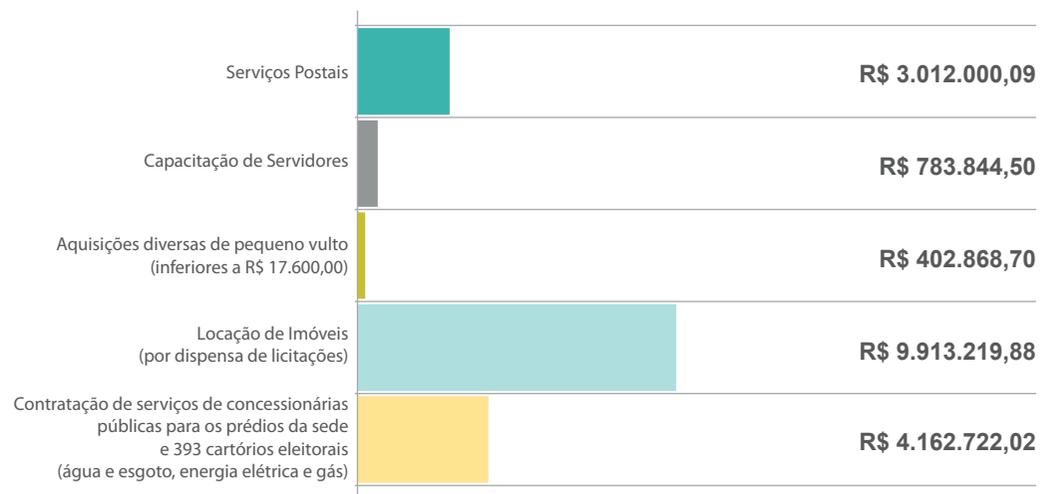
Capacitação constante dos requisitados e servidores do quadro, para otimizar a força de trabalho.

## GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

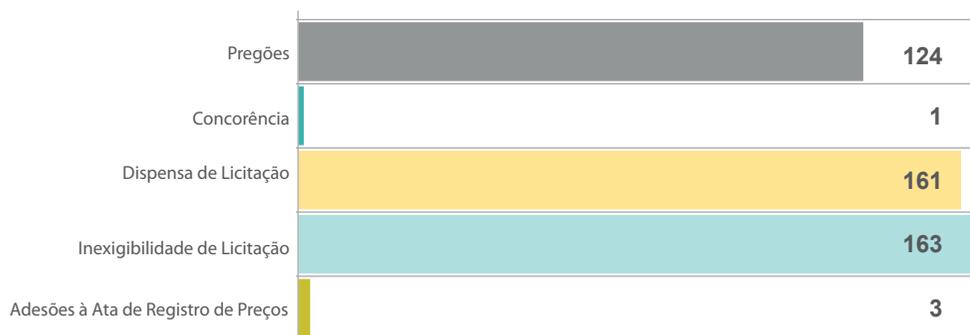
As aquisições e contratações de bens e serviços destinam-se à satisfação das necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral e pautam-se no atendimento dos princípios constitucionais de tutela da Administração Pública (CF/88, art. 37, XXI), na observância da legislação infraconstitucional (exemplificativamente: Lei n. 8.666/93 - normas gerais para licitações e contratos; Lei n. 10.520/2002 - instituição da modalidade pregão; Lei Complementar n. 123/2006 - tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas ME/EPP) e na aplicação da regulamentação infralegal (à guisa de ilustração: Decreto n. 7.892/2013 - sistema de registro de preços; Decreto n. 7.174/2010 - aquisição e contratação de bens e serviços de informática; Decreto n. 3.555/2000 - pregão presencial e Decreto n. 10.024/2019 - pregão na forma eletrônica, este último em substituição ao Decreto n. 5.450/2005).

As contratações diretas e os procedimentos licitatórios são submetidos à análise de conformidade jurídica e a realização das despesas subordinadas, à prévia aprovação pela autoridade competente investida pelo Órgão.

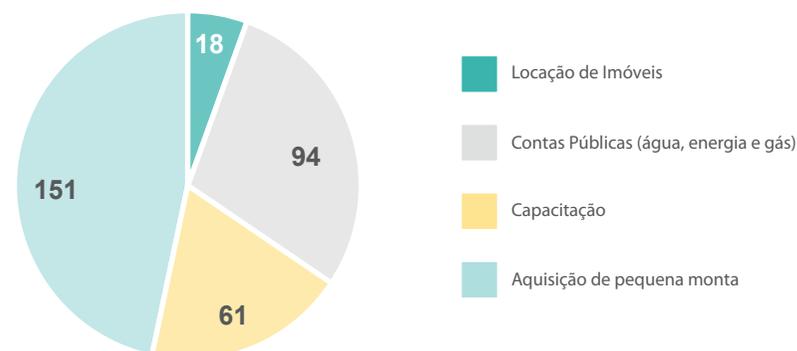
## PRINCIPAIS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA



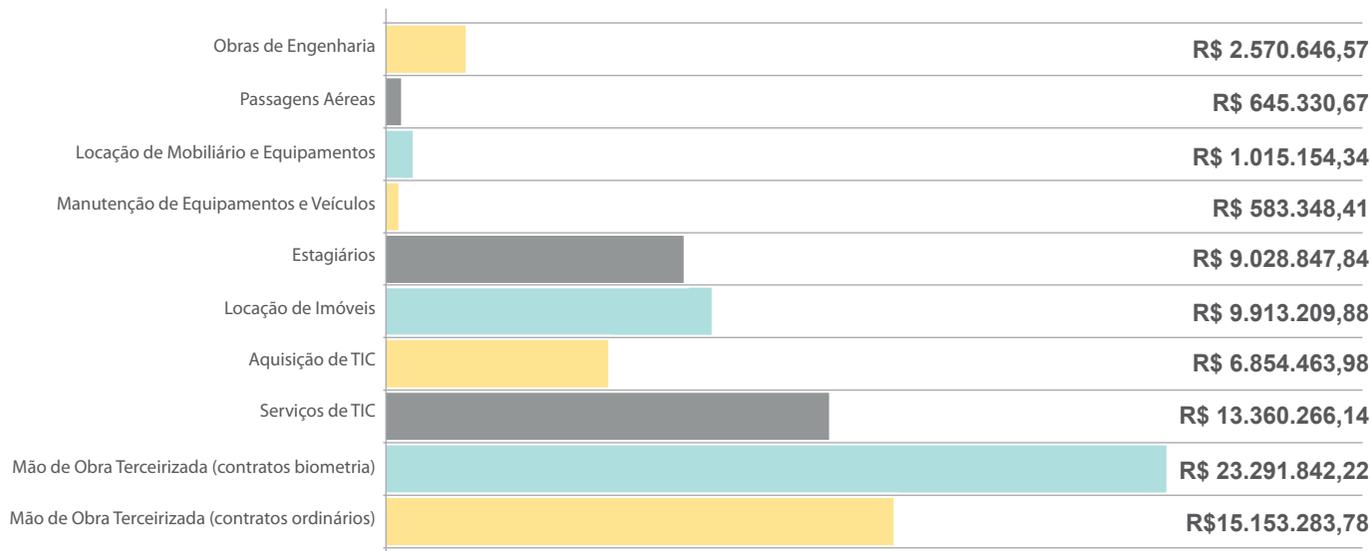
## PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES EM 2019



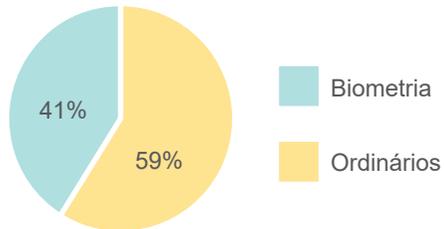
## CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)



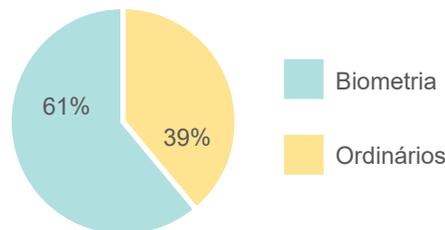
## PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÕES EM 2019



### Contratos de mão de obra terceirizada 22



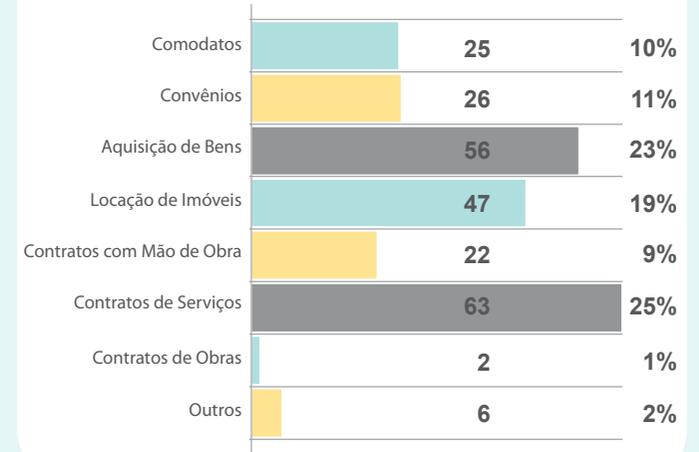
### Contratos de mão de obra terceirizada R\$ 38.445.126,00



A análise dos gastos com as contratações no exercício de 2019 revela a ênfase do TRE-SP para obtenção de sucesso nos seguintes macrodesafios estratégicos:

- Garantir os direitos da cidadania: foram realizadas aquisições de bens e serviços, como a contratação de recepcionistas para atendimento à população, que levaram o TRE-SP a cumprir a ousada meta de cadastrar a biometria de mais de 7,6 milhões de eleitores;
- Melhorar a infraestrutura da Tecnologia da Informação e Comunicação: destacam-se as aquisições de notebooks para os cartórios eleitorais do Estado, fomentando a possibilidade de atendimento aos eleitores in loco, e a aquisição de microcomputadores, para renovação do parque do TRE-SP em momento crítico, considerando o início da utilização do PJE nos cartórios;
- Fortalecer a segurança do processo eleitoral: com a contratação de obra para prover ao TRE-SP uma sala segura para o seu centro de dados, em termos físicos e de infraestrutura, fortalece-se ainda mais a segurança dos sistemas e dados eleitorais.

## 247 CONTRATOS GERIDOS



## DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Realizar o planejamento das aquisições e contratações, sua execução e a respectiva gestão para atendimento e satisfação das necessidades da Administração, frente às limitações financeiras e orçamentárias instituídas para 20 exercícios pelo regime fiscal previsto na Emenda Constitucional 95/2016.

Aperfeiçoar, racionalizar e normatizar os processos de gestão e execução das aquisições e contratações; implantar sistemas de informatização para a gestão de licitações e contratações.

# GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

## CONFORMIDADE LEGAL

O registro da Gestão Patrimonial é realizado mediante a elaboração do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), encaminhado mensalmente à Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal, no documento, constam notas de empenho e notas fiscais correspondentes às aquisições, relatórios de entrada e baixa de bens móveis, bem como o relatório de depreciação contemplando depreciação acumulada de bens móveis.

Existe um controle analítico, em que os dados são extraídos do Sistema ASI, sob responsabilidade da Coordenadoria de Gestão de Material, por meio da Seção de Gestão de Patrimônio, e respectivos saldos contábeis são devidamente conciliados com os lançamentos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal. Tais procedimentos de conformidade contábil são regidos pela IN STN nº 6, de 31/10/2007 e normas:

- Macrofunção SIAFI 021101;
- Relatório Movimentação Almoxarifado, Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMA e RMB);
- Macrofunção 02.03.14, Conformidade de Registro de Gestão;
- Portaria STN nº 467/2009;
- Norma Brasileira de Contabilidade 16.9, Depreciação, Amortização e Exaustão.

Com relação à terceirização, preconizada no Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, teve sua continuidade nos serviços necessários e essenciais ao funcionamento, manutenção e conservação dos prédios da Secretaria e dos cartórios eleitorais da capital, conforme quadro de prestação de serviços ao lado:

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Infraestrutura	Segurança por equipamentos	Serviços terceirizados com fornecimento de mão de obra	Meio ambiente
Coleta de resíduos sólidos	CFTV – Secretaria	Operação de elevadores (ascensoristas)	Coleta de resíduos sólidos
Controle sanitário de ambientes – Secretaria e cartórios da capital	Sistema de catracas - Secretaria	Movimentação de materiais e manutenção dos imóveis (carregadores e jardineiros)	Coleta, descontaminação e trituração de lâmpadas
Serviços de lavanderia	Monitoramento eletrônico dos cartórios da capital e prédios Anexos	Copeiragem	Coleta de itens tecnológicos para reprocessamento (pilhas e baterias)
Serviços de lavagem de veículos		Garçonaria	
		Limpeza dos cartórios da capital	
		Limpeza dos prédios da Secretaria	
		Recepção e operação de áudio e vídeo	
		Vigilância dos prédios da Secretaria	
		Transporte com fornecimento de motoristas executivos e de serviço	
		Serralheria e marcenaria	



# PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

## TRANSPORTE



Frente à crescente demanda de solicitações de transporte no Tribunal, devido às inspeções e auditorias realizadas nos cartórios, revisão do eleitorado com implantação da identificação biométrica e outros eventos, houve a necessidade de atualização gradual da frota da instituição. Para tanto, a Secretaria de Gestão de Serviços (SGS) promoveu a aquisição de novos veículos que apresentam maior eficiência energética. Dessa forma, o Tribunal buscou obter menor consumo de combustíveis e redução de gastos com a manutenção dos modelos mais antigos.

## SEGURANÇA



Para atender às necessidades de segurança dos prédios-sede do TRE, a SGS providenciou a aquisição de cadeiras para descida em escadas em situações de emergência (SEI 0065978-84.2019), além de reiterar a formação e o treinamento da Brigada de Incêndios. Além disso, providenciou um projeto básico para a atualização do plano de emergência contra incêndios e abandono das instalações, que se encontra em fase final de cotação de preços (SEI 0052044-59.2019).

## INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA EM TIC



Para abrigar o Data Center do Tribunal, foram tomadas providências para a contratação de empresa especializada para a construção de um ambiente seguro, denominado “Sala Cofre”, que será instalado na Sede I do TRE. A contratação está em andamento, assim como seu acompanhamento e fiscalização.

## DESFAZIMENTO DE ATIVOS

No tocante ao desfazimento de ativos, no caso dos veículos, optou-se pela modalidade do leilão, pois a entrega do bem usado como parte de pagamento por um novo mostrou-se antieconômica, tendo em vista que os veículos usados encontravam-se altamente depreciados no mercado para esse tipo de negociação.

Em leilão realizado em 15/08/2019, (Proc. SEI n.º 0055234-64.2018.6.26.8000), foram oferecidos 13 veículos e uma ambulância restaurada à configuração original “furgão”, com a alienação de cinco veículos. Os nove veículos restantes aguardam o próximo leilão, previsto para o primeiro semestre de 2020.

O critério de desfazimento é pautado na possibilidade de reposição, no tempo de uso (no mínimo de cinco anos), e pelo fato de se encontrar com quilometragem avançada ou com exigência crescente de manutenção, o que tornam os reparos inviáveis ou antieconômicos ao TRE-SP.

## DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Foi dado andamento à implantação gradual do serviço de transporte por aplicativo para servidores e/ou prestadores de serviços terceirizados, onde couber essa modalidade de serviço, visando minimizar os gastos com a utilização, manutenção e condução dos veículos da frota. Durante o ano de 2019, foi elaborado e encaminhado Termo de Referência visando à contratação em pauta, atualmente em análise pela Assessoria Jurídica do Tribunal.

Plano de Eficiência Energética ENEL (Garantir os direitos de cidadania): foi elaborado Termo de Referência para o edital de Chamada Pública convocando as empresas de engenharia especializadas em serviços de conservação de energia (ESCOs) interessadas para elaboração de projeto de eficiência energética, objetivando a participação do TRE-SP em Programa de Eficiência Energética da ENEL-SP. Todavia, a licitação restou fracassada, motivo pelo qual será realizada nova Chamada Pública em 2020.

No tocante às ações nas futuras instalações da Sede III, compostas do Prédio da Rua Líbero Badaró, 73/77 e do Prédio da Rua José Bonifácio, 376, nesta capital, cabe destacar a elaboração de Termo de Referência e Caderno de Encargos para futura licitação da contratação de empresa de engenharia de consultoria e projetos, para elaboração dos projetos básicos e executivos de sistema de automação predial, elétrico, de climatização, de detecção, de alarme e combate a incêndios, de proteção contra descargas atmosféricas e de transporte vertical, bem como de rede de dados corporativa.

Destaca-se que, além dessas ações, outras são necessárias em caráter prévio à ocupação dessas edificações, sujeitas à previsão orçamentária, relativas às instalações elétricas, segurança predial e de combate a incêndio, reforço estrutural, modernização de elevadores, instalação de ar-condicionado e restauração de fachada, conforme exigência do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

# GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

## CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), o TRE-SP aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como obedece aos procedimentos definidos em seus normativos internos, a exemplo do Plano Estratégico de TIC - PETIC, instituído pela Resolução TRE/SP nº 363/2016. Segue, ainda, boas práticas e padrões nacionais e internacionais de Governança de Tecnologia da Informação, de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação.

## MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP



## O modelo de governança de TIC tem como instâncias:



### CDTIC Comitê Diretivo de TIC

Composto por membros da Alta Administração:

- Presidente
- Secretários de cada área do Tribunal
- Corregedor Eleitoral
- Assessor-Chefe de cada área do Tribunal
- Diretor-Geral
- Titular da unidade de Comunicação Social

Atribuições:

Deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação e comunicação



### CETIC Comitê Executivo de TIC

Composto por membros da equipe técnica:

- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação
- Titulares das Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação

Atribuições:

Sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE-SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, entre outros



### Comissão de Segurança da Informação

- Diretor-Geral: Gestor dos trabalhos
- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação: Gestor de Segurança da Informação
- Atribuições: Sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE/SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, entre outros

Composta pelos titulares:

- Assessor da Presidência
- Secretário de cada área do Tribunal
- Assessor da Corregedoria
- Assessor-Chefe de cada área do Tribunal
- Diretor-Geral
- Coordenador de Comunicação Social

Atribuições:

Propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização da Política de Segurança da Informação

## RECURSOS APLICADOS EM TIC

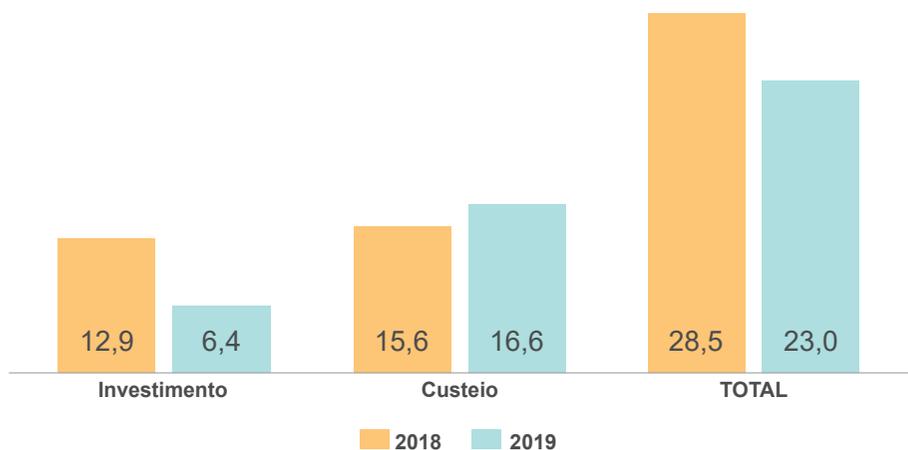
### Montante de Recursos aplicados em TIC - 2019 ( R\$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de Restos a Pagar em 2019
Investimento	6,4	5,3	4,44
Custeio	16,6	16,2	0,16
<b>Total</b>	<b>23,0</b>	<b>21,5</b>	<b>4,6</b>

### Montante de Recursos aplicados em TIC - 2018 ( R\$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de Restos a Pagar em 2019
Investimento	12,9	8,4	0,02
Custeio	15,6	15,3	1,08
<b>Total</b>	<b>28,5</b>	<b>23,7</b>	<b>1,1</b>

### Valores empenhados (R\$ milhões) por tipo de despesa

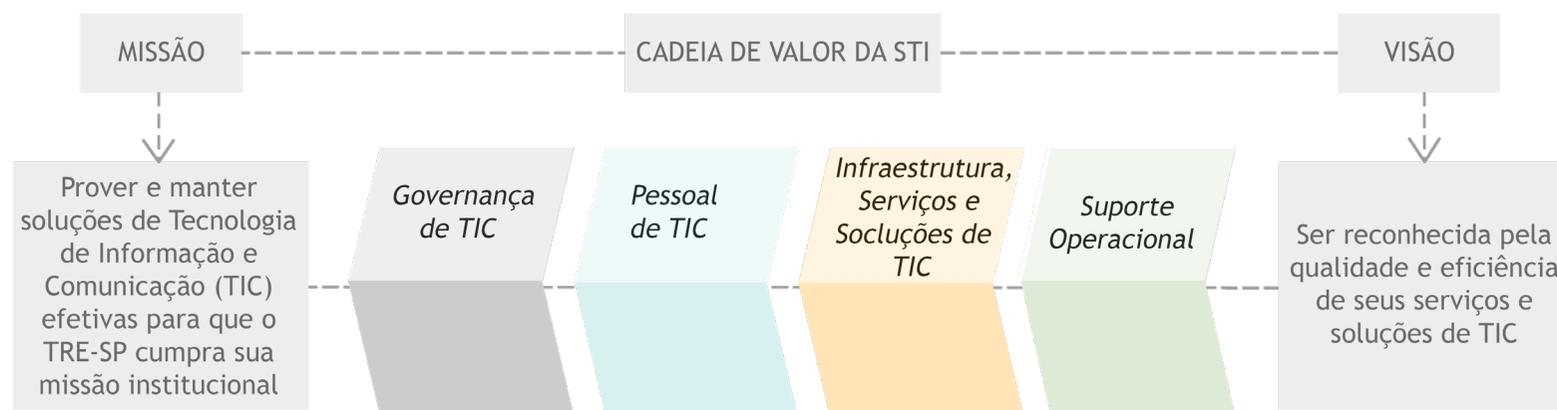


### Gastos de TIC em 2019 por Natureza da Despesa



## Contratações mais relevantes de recursos de TIC ( R\$ Milhões)

Empresa	Objeto	Contrato	Valor Contratual
Telefônica Brasil S/A	Backbone – prestação de serviços de telecomunicações para prover a comunicação entre o TRE e os cartórios eleitorais do interior	PEF 77/2014	44,3
	Linhas de acesso à internet	PEF 28/2014	0,52
Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda	Manutenção de urnas eletrônicas	PEF 31/2016	7,8
Torino Informática (Ltda) Filial ES	Microcomputadores e notebooks	PEF 71/2018 ARP 112/2018 PEF 115/2019 ARP 167/2019	5,5
Claro S/A	Linhas de comunicação de dados	PEF 77/2014	5,5
Central IT Tecnologia da Informação Ltda	Serviço de suporte às equipes de gestão de infraestrutura de tecnologia da informação	PEF 21/2018	2,7



Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TIC	Principais resultados (benefícios e impactos)
<b>Governança de TIC</b>	Realização da Semana de Segurança da Informação	O TRE-SP manteve sua pontuação máxima nos itens que tratam de ações de conscientização constantes dos questionários dos órgãos de controle, tendo como resultado, também, a não ocorrência de incidentes de segurança da informação que tenham impactado a continuidade dos serviços essenciais de TIC
<b>Pessoal de TIC</b>	Realização de ações de capacitação para os servidores de TIC	Aprimoramento e atualização dos conhecimentos e habilidades, proporcionando melhor prestação de serviços e atendimento das demandas de TIC
<b>Infraestrutura, Serviços e Soluções de TIC</b>	Aquisição de 1258 microcomputadores, 409 notebooks e 475 impressoras laser	Possibilitou a renovação e atualização de parte do parque de equipamentos, garantindo o ambiente adequado e atualizado às demandas e processos que utilizam recursos de TIC, como a coleta biométrica e impressão de títulos eleitorais, que superou a meta estabelecida para 2019
	Desenvolvimento e Implantação do Biolt – Sistema de gerenciamento dos projetos de Biometria Itinerante	Os postos eleitorais temporários são importantes opções de atendimento biométrico aos eleitores. A implantação do Biolt, no início de 2019, centralizou e padronizou os procedimentos, possibilitando maior agilidade, gestão e transparência nos trâmites de todos os 1524 projetos de Biometria Itinerante realizados em todo o Estado, atingindo 1,3 milhões de atendimentos ao eleitor
	Desenvolvimento de módulo de automatização dos processamentos dos óbitos no sistema CODIPEL	Maior agilidade no registro de óbitos do cadastro de eleitores, automatizando a atualização das informações recebidas dos cartórios civis
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Permite às pessoas físicas (representante ou não de pessoa jurídica), mediante autorização e cadastro prévios, através da internet, visualizar e acompanhar os trâmites de documentos ou processos de seu interesse, assinar eletronicamente contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com o TRE-SP, além de baixar documentos de um processo
	Adequação do Sistema de Agendamento Biométrico para dispositivos móveis	Ampliação dos canais de atendimento ao eleitor para a realização dos agendamentos biométricos
<b>Suporte Operacional</b>	Conclusão da implantação da ferramenta de Gestão de Incidentes e Solicitações de TI	Utilização de ferramenta gratuita, com economia de recursos, que permitiu a ampliação de uso pela equipe de suporte, possibilitando o registro e tratamento dos atendimentos, inclusive relativos a usuários externos

## SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



Foi instituída Comissão de Segurança da Informação, por meio da Portaria nº 42/2018, composta pelos seguintes titulares: assessor da Presidência ou servidor indicado pelo presidente, assessor da Corregedoria ou servidor indicado pelo corregedor, diretor-geral, secretário de cada área do Tribunal, assessor-chefe de cada área do Tribunal e o coordenador de comunicação social.

As atribuições da Comissão consistem em propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização da Política de Segurança da Informação.

A **gestão dos trabalhos** fica a cargo do **diretor-geral**.

O titular da Secretaria de Tecnologia da Informação foi designado **Gestor de Segurança da Informação** por meio da Portaria nº 41/2018 e possui como atribuições propor à Comissão de Segurança da Informação normas, iniciativas e novas tecnologias visando aumentar o nível de segurança da informação.



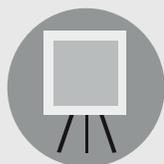
As Normas de Segurança da Informação, versam sobre segurança para usuários, segurança física de instalações, segurança para profissionais de TI, controle de acesso, códigos maliciosos, segurança para instalação de configuração de sistemas operacionais e tratamento de mídias e de cópias de segurança (Backup). Essas normas ficam disponíveis no ambiente de rede interno (intranet) e são importante ponto de apoio na operacionalização da Política de Segurança da Informação.



A **Semana de Segurança da Informação 2019**, realizada em abril, teve como foco chamar a atenção dos servidores para a importância do assunto, disseminando práticas seguras no uso dos recursos de TIC e dicas a serem observadas, visando fortalecer a segurança dos processos internos da Justiça Eleitoral de São Paulo. Contou com chamadas do tipo “pop-up” na intranet, matérias publicadas no quadro “Novidades” na intranet, links para acesso a cartilhas ilustradas sobre o tema, além de convite para o curso à distância **Práticas de Segurança da Informação**.



Apesar de o TRE ter cumprido, mais uma vez, sua função institucional, assegurando o pleito com lisura e transparência, a **Segurança da Urna Eletrônica** não poderia ficar de fora da **Semana de Segurança da Informação**, em especial após os ataques recebidos nas Eleições 2018, em um contexto de “fake news”. Foram disponibilizados interna e externamente diversos textos e vídeos explicativos sobre como as urnas e os equipamentos são desenvolvidos e configurados, além de destacados os processos de controle de garantia da integridade das informações, como a auditoria e fiscalização da urna.



Ações contínuas voltadas à **capacitação e conscientização em Segurança da Informação** são fundamentais para o aperfeiçoamento constante do conhecimento, das habilidades e das atitudes de todos os atores, começando pelos usuários finais dos recursos de TIC, que os utilizam no dia a dia, passando pelos seus gestores e técnicos, que avaliam e propõem novas tecnologias, e finalmente atingindo a alta administração, que as apoiam e garantem os recursos necessários. O Tribunal contemplou, em 2019, as várias instâncias envolvidas, oferecendo a todos os servidores o curso à distância **Práticas de Segurança da Informação**, contratando o treinamento Incident Handling para os gestores e técnicos da STI, além de enviar representantes da alta administração para o **1º Fórum de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral**, realizado em setembro, na sede do TSE.

## DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Concluir o Projeto de Implantação do Data Center Seguro, com a ampliação da segurança e da disponibilidade dos serviços necessários às atividades deste Regional.

Continuar o Projeto de Modernização do Parque de Equipamentos e Infraestrutura de TIC, com a ampliação da infraestrutura, por meio da aquisição de novos servidores e switches, contratação de novo serviço de comunicação de dados para cartórios e postos de atendimento, novo serviço de cabeamento para a Sede II e implantação de rede corporativa sem fio na Secretaria e cartórios leitorais, além de novo Projeto de Outsourcing de Impressão, visando otimizar ainda mais a prestação dos serviços de impressão e digitalização de documentos.

Aprimorar continuamente a Governança de TIC, visando ampliar o grau de maturidade e desempenho, otimizar a aplicação de recursos, orientar as decisões, garantir os controles e minimizar os riscos, assegurando-se de que as ações e projetos de TI estejam alinhados às necessidades do TRE-SP.

Fomentar a automação do atendimento aos usuários de TIC, por meio de ferramentas de chatbot e uso de inteligência artificial.

Investir na atualização e capacitação tecnológica dos servidores da STI utilizando plataformas de treinamento à distância consagradas no mercado de TI.

**Quanto aos desafios propostos para 2019 e resultados obtidos**, podemos afirmar que a ampliação da participação deste Regional em projetos de desenvolvimento colaborativo, como o Sistema de Consulta de Dados Eleitorais – SCDE, a solução para extração de dados estatísticos e indicadores da Justiça Eleitoral – ATENA, o PJE 2.1 e o JE Connect, contribuiu para a racionalização de atividades comuns à Justiça Eleitoral. Outro desafio foi a ampliação das ações de capacitação dos usuários de TIC, visando à redução da demanda por suporte técnico, que trouxe como resultado não somente a capacitação e reciclagem dos servidores dos cartórios eleitorais, com o treinamento à distância no Sistema ELO 2019, como também permitiu a redução de 24,5% da demanda por suporte técnico desse sistema, passando de 1515 chamados, em 2017, para 1144, em 2019. Paralelamente, a implantação do PJe nos cartórios eleitorais em todo o Estado de São Paulo mobilizou diversas unidades deste regional e trouxe, como resultado, maior agilidade na tramitação dos processos judiciais, transparência, além de integridade e autenticidade, bem como redução dos custos. Por outro lado, a implantação da nova sala para o Data Center Seguro tem previsão de conclusão no segundo trimestre de 2020 e permitirá a ampliação dos sistemas de controle e monitoramento do ambiente, aumentando a segurança física de acesso e garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais e dos sistemas estratégicos.

# GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar os dados apurados dos custos, e não mais o estágio de desenvolvimento.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

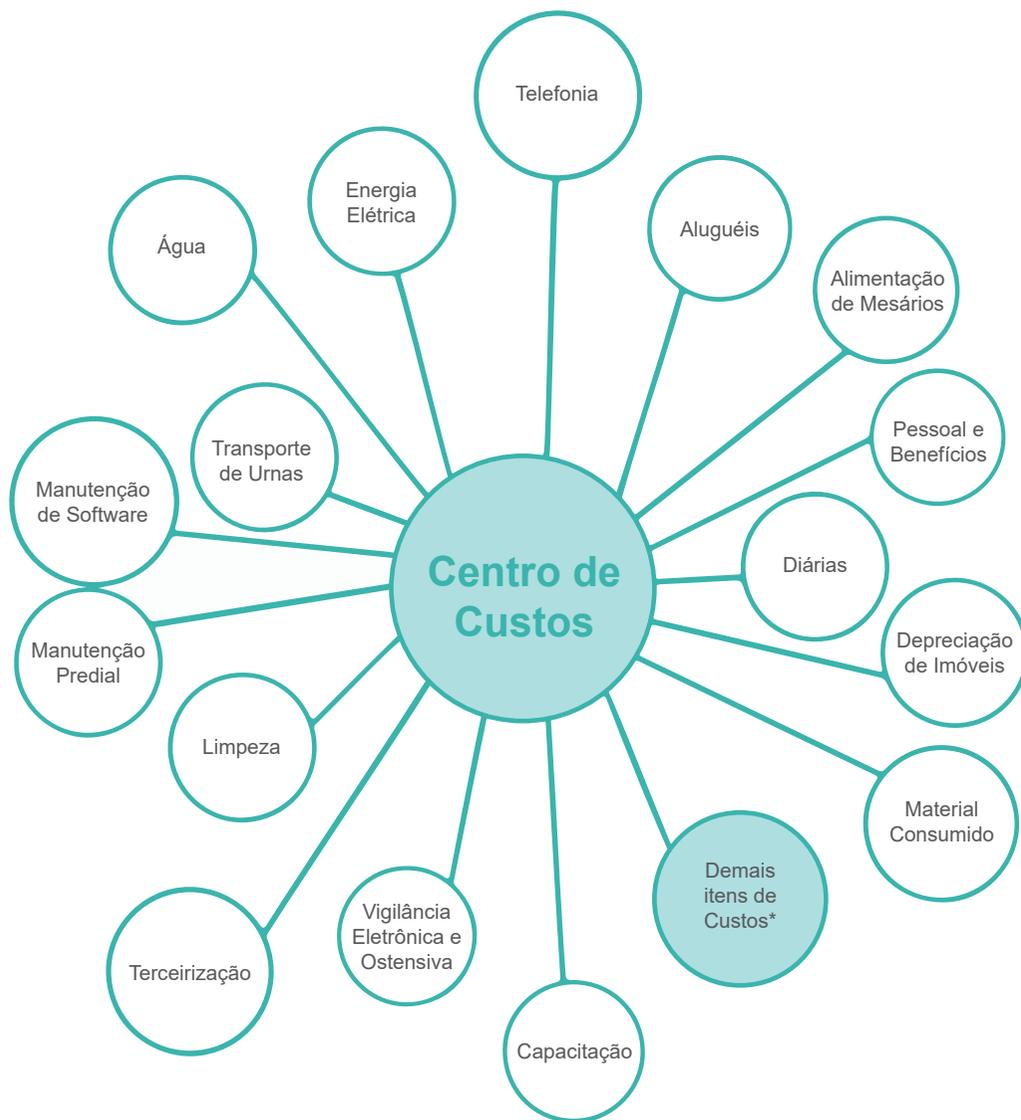
A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça

Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



\* Atualmente são 40 itens de custos

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

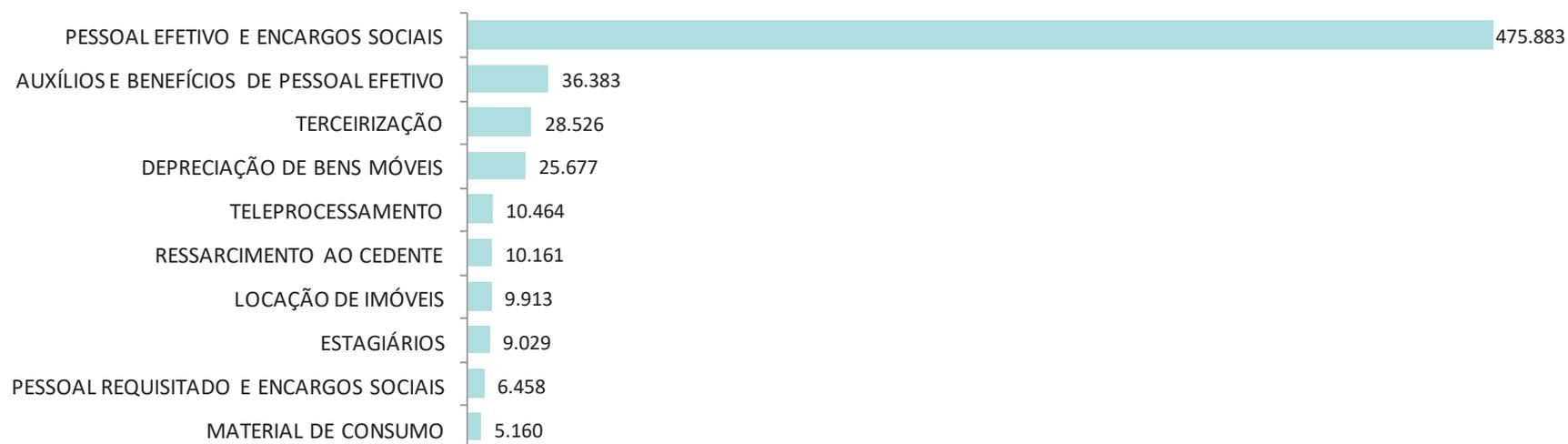


\* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional do Estado de Eleitoral de São Paulo no exercício de 2019, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

### 10 maiores itens de custos (em R\$ mil)

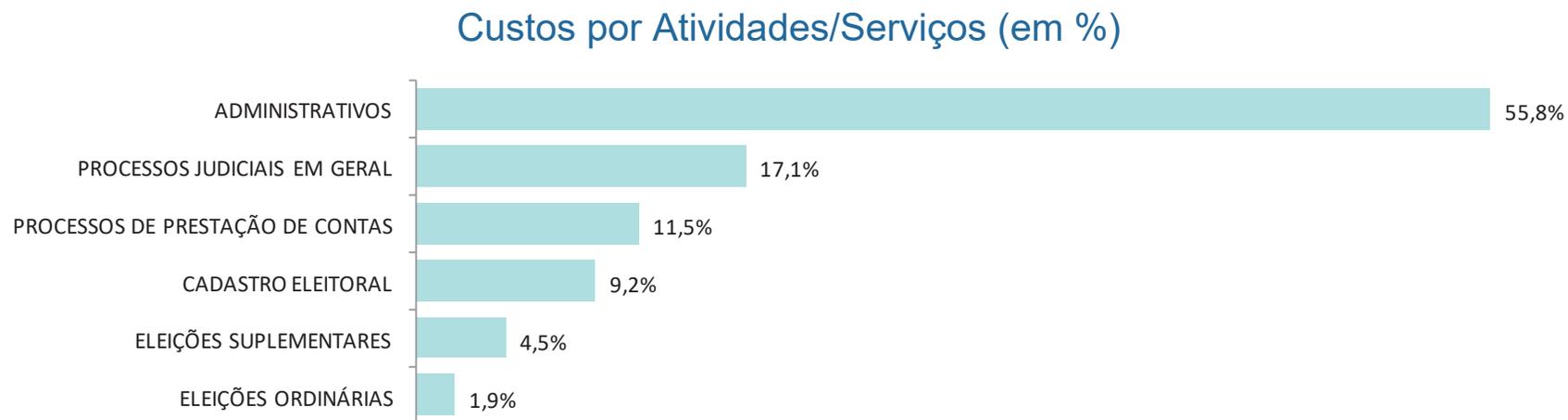


Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

### Custos por Subgrupos (em %)

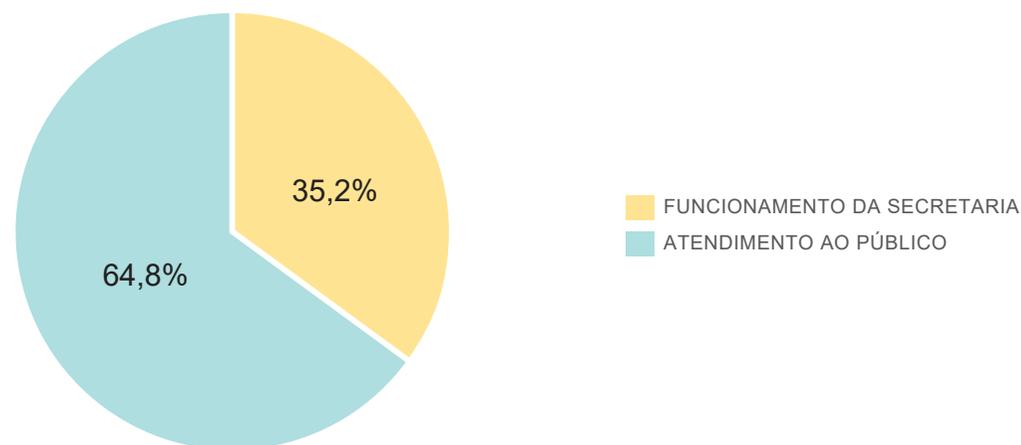


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

### Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que o trato das informações de custos está passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

# SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo reconhece a responsabilidade ambiental e social como um valor perene e, assim, desde longo tempo, tem suas ações pautadas na sustentabilidade.

Para consolidar, organizar e sistematizar as práticas de sustentabilidade em curso, bem como para fornecer diretrizes para novas ações socioambientais com o principal objetivo de consolidar um modelo de gestão socioambiental, com eficiência do gasto público, a preservação do meio ambiente e a inclusão social, é que, no ano de 2019, foi aprovado o Plano de Logística Sustentável (PLS) – ciclo 2018-2021.

Importa destacar, também, que o referido Plano vai ao encontro da consecução da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, que visa, principalmente, promover a eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, a infraestrutura sustentável e o acesso a serviços básicos.



## CRITÉRIOS DE **SUSTENTABILIDADE** NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

No ano de 2019, todo papel contratado tem a Certificação Florestal selo FSC, o selo verde mais reconhecido em todo o mundo, ou seja, são papéis 100% provenientes de florestas com boa gestão florestal.

A contratação de lavagem dos veículos do Tribunal é feita com a utilização de sistemas de reaproveitamento da água para a execução do serviço ou outra medida considerada pertinente ao seu uso racional.

A atualização da frota é frequente visando à aquisição de veículos energeticamente mais eficientes (melhor aproveitamento dos combustíveis e menos poluentes), proporcionando também menos gastos com a manutenção de veículos mais antigos.



## AÇÕES PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

**1** Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todos os cartórios eleitorais do Estado.



**2**



Implantação do Sistema de Peticionamento Eletrônico (E-petição) para processos físicos, possibilitando a advogados do interior protocolar petições de processos físicos por meio eletrônico. (Resolução TRE-SP nº 479/2019)

**3** As oficinas de marcenaria e de serralheria do Tribunal atuam em regime de reaproveitamento máximo de material, havendo pouco descarte de inservíveis, que ocorrem de forma acompanhada, em locais próprios para a entrega voluntária de pequenos volumes.



**4** Campanha de conscientização sobre a importância da redução no consumo de copos plásticos descartáveis.

**4**



**5** Uso de torneiras automáticas de pressão nas sedes da secretaria e cartórios eleitorais instalados em imóvel próprio.

## REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

**1**

Realização do curso “Gestão de Resíduos” com o objetivo de divulgar a importância da gestão de resíduos no ambiente de trabalho e nas residências.

**2**

Acompanhamento e fiscalização do correto descarte das urnas eletrônicas inservíveis, modelos 1996 e 2004, assim como de seus componentes, como baterias e bobinas, pela empresa contratada, com garantia contratual de 100% de destinação ambiental adequada às 278 toneladas de materiais e, pelo menos, 95% de reciclagem.

**3**

Com o objetivo de proteção ao meio ambiente, além da contratação dos serviços de coleta de resíduos sólidos, que prevê reciclagem dos materiais, o TRE-SP adotou o sistema de descarte de lâmpadas por trituração, e de pilhas, baterias e materiais tecnológicos, por meio do Projeto Papa-pilhas.

A contratação de coleta de resíduos inclui transporte, tratamento e destinação final da totalidade de resíduos sólidos oriundos das diversas unidades Administrativas; dos resíduos orgânicos, alimentares e inservíveis. Os resíduos que não são reciclados são descarregados em destino final devidamente autorizado pela CETESB.

A descontaminação de lâmpadas fluorescentes e mistas é realizada na sede da empresa contratada ou em local designado por ela, cuja metodologia visa sempre à proteção ambiental.

### NÚMEROS DE DESTAQUE DE RECOLHIMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADA

**31.752 kg**

de materiais recicláveis como plásticos, metais, papéis e vidros, encaminhados à COOPERE - Cooperativa de Catadores Autônomos de Materiais Recicláveis

**5 kg**

mensais de medicamentos vencidos

**170 kg**

pilhas e baterias

**4.435**

lâmpadas que, antes de sofrerem o descarte ecologicamente correto, são descontaminadas

### VEÍCULOS

Em relação à frota, nos movidos a óleo diesel é utilizado o Diesel S-10, que apresenta melhor qualidade e baixíssimo teor de enxofre, causando menos danos ao meio ambiente.

Nos veículos “flex” ou movidos a biocombustível, há utilização preponderante de etanol por ser menos poluente e de fonte renovável.

Estabelecimento de rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados, visando à redução no consumo de combustíveis e emissão de gases poluentes.

Realização de manutenções preventivas nos veículos da frota, conforme indicação dos manuais dos fabricantes, para que estejam sempre bem regulados e em perfeito funcionamento.

Utilização do serviço de transporte de forma racional para que um veículo escalado possa ser utilizado para atender a mais de uma requisição de unidades distintas em localidades próximas.

**4**

# CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

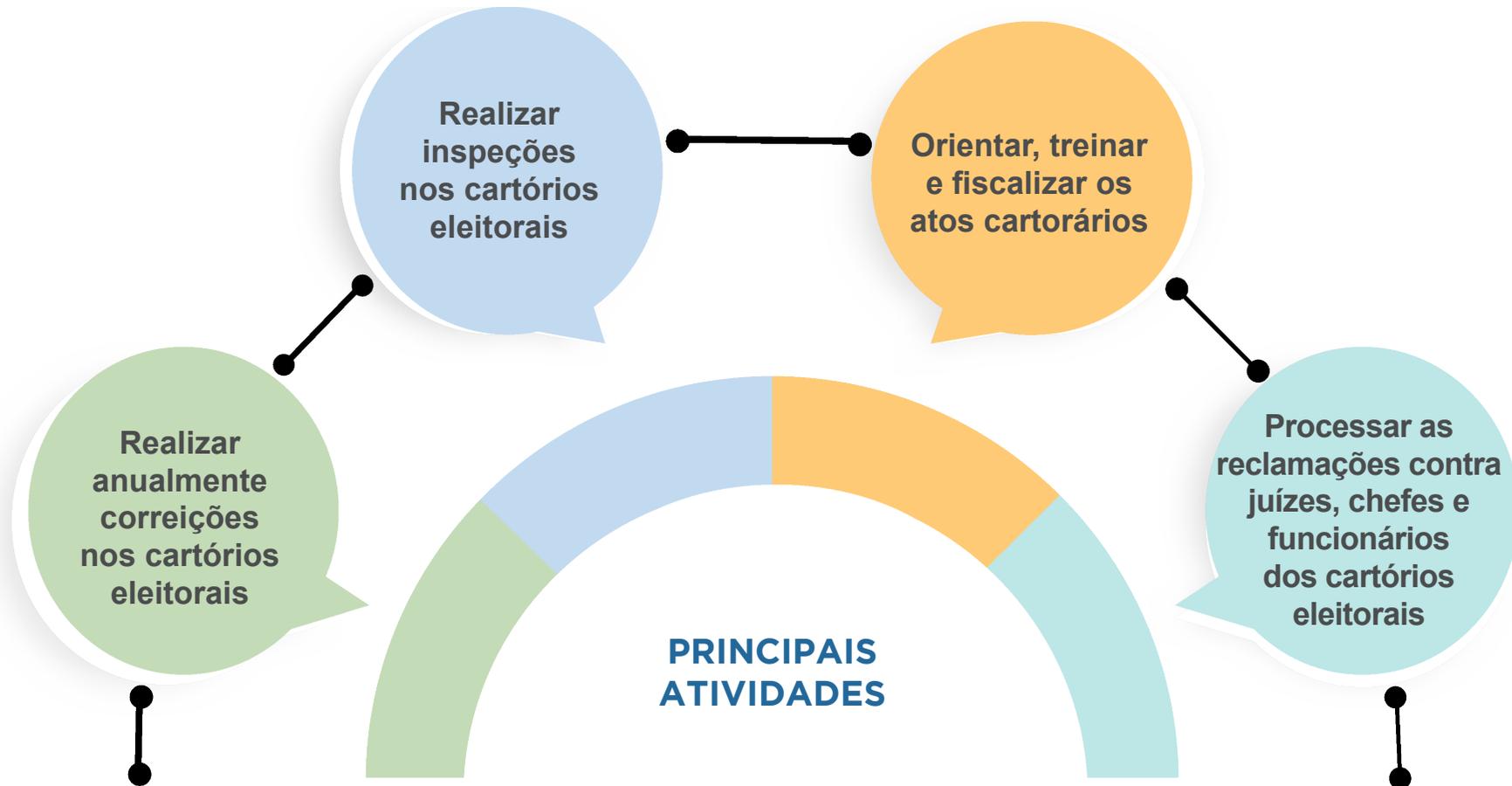
A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo é a unidade do TRE responsável pela fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais e pela orientação das rotinas a serem observadas pelos cartórios eleitorais de todo o Estado. Ao corregedor compete o exercício cumulativo da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral.

## MISSÃO

Velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas.

## VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como órgão responsável pela promoção da excelência na prestação de serviços eleitorais.



## CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

### CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

A correção ordinária consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica, seguindo-se os critérios estabelecidos pela própria Corregedoria Regional.

### CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

A correção extraordinária consiste na fiscalização excepcional das atividades cartorárias, realizadas por ocasião da posse do juiz eleitoral ou a qualquer momento, podendo ser geral ou parcial.

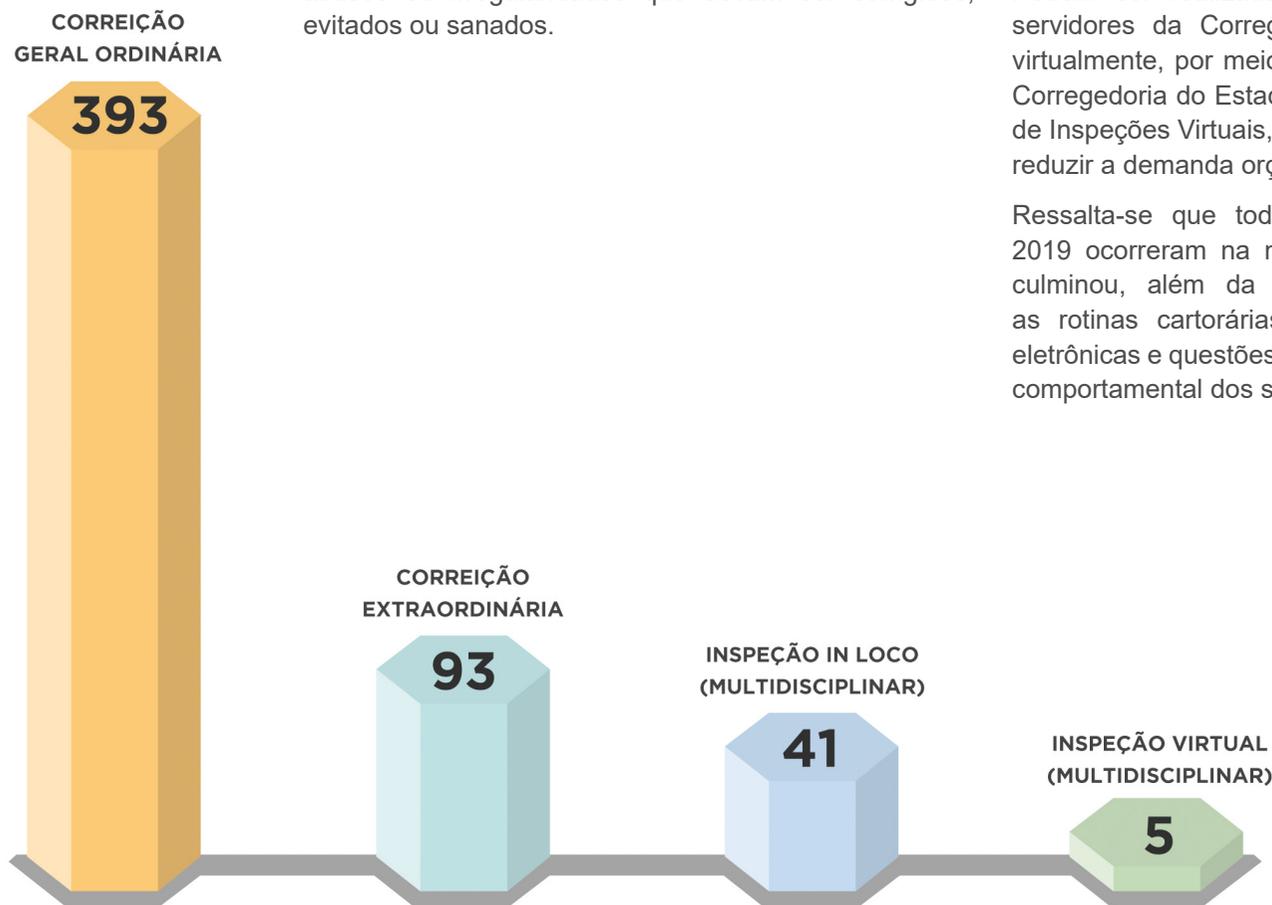
A correção extraordinária ocorre para apurar erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados.

### INSPEÇÕES

As inspeções são realizadas nos cartórios eleitorais quando previstas no cronograma anual de atividades da Corregedoria ou quando o corregedor toma conhecimento da ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços eleitorais.

Podem ser realizadas in loco, com a presença de servidores da Corregedoria nas zonas eleitorais, ou virtualmente, por meio de videoconferência. Em 2019 a Corregedoria do Estado de São Paulo ampliou o projeto de Inspeções Virtuais, iniciado em 2017, com o intuito de reduzir a demanda orçamentária do TRE-SP.

Ressalta-se que todas as inspeções realizadas em 2019 ocorreram na modalidade multidisciplinar, o que culminou, além da fiscalização e orientação sobre as rotinas cartorárias, com a verificação das urnas eletrônicas e questões de informática e a análise do perfil comportamental dos servidores dos cartórios.



### PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES FEITAS PELA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

As zonas eleitorais que apresentaram alguma inconformidade nos relatórios de correção foram devidamente orientadas em relação aos procedimentos adequados a serem adotados, sendo concedido prazo para a devida regularização, com o acompanhamento das seções da Corregedoria Regional Eleitoral, quando necessário.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## INTRODUÇÃO

O objetivo fundamental da Contabilidade é a geração e a prestação de informações orçamentárias, financeiras e contábeis atualizadas, confiáveis e exatas aos gestores para subsidiar as tomadas de decisões, bem como para fins de fiscalização pelos órgãos de controle (interno e externo) e pela sociedade.

Os registros dos fatos e atos de gestão foram realizados com observância às normas legais e procedimentais que norteiam a contabilidade, evidenciando com regularidade e confiabilidade as informações orçamentárias, financeiras e contábeis deste Tribunal.

Dessa forma, como este relatório também é dirigido à sociedade, procuramos utilizar uma linguagem mais acessível para a sua efetiva compreensão.



## INFORMAÇÕES ACERCA DOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE

A Seção de Contabilidade – ScCont compõe a estrutura da Coordenadoria Contábil e Financeira – CCF da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do TRE-SP.

A Seção de Contabilidade tem como objetivo zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para os registros contábeis, e tem o acompanhamento e orientação da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

No exercício de 2019, a Seção de Contabilidade, para a execução dos seus serviços, contou com a colaboração de seis servidores (cinco com formação em Contabilidade e um administrativo), tendo como responsável pela seção o contador Abelardo Moreira Cruz.

## NORMAS LEGAIS E PROCEDIMENTOS PARA A GARANTIA DA CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A conformidade contábil das demonstrações é realizada de acordo com os procedimentos descritos no manual SIAFI. Esse é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Variações Patrimoniais

Essas demonstrações contábeis, disponíveis no link <http://www.tre-sp.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstracoes-contabeis-1>, foram elaboradas com observância das normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI, e os critérios e princípios contábeis:

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS

- Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- Os bens do ativo imobilizado foram depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores foram contabilizados mensalmente durante o exercício.
- Foi utilizado o método linear para a depreciação e amortização. As taxas utilizadas para o cálculo da depreciação foram estabelecidas pelo Manual SIAFI, e as taxas aplicadas no cálculo da amortização representam as informações de laudo técnico, ou seja, a expectativa de vida útil dos ativos intangíveis.
- A reavaliação ou redução “a valor recuperável” foi efetuada utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado para bem semelhante.
- As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.
- Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.
- Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado.



## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor, relativas ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

Abelardo Moreira Cruz

Contador – CRC Nº 182952-O/0

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

### BALANÇO PATRIMONIAL - RESUMIDO

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.105.620</b>	<b>20.081.880</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.742.333	6.666.568
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.707.639	2.694.615
Estoques	5.655.647	10.720.698
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>202.060.284</b>	<b>211.582.637</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>201.843.691</b>	<b>210.909.651</b>
Bens Móveis	84.453.490	98.409.695
Bens Imóveis	117.390.201	112.499.956
Intangível	216.593	672.986
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>212.165.905</b>	<b>231.664.518</b>

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2.019	2.018
<b>Passivo Circulante</b>	<b>39.549.585</b>	<b>30.290.456</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	38.797.229	30.011.893
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	722.732	252.044
Demais Obrigações a Curto Prazo	29.624	26.520
Passivo Não Circulante	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>39.549.585</b>	<b>30.290.456</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>172.616.319</b>	<b>201.374.061</b>
Resultado do Exercício	-33.672.428	-44.486.635
Resultados de Exercícios Anteriores	201.374.061	245.878.353
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.914.686	-17.657
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>212.165.905</b>	<b>231.664.518</b>

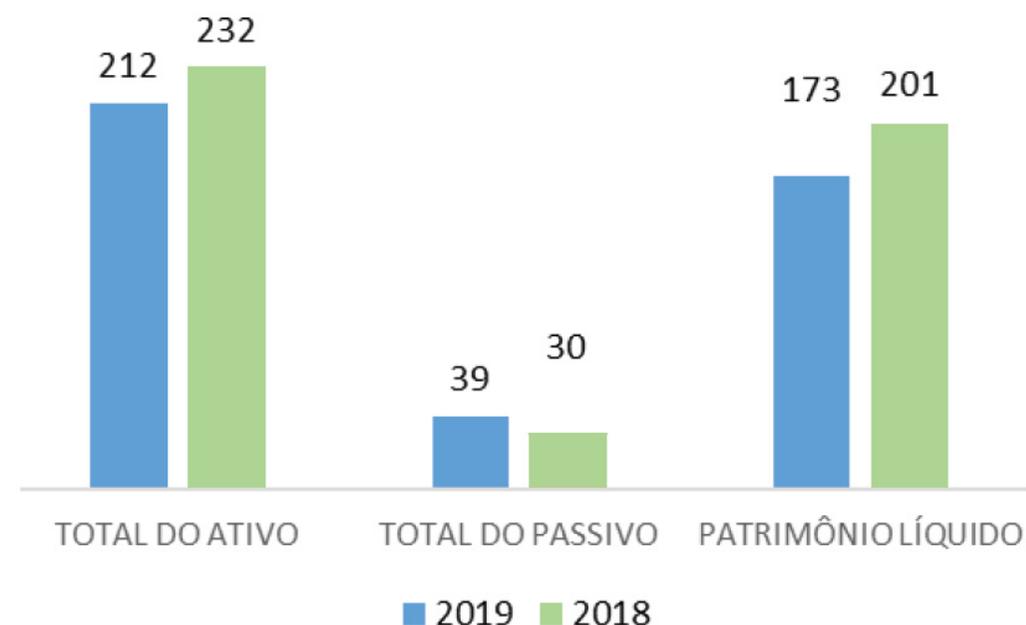
Fonte: Siafi

## PRINCIPAIS CONTAS CONTÁBEIS

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial do TRE-SP e a sua evolução nos exercícios de 2019 e 2018. O Ativo é representado pelos bens e direitos, ou seja, os recursos financeiros e patrimoniais com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O Passivo representa as obrigações contraídas, decorrentes de eventos passados com probabilidade de desembolso futuro. A diferença entre o Ativo e Passivo resulta no Patrimônio Líquido.

### COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

(milhões R\$)



O valor do Patrimônio Líquido em 2018 era de R\$ 201,3 milhões. Em 2019, houve uma redução para R\$ 172,6 milhões em decorrência da apuração do Resultado no Demonstrativo de Variações Patrimoniais ser negativo em R\$ 33,6 milhões e dos ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 4,9 milhões, referentes à provisão de férias de períodos anteriores.

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS PRINCIPAIS CONTAS CONTÁBEIS

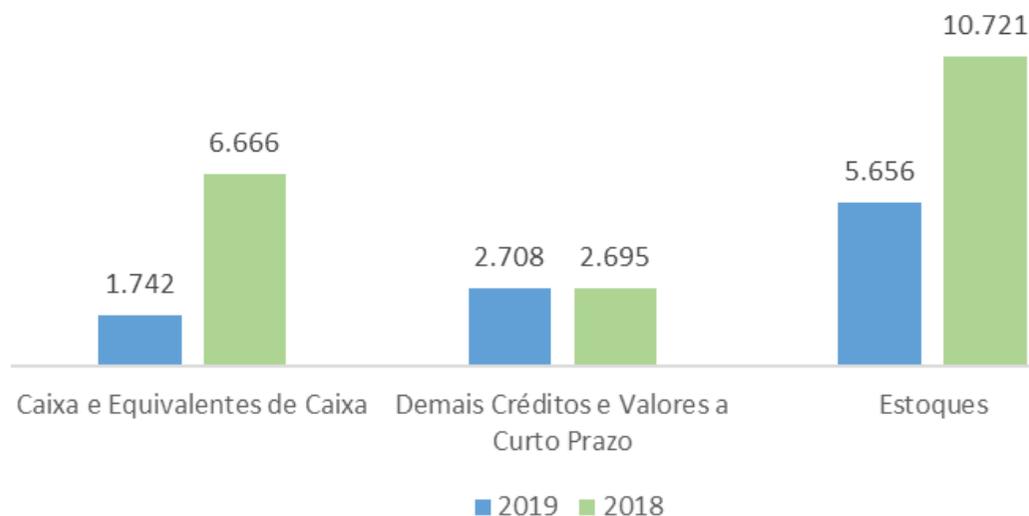
A seguir apresentamos, de forma resumida, os saldos das principais contas, resultados, receitas e despesas que compõem as Demonstrações Contábeis, demonstrando a situação financeira contábil do TRE-SP, bem como a evolução do exercício em referência em comparação com o último exercício.

### ATIVO CIRCULANTE

São registrados no Ativo Circulante os bens e direitos para realização imediata ou de curto prazo e ele é composto pelos grupos de contas: Caixa e Equivalência de Caixa, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo e Estoques, conforme demonstrado abaixo:

#### COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

(milhares R\$)



## CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e Equivalente de Caixa	Em R\$		
	2019	2018	Variação
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	29.624	26.520	11,70%
Limite de Saque com Vinculação de Pgto.	1.712.709	6.640.047	-74,20%
<b>TOTAL</b>	<b>1.742.333</b>	<b>6.666.567</b>	<b>-73,90%</b>

Fonte: Siafi

Os recursos registrados nas “Demais Contas” são os provenientes de depósitos de cauções de terceiros para garantia contratual, que posteriormente deverão ser restituídos aos seus respectivos titulares.

Já os registrados na conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” são os provenientes de entradas de recursos do Tesouro Nacional, repassados por meio de transferências feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, destinados aos pagamentos das despesas assumidas pelo Tribunal (despesas com pessoal e com manutenção de suas atividades).

Nos finais dos exercícios de 2019 e 2018 restaram os saldos de 1,7 milhão e 6,6 milhões, respectivamente, na rubrica “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, em virtude de despesas orçamentárias inscritas em Restos a Pagar, que ainda não foram pagas em seus respectivos exercícios.

A variação negativa de 73,9%, verificada em relação ao exercício de 2018, se deu em decorrência de 2018 ser ano eleitoral, razão pela qual um volume maior de despesas é inscrito em restos a pagar se comparado a um ano não eleitoral, no caso 2019.

## DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Este saldo é composto pelas seguintes rubricas:

Contas	Em R\$		
	2019	2018	Variação
Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	399.228	382.567	4,40%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	1.832.818	1.863.348	-1,60%
Adiantamento Auxílio-Transporte	119.183	109.230	9,10%
Suprimento de Fundos – Adiantamento	49.832	5.000	896,60%
Crédito a Receber - Folha de Pagamento	112.648	160.722	-29,90%
Crédito a Receber por Dolo, Ma-fé ou Fraude	4.576	4.576	0,00%
Créd. Receber por Desfalque ou Desvio	130.630	126.392	3,40%
Crédito a Receber Decorrente de Infrações	1.605	1.554	3,30%
Créd. Receber por Cessão de Pessoal – Munic.	57.120	41.226	38,60%
<b>TOTAL</b>	<b>2.707.639</b>	<b>2.694.614</b>	<b>0,50%</b>

Fonte: Siafi

Neste grupo de contas são registrados:

- Os valores de Adiantamentos de Auxílio-Alimentação e de Auxílio-Transporte, pagos antecipadamente, para posterior apropriação no mês de competência da despesa;
- Salários e Ordenados – Pagamento antecipado de salário solicitado pelo servidor quando de suas férias, para posterior baixa no mês do pagamento dos vencimentos;
- Créditos a receber de servidores decorrentes de acertos de folha de pagamento;
- Suprimento de Fundos – Adiantamento concedido a servidor da Secretaria para atendimento de despesas com aquisição de materiais e serviços, de pronto atendimento e de pequeno vulto, para posterior prestação de contas;
- Créditos a receber decorrentes de condenações para reembolso aos cofres públicos (dolo, má-fé, fraude, desfalque ou desvio e de infrações);
- Créditos a receber decorrentes de cessão de pessoal a outros órgãos públicos.

Em comparação entre os exercícios de 2018 e 2019 constatou-se que houve um equilíbrio no saldo final desse grupo de contas.

## ESTOQUES

Nesta conta estão registrados os bens de consumo necessários às atividades deste Tribunal:

DESCRIÇÃO	Em R\$		
	2019	2018	Variação
Gêneros de alimentação	57.443	177.833	-67,70%
Material de condicionamento e embalagem	342.291	334.591	2,30%
Material de copa e cozinha	66.289	100.214	-33,90%
Material de expediente	1.099.117	1.204.950	-8,80%
Material p/ higienização	250.480	476.737	-47,50%
Material de proteção e segurança	180.171	465.066	-61,30%
Material de TIC - material de consumo	2.556.812	6.551.897	-61,00%
Material Elétrico	361.745	970.972	-62,70%
Material hospitalar	352.471	239.170	47,40%
Material p/ manut. bens móveis e imóveis	165.285	83.506	97,90%
Material p/ utilização em gráfica	196.982	88.644	122,20%
Materiais diversos	26.556	27.112	-2,00%
<b>TOTAL</b>	<b>5.655.647</b>	<b>10.720.697</b>	<b>-47,20%</b>

Fonte: Siafi

Destaque-se que em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE concluiu a licitação para o descarte e destinação ecologicamente correta de urnas eletrônicas modelos 1996 e 2004 e outros componentes e materiais. O TRE-SP procedeu ao levantamento e constatou que o montante de R\$ 3,1 milhões em componentes, na sua maioria “Flash Cards” (acessório acoplado às urnas eletrônicas), para a devida baixa, necessitava transitar pela conta de estoque, uma vez que as urnas foram incorporadas no imobilizado juntamente com esses componentes.

Desta forma, esse montante de R\$ 3,1 milhões foi incluído no estoque em dez/2018 para posterior baixa em 2019. Esse ajuste e o aumento de compras ocorrida em 2018, por ser ano eleitoral, contribuíam para a variação de 47% a menor em relação a 2018.

Materiais de Consumo	Em R\$		
	2019	2018	Variação
<b>Saldo inicial</b>	<b>10.720.698</b>	<b>7.500.569</b>	<b>42,90%</b>
(+) Entradas	4.223.016	16.650.300	-74,60%
(-) Saídas	-9.288.066	-13.430.171	-30,80%
<b>Saldo Final</b>	<b>5.655.647</b>	<b>10.720.698</b>	<b>-47,20%</b>

Fonte: Siafi

## ATIVO NÃO CIRCULANTE

### IMOBILIZADO

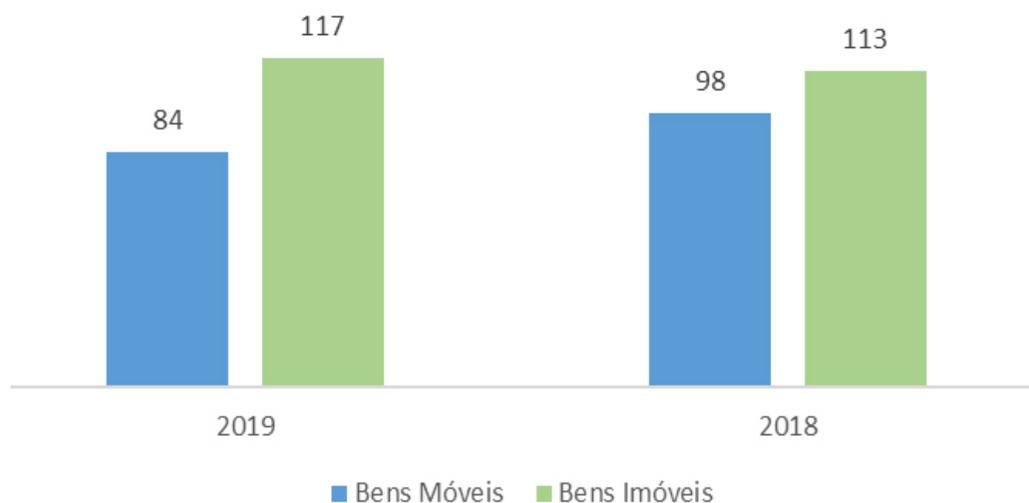
O Imobilizado do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo é segregado em bens móveis e bens imóveis, bem como suas respectivas depreciações acumuladas:

Em R\$			
Contas	2019	2018	Variação
<b>Imobilizado</b>	<b>201.843.691</b>	<b>210.909.651</b>	-4,30%
<b>Bens Móveis</b>	<b>84.453.490</b>	<b>98.409.695</b>	-14,20%
Bens Móveis	276.430.206	275.551.119	0,30%
(-) Depreciação Acumulada	-191.976.716	-177.141.424	8,40%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>117.390.201</b>	<b>112.499.956</b>	<b>4,30%</b>
Bens Imóveis	117.621.630	112.665.252	4,40%
(-) Depreciação Acumulada	-231.429	-165.297	40,00%

Fonte: Siafi

### COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

(milhões R\$)



### BENS MÓVEIS

Dos Bens Móveis registrados no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo em 2019, R\$ 67 milhões referem-se a Bens de Informática (incluindo urnas eletrônicas), ou seja, 78%. A variação expressiva ocorrida na conta “Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp”, de 663%, em relação a 2018, foi em virtude da aquisição de cadeiras de rodas no montante de R\$ 310.233,00. A diminuição verificada no valor total do exercício de 2019, na ordem de 14,2%, refere-se principalmente aos registros de depreciação desses bens no decorrer de 2019.

Em R\$			
Contas	2019	2018	Variação
Aparelhos de Medic. e Orientação	56.264	61.188	-8,00%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	335.898	310.488	8,20%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	342.655	44.865	663,80%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	410.428	380.860	7,80%
Máquinas e Equipamentos Industriais	1.713	2.017	-15,00%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.107.261	1.229.342	-9,90%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	94.258	107.215	-12,10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	46.660	51.700	-9,70%
Equipamentos, Peças e Acessórios P/Automóveis	778	866	-10,10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	4.955	5.522	-10,30%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	1.314.364	1.226.272	7,20%
Equip de Tecnologia da Infor e Comunicação/TIC	67.177.954	82.974.289	-19,00%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	653.233	654.250	-0,20%
Máquinas e Utensílios de Escritório	111.992	108.389	3,30%
Mobiliário em Geral	8.275.163	7.127.533	16,10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	140.963	135.381	4,10%
Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	229.562	221.059	3,80%
Obras de Arte e Peças para Museus	67.405	67.405	0,00%
Veículos em Geral	52.737	57.163	-7,70%
Veículos de Tração Mecânica	3.442.580	3.206.962	7,30%
Peças não Incorporáveis a Imóveis	586.668	436.930	34,30%
<b>Total</b>	<b>84.453.490</b>	<b>98.409.695</b>	<b>-14,20%</b>

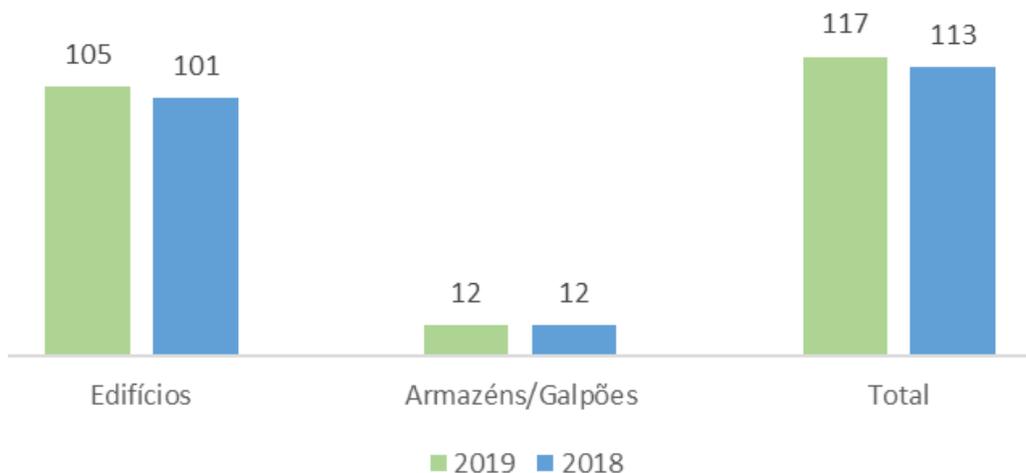
Fonte: Siafi

## Bens imóveis

São 19 imóveis de propriedade da União à disposição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Em 31/12/2019 totalizavam R\$ 117 milhões.

### COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS

(milhões R\$)



Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério da Economia – SGCPU.

Os valores são atualizados no final de cada exercício, para que o patrimônio apresente valor mais próximo possível da realidade do mercado. Houve um aumento de 4,4% em relação ao exercício de 2018, em decorrência da atualização dos valores dos imóveis no exercício de 2019.

Em 2019, SGCPU registrou na conta de depreciação acumulada dos bens imóveis o montante de R\$ 66.132,05, sendo o correto R\$ 38.508,49. Esses ajustes deverão ser regularizados no exercício de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento.

## INTANGÍVEIS

### Softwares

O Saldo do Ativo Intangível, em 31/12/2019, totaliza R\$ 216.592,00, conforme tabela a seguir:

Contas	Em R\$		
	2019	2018	Variação
Softwares	216.592	672.986	-67,80%

Fonte: Siafi

São registradas nesta conta as aquisições de licenças de uso de softwares para compor os equipamentos de informática do TRE-SP.

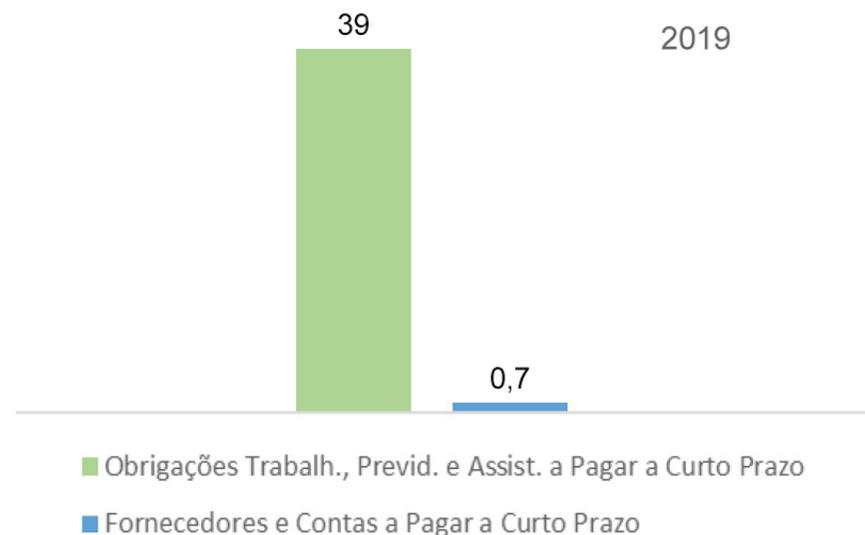
Estes valores de aquisições sofrem amortizações de acordo com a expectativa do tempo de uso desses softwares. Essas amortizações são registradas mensalmente em despesas em contrapartida à conta de amortização acumulada e foi o principal fator que contribuiu pela significativa redução da ordem de 67% em relação ao exercício de 2018.

## PASSIVO CIRCULANTE

Neste grupo de contas são registradas obrigações do TRE-SP:

### COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

(milhões R\$)



## Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo

Em 31/12/2019, o saldo de R\$ 0,7 milhão refere-se a importâncias a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços, ambos de curto prazo.

## Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O saldo deste grupo de R\$ 39 milhões em 31/12/2019 é composto em sua maior parte por registros da provisão de férias na conta “Férias a Pagar”, em obediência ao regime contábil da competência.

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor do Patrimônio Líquido em 2018 era de R\$ 201,3 milhões. Em 2019, houve uma redução para R\$ 172,6 milhões em decorrência da apuração do Resultado no Demonstrativo de Variações Patrimoniais ser negativo em R\$ 33,6 milhões e dos ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 4,9 milhões, referentes à provisão de férias de períodos anteriores.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(milhões R\$)

201

173

2018

2019

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em R\$

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – RESUMIDO

	2019	2018	Variação
<b>a) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>928.015.182</b>	<b>923.948.941</b>	<b>0,4%</b>
Transferências e Delegações Recebidas	894.807.158	867.479.180	3,2%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	602.256	14.454.961	-95,8%
Reavaliação de Ativos	4.956.378	3.974.347	24,7%
Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos	599.430	6.224.496	-90,4%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.049.960	31.815.958	-15,0%
<b>b) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>961.687.611</b>	<b>968.435.576</b>	<b>-0,7%</b>
Pessoal e Encargos	616.170.185	596.623.432	3,3%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	181.045.577	157.015.856	15,3%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	130.118.622	163.363.183	-20,4%
Transferências e Delegações Concedidas	27.684.165	47.451.921	-41,7%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.364.986	3.454.016	84,3%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	304.076	527.168	-42,3%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = (a-b)</b>	<b>-33.672.428</b>	<b>-44.486.635</b>	<b>-24,3%</b>

Fonte: Siafi

Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações ocorridas no Patrimônio do Órgão ao longo do exercício financeiro, resultante ou não da execução orçamentária.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e ele é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais –DVP.

O exercício de 2019 apresentou um déficit patrimonial no valor de R\$ 33,6 milhões, decorrentes principalmente dos registros em Variações Monetárias Diminutivas de depreciação e amortização e da provisão de férias. Em comparação ao exercício de 2018 (R\$ 44,4 milhões), houve uma diminuição de 24,3%.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O TRE-SP não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos.

Para o exercício de 2019, o orçamento inicial foi de R\$ 760,8 milhões. Houve acréscimos relativos a créditos suplementares, no montante de R\$ 91,9 milhões, acrescidos dos recebimentos para despesas com “Pleitos Eleitorais” e “Implantação do Sistema Automação Nacional – Biometria”, no montante de R\$ 35,8 milhões, resultando na dotação atualizada de R\$ 888,5 milhões.

Em R\$

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2019 - RESUMIDO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	760.352.940	876.700.779	873.544.774	868.589.831	867.917.545	3.156.004
Pessoal e Encargos Sociais	649.010.283	729.182.458	727.472.591	727.181.366	727.181.366	1.709.867
Outras Despesas Correntes	111.342.657	147.518.321	146.072.184	141.408.466	140.736.180	1.446.137
DESPESAS DE CAPITAL	451.374	11.844.294	11.844.243	8.242.548	8.218.151	51
Investimentos	451.374	11.844.294	11.844.243	8.242.548	8.218.151	51
<b>TOTAL</b>	<b>760.804.314</b>	<b>888.545.073</b>	<b>885.389.017</b>	<b>876.832.380</b>	<b>876.135.696</b>	<b>3.156.055</b>

Fonte: Siafi

Do total da dotação orçamentária atualizada de R\$ 888,5 milhões, foram utilizados R\$ 885,3 milhões, restando o “Saldo da Dotação” no valor de R\$ 3,1 milhões.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas. Em 2019 foram empenhados R\$ 885,3 milhões e pagos R\$ 876,1 milhões. Desta forma, foram inscritos R\$ 9,2 milhões, sendo R\$ 8,5 milhões em não processados e R\$ 0,7 milhão em processados.

## EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Em R\$

### DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Restos a Pagar Não Processados	24.317.107	23.248.082	23.248.082	1.020.225	48.800
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	162.094	0	151.768	0	10.325
<b>TOTAL</b>	<b>24.479.200</b>	<b>23.248.082</b>	<b>23.399.850</b>	<b>1.020.225</b>	<b>59.125</b>

Fonte: Siafi

Do total de R\$ 24,5 milhões de Restos a Pagar inscritos e reinscritos em 2018, foram pagos R\$ 23,4 milhões e cancelados R\$ 1 milhão durante o exercício de 2019, restando apenas R\$ 59.125,21 para execução no exercício seguinte.

## BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Em R\$

### BALANÇO FINANCEIRO – RESUMIDO

INGRESSOS	2019	2018
Transferências Financeiras Recebidas	894.807.158	867.479.180
Recebimentos Extraorçamentários	36.445.548	55.912.582
<b>Total dos Ingressos</b>	<b>931.252.707</b>	<b>923.391.762</b>
Saldo de Caixa e equivalente de Caixa do Exercício Anterior	6.666.568	2.060.764
Total dos Ingressos e Saldo de Caixa	937.919.275	925.452.526
DISPÊNDIOS	2019	2018
Despesas Orçamentárias	885.389.017	881.013.099
Transferências Financeiras Concedidas	27.367.916	32.162.595
Pagamentos Extraorçamentários	23.420.008	5.610.263
<b>Total dos Dispêndios</b>	<b>936.176.941</b>	<b>918.785.958</b>
Saldo de Caixa e equivalente de Caixa para o Exercício Seguinte	1.742.333	6.666.568
Total dos Dispêndios e Saldo de Caixa	937.919.275	925.452.526
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-4.924.234</b>	<b>4.605.804</b>

Fonte: Siafi

As Transferências Financeiras Recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros orçamentários ou extraorçamentários entre órgãos e entidades da Administração Pública, incluindo os recursos relativos aos Restos a Pagar.

Do total de R\$ 937,9 milhões, sendo R\$ 931,2 milhões de ingressos e R\$ 6,6 milhões de saldo de caixa do exercício anterior, R\$ 885,3 milhões foram para cobrir as despesas orçamentárias, R\$ 27,3 milhões para as transferências financeiras concedidas (repasse de arrecadação de multas eleitorais) e R\$ 23,4 milhões para pagamento de Restos a Pagar.

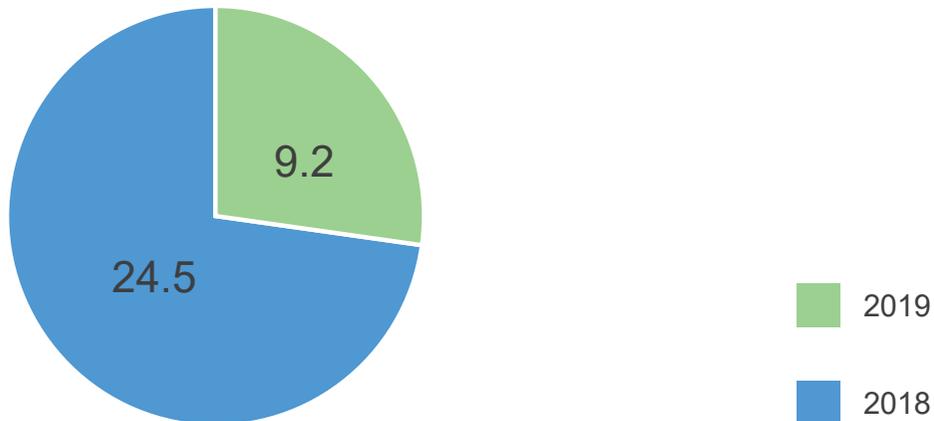
O Resultado Financeiro do exercício é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos (R\$ 931,2 milhões) e os dispêndios (R\$ 936,1 milhões). Em 2019 foi apurado saldo negativo de R\$ 4,9 milhões. Esse resultado negativo foi coberto com a utilização dos recursos provenientes do Saldo de Caixa de 2018.

Em 2019 foi inscrito o montante de R\$ 9,2 milhões, sendo R\$ 8,5 milhões em Restos a Pagar Não Processados e 0,7 milhão de Processados.

Em comparação ao exercício de 2018, houve uma significativa redução na inscrição de Restos a Pagar, na ordem de 62%. Essa variação se justifica em razão de 2018 ser ano eleitoral, razão pela qual um volume maior de despesas é inscrito em restos a pagar se comparado a um ano não eleitoral, no caso 2019.

### RESTOS A PAGAR INSCRITOS E REINSCRITOS

(milhões R\$)



## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de caixa evidencia a movimentação ocorrida no caixa e seus equivalentes de caixa, demonstrados por meio de ingressos e desembolsos de recursos financeiros.

Em R\$

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – RESUMIDA

	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>8.533.248</b>	<b>14.320.206</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>921.999.386</b>	<b>899.488.343</b>
Ingressos Extraorçamentários	23.201	54.961
Transferências Financeiras Recebidas	894.807.158	867.479.180
Arrecadação de Outra Unidade	27.169.026	31.954.203
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>913.466.138</b>	<b>885.168.137</b>
Pessoal e Demais Despesas	812.230.727	782.837.343
Transferências Concedidas	73.847.337	70.072.358
Dispêndios Extraorçamentários	20.097	95.841
Transferências Financeiras Concedidas	27.367.916	32.162.595
Demais pagamentos	61	0
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>13.457.482</b>	<b>9.714.402</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>13.457.482</b>	<b>9.714.402</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	13.172.297	9.631.099
Outros Desembolsos de Investimentos	285.185	83.302
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-4.924.234</b>	<b>4.605.804</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	6.666.568	2.060.764
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.742.333	6.666.568

Fonte: Siafi

Do total de R\$ 922 milhões de ingressos, R\$ 895 milhões foram provenientes de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, sendo, desse montante, R\$ 877 milhões de recebimentos para a execução do orçamento e R\$ 18 milhões para pagamento de Restos a Pagar durante o exercício de 2019. Outros R\$ 27 milhões foram provenientes principalmente de multas administrativas e de indenizações e restituições.

Com relação aos desembolsos, no montante de R\$ 926 milhões, R\$ 913 milhões foram aplicados nas Atividades de Operações e R\$ 13 milhões, nas Atividades de Investimentos.

Em 2019 houve uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa negativa de R\$ 4,9 milhões. Essa variação negativa foi coberta com a utilização dos recursos do saldo de caixa do exercício de 2018.

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

